



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 46^a REUNIÃO

(3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**09/11/2017
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**46^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/11/2017.**

46^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 65/2017 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO ANASTASIA	7
2	MSF 66/2017 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	138

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(1)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Renan Calheiros(8)(14)	AL (61) 3303-2261
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303- 2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303- 6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Acir Gurgacz(PDT)(6)(17)	RO (061) 3303- 3131/3132	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303- 5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286

Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)

Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303- 9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303- 4502/4503

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)

Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303- 1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303- 1123/1223/1324/1 347/4206/4207/46 87/4688/1822

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)

Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303- 5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PSC)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thières Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção do mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA

TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 9 de novembro de 2017
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA
46^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Alteração do nome da parte da reunião, de Deliberativa para Indicação de Autoridades. (07/11/2017 11:44)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2017

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - *Em 26/10/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 - *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2017

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - *Em 26/10/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 - *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 65, DE 2017

(nº 374/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 374

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

Os méritos do Senhor Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de outubro de 2017.

EM nº 00217/2017 MRE

Brasília, 5 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

Aviso nº 445 - C. Civil.

Em 4 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**
CPF.: 264.539.596 -15

1960 Filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estellita Lins de Salvo Coimbra, nasce em 1º de junho, em Havana, Cuba (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946).

Dados Acadêmicos:

1984 Bacharel em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, no Instituto Rio Branco
1995 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2008 Conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com defesa da tese "A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia",

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1993 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-89 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1989-90 Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente,
1990-91 Divisão do Meio Ambiente, assistente
1991-94 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
1994-98 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
1998-99 Assessoria de Comunicação Social, de 12/1/1998 a 29/6/1999 - Chefe do Setor de Divulgação (1998), Chefe do Setor de Imprensa (1998-1999)
2000-04 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário, de 22/8/2000 a 8/2/2004, Direitos Humanos e Temas Sociais - acompanhamento dos trabalhos da Terceira Comissão
2004-07 Embaixada em Nova Delhi, Primeiro Secretário e Conselheiro, de 9/2/2004 a 11/2/2007 - Chefe dos Setores Comercial e Consular (2004), Chefe do Setor Político (2005-2007)
2007 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assistente
2007-10 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2007-10 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2007-10 Comissão Nacional de Biodiversidade, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2008-10 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2009-10 Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, Presidente
2010-11 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2011 Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Ministério do Meio Ambiente

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO QUÊNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2017

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-QUÊNIA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → Quênia	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	84	91	122	252	290	244	58	62	59
Exportações	79	89	121	251	289	242	56	60	59
Importações	5	2	1	1	1	1	2	2	0,5
Saldo	73	87	120	250	288	241	54	59	58
CAPITAL	Nairobi								
ÁREA	582.650 km ² (equivalente à área do Estado de MG)								
POPULAÇÃO (2016, estimativa)	46 milhões								
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suaíli								
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (Católicos 23,5%, Protestantes 47,7%), Muçulmanos 11,2%, Animistas 1,7%								
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista (Deixou de adotar o sistema presidencialista misto com a aprovação da nova Constituição Federal, em 2010. O cargo de primeiro-ministro foi oficialmente extinto em 2013)								
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Senado)								
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Uhuru Kenyatta (desde 2013)								
CHANCELER	Amina Chawahir Mohamed Jibril (desde 2013)								
PIB nominal (BM, 2016)	US\$ 69,17 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões/FMI, 2016)								
PIB PPP (BM, 2016)	US\$ 152,73 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI, 2016)								
PIB nominal per capita (BM, 2016)	US\$ 1.521,86 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI, 2016)								
PIB PPP per capita (BM, 2016)	US\$ 3.360,42 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI, 2016)								
VARIAÇÃO DO PIB	5,98% (2016); 5,64% (2015); 5,33% (2014).								
IDH (Pnud, 2015)	0,555								
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	61,6 anos								
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	78%								
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2016)	11%								
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano								
EMBAIXADORA EM NAIRÓBI	Marcela Maria Nicodemos								
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado. Encarregado de Negócios Embaixador Isaac John Ochieng								

APRESENTAÇÃO

República do Quênia, é um país da África Oriental, limitado ao norte pelo

Sudão do Sul e pela Etiópia, ao leste pela Somália e pelo oceano Índico, ao sul pela Tanzânia e ao oeste por Uganda. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1963, quando tornou-se membro da *Commonwealth*. No ano seguinte, foi constituída a República. A população queniana é estimada em 46 milhões.

País estável politicamente, o Quênia registrou importantes conquistas democráticas nos últimos anos, como a aprovação de nova Constituição, em 2010, e a realização de eleições gerais, em 2013. O país possui, também, a maior economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Além disso, o Quênia concentra, em seu território, as principais infraestruturas de transportes da região, essenciais ao escoamento da produção de países menores, sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda, por não terem acesso ao mar.

No plano político, o Quênia constitui ator importante para a promoção da paz e da segurança regionais, com atuação na Somália e no Sudão do Sul e participação ativa nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). No plano multilateral, Nairóbi projeta-se, ao lado de Adis Abeba, como importante polo diplomático no continente africano. O país é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), além de abrigar importantes escritórios regionais das agências ligadas ao sistema das Nações Unidas. Em dezembro de 2015, o Quênia sediou a X conferência ministerial da OMC, primeira reunião ministerial daquela organização no continente africano. O Quênia desempenha, ainda, importante papel na União Africana (UA).

Perfis biográficos

UHURU MUGAI KENYATTA

Presidente da República



Uhuru Mugai Kenyatta nasceu em 26 de outubro de 1961. É filho de Jomo Kenyatta, o primeiro presidente da República do Quênia, e de sua quarta esposa, Ngina Kenyatta. Estudou Economia, Ciências Políticas e Estudos Governamentais na faculdade Amhrest, nos Estados Unidos. Depois de formar-se, retornou ao Quênia, onde fundou a empresa agrícola Wilham Kenya Limited. Em 2001, foi nomeado pelo então presidente Daniel Arap Moi para ocupar assento no Parlamento, e exerceu, posteriormente, cargo de ministro de governos Locais, durante o mandato do ex-presidente Daniel Arap Moi. Com o apoio de Moi, candidatou-se à Presidência em 2002. Foi derrotado por Mwai Kibaki e tornou-se líder da oposição no Parlamento.

Em 2007, apoiou Kibaki em sua reeleição, e tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, em 2008. Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 2009 e 2012, mas entregou o cargo após ser acusado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de cometer crimes contra a humanidade, em 2007. Foi eleito presidente da República do Quênia nas eleições de 2013.

Relações bilaterais

O Quênia é parceiro-chave para a consolidação da presença diplomática brasileira na região dos Grandes Lagos, uma das últimas fronteiras da política externa brasileira no continente africano. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1964, meses após a independência do Quênia, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974. A partir da década de 2000, as relações com o Quênia tomaram impulso renovado. Em 2005, o então ministro Celso Amorim realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro a Nairóbi em mais de 30 anos.

Naquele mesmo ano, realizou-se a I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília, e, no ano seguinte, o Quênia abriu Embaixada residente no País. Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.

A visita do então presidente Lula a Nairóbi, em julho de 2010, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao Quênia, imprimiu dinamismo inédito ao relacionamento bilateral. Como resultados da visita, observaram-se o aumento e a diversificação do intercâmbio comercial, que passou a incluir bens de alto valor agregado (máquinas agrícolas e aeronaves). A cooperação entre os dois países igualmente diversificou-se, abrangendo domínios importantes para o desenvolvimento queniano, como agricultura, educação, saúde e meio ambiente.

Apesar do bom momento por que tem passado o relacionamento nos últimos dez anos, há espaço para a ampliação da presença brasileira no Quênia. Desde que assumiu a Presidência, em abril de 2013, o presidente Uhuru Kenyatta tem concedido especial atenção ao relacionamento com grandes países emergentes, vistos como parceiros importantes para o desenvolvimento do país africano.

Há especial interesse queniano em contar com crescente presença brasileira nas áreas agrícola e de infraestrutura. Por sua vez, o setor empresarial brasileiro tem manifestado interesse por setores do mercado queniano como o de equipamentos agrícolas e o de informática (montagem e fornecimento de "laptops" para o ensino público).

A agenda bilateral deverá ganhar impulso com a realização de novo ciclo de visitas bilaterais de alto nível. Em maio de 2013, em encontro mantido à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da UA, em Adis Abeba, a então presidente Dilma Rousseff formulou convite para a visita do presidente Uhuru Kenyatta ao Brasil. Dificuldades de agenda impediram que a visita se realizasse até o momento. Por outro lado, a chanceler Amina Mohammed já manifestou interesse em visitar o Brasil em oportunidade próxima. Além disso, em agosto de 2016, o vice-presidente do Quênia William Ruto visitou o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Cooperação bilateral

O histórico programa de cooperação com o Quênia remonta à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 1973. Nos últimos anos, os projetos bilaterais têm-se centrado na promoção do desenvolvimento em bases inclusivas e duradouras, com foco nas áreas de saúde, políticas sociais, educação, meio ambiente e, sobretudo, agricultura.

A pauta de projetos de cooperação técnica em execução conta, atualmente, com o projeto de apoio ao aumento da produção familiar e do consumo doméstico de mandioca, com vistas à segurança alimentar e à geração de renda, por meio de realização de visitas técnicas nos dois países e capacitação de técnicos quenianos. No âmbito do projeto, em setembro de 2015, realizou-se capacitação de quatro especialistas do Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia (KARI) e de pequenos agricultores no Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), ocasião em que também ocorreram encontros de trabalho em diversas cidades da Bahia e do Paraná.

No âmbito da cooperação regional, o Quênia integra um grande projeto com o Brasil na área da cotonicultura. Trata-se do "Cotton Victoria", para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental. Concebido nos moldes do Projeto "Cotton 4", o projeto beneficia, além do Quênia, a Tanzânia e o Burundi. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o "Cotton Victoria" integra esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão no financiamento de iniciativas de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras no cultivo do algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura. As missões de diagnóstico e de elaboração do projeto ocorreram entre 2013 a 2015 e, em outubro de 2016, o projeto foi assinado pelos Embaixadores do Burundi, Quênia e Tanzânia em Brasília, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a UFLA. Em dezembro de 2016 foi realizada a primeira missão no âmbito do projeto aos três países beneficiados e, em julho de 2017, ocorrerá, em Nairóbi, a primeira reunião do comitê gestor, que deverá aprovar o plano de trabalho anual do programa.

No que tange à cooperação educacional, o Quênia está entre os principais beneficiados no continente africano do Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento. Mais de oitenta estudantes quenianos já participaram do programa.

Além disso, vale mencionar que o Quênia aderiu, em março de 2012, ao "Programa Mais Alimentos - Internacional", iniciativa que prevê a oferta de linhas de crédito concessionário para o financiamento de exportações brasileiras de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em terceiros países, em especial africanos. Em outubro de 2013, foi aprovado financiamento de US\$ 80 milhões ao país para a compra de maquinário e implementos agrícolas no âmbito do Programa. O lado queniano, contudo, manifestou seu interesse em renegociar as condições de financiamento previstas pelo Memorando de Entendimento assinado em 2014, de modo que a primeira parcela aprovada pelo COFIG, em 2015, no âmbito do programa, não foi desembolsada.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia apresentou crescimento exponencial nos últimos anos, tendo passado de US\$ 9 milhões, em 2000, para o recorde de US\$ 290 milhões, em 2012. A pauta de exportações brasileiras ao país tem sido caracterizada pela presença significativa de produtos de alto valor agregado, como aeronaves, motores e máquinas agrícolas. Em 2011, a Kenyan Airways tornou-se uma das principais clientes da Embraer na África, ao adquirir 15 aeronaves E-Jet. Desde 2014, contudo, vem-se registrando expressiva queda no intercâmbio comercial (US\$ 59,5 milhões, em 2016). O país africano, que tem apresentado elevados índices de crescimento (entre 5% e 8%, nos últimos cinco anos), oferece oportunidades para a redinamização do comércio e dos investimentos

bilaterais. O grupo Positivo BHG tem fornecido laptops a escolas públicas quenianas e poderá instalar fábrica no país no futuro. Desde 2015, o grupo opera unidade de produção em Ruanda, de onde realiza suas exportações para o Quênia. Há também a perspectiva de participação de empresas brasileiras na área de infraestrutura em obras viárias e de saneamento em Nairóbi. Ainda não há registros de investimentos diretos entre Brasil e Quênia.

Assuntos consulares

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira no país. Além do território do Quênia, a jurisdição da embaixada inclui a República do Burundi, a República de Ruanda, a República de Uganda e a República Federal da Somália. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país. Estima-se em cerca de 900 o número de brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Quênia foi beneficiado com a aprovação, em agosto de 2012, de crédito oficial às exportações brasileiras no âmbito do BNDES, Proex Equalização e FGE, no valor de US\$ 173 milhões, para a construção de três viadutos em Nairóbi. As condições da operação encontram-se, contudo, em renegociação, a pedido queniano.

POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, em 1963, o Quênia tem-se distinguido por sua estabilidade em entorno regional conturbado. Até o início da década de 2000, esteve no poder coalizão de governo liderada por Jomo Kenyatta, presidente do país entre 1964 e 1978, e Daniel Arap Moi, presidente entre 1978 e 2002.

Primeiro candidato da oposição a triunfar em um pleito presidencial desde a independência queniana, Mwai Kibaki expressou em sua campanha eleitoral, em 2002, compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual, entre outras mudanças, ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos. O descumprimento parcial dessas promessas gerou focos de tensão na sociedade, que acabaram por determinar a dissolução da coalizão no poder e a derrota do governo no referendo constitucional de novembro de 2005.

As campanhas para as eleições presidenciais de 2007 desenvolveram-se em ambiente de intensa contestação política e polarização étnica. Os seguidos atrasos na divulgação dos resultados oficiais, que indicaram a reeleição do então presidente Mwai Kibaki, e a contestação do resultado pelo candidato derrotado Raila Odinga, que acusou seu oponente de fraude eleitoral, levaram à eclosão de confrontos étnicos que resultaram em cerca de 1.200 mortos e 300 mil deslocados internos.

Solução definitiva para a crise foi alcançada apenas em fevereiro de 2008, quando foi assinado acordo de conciliação entre Kibaki e Odinga, facilitado por painel de lideranças africanas chefiado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Anan.

O acordo determinou a criação de governo de coalizão que teve Kibaki como chefe de Estado e Odinga como primeiro-ministro, cargo que havia sido extinto em 1964. O processo de pacificação do país culminou na adoção de nova Constituição, aprovada em referendo popular em 2010, que trouxe mudanças importantes na configuração político-administrativa do país (parlamento bicameral, descentralização administrativa, entre outros), bem como consolidou a independência do Judiciário, inclusive por meio da criação de uma Corte Suprema. O cargo de primeiro-ministro foi novamente extinto, em 2013, com a realização de eleições no Quênia.

Ainda em 2010, o então promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno Ocampo, identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, entre os quais dois importantes políticos e pré-candidatos à Presidência nas eleições gerais de 2013: Uhuru Kenyatta, aliado do então presidente Kibaki, e William Ruto, aliado do PM Odinga.

Os casos contra Kenyatta e Ruto, arquivados em dezembro de 2014 e abril de 2016, respectivamente, em razão de falta de provas, tiveram grande repercussão sobre a política interna queniana. A acusação pelo TPI precipitou a formação de aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência. O maciço apoio da etnia de Ruto (kalejin), que, em 2007, apoiara Odinga, foi considerado fundamental para a vitória de Kenyatta ainda no primeiro turno das eleições gerais de 2013. Transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular, as eleições de 2013 são consideradas um marco no processo de consolidação da democracia queniana.

O governo Kenyatta tem sido marcado pelo recrudescimento da questão securitária. Em retaliação pelo envolvimento de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália –AMISOM, o grupo extremista somali "Al-Shabaab" realizou atentados terroristas de grandes proporções no Quênia. Em setembro de 2013, ataque ao centro comercial "Westgate", em Nairóbi, vitimou 67 pessoas. Nos meses seguintes, foram realizados novos ataques em Nairóbi, na cidade costeira de Lamu, em Mombasa e em Mandera, perto da fronteira com a Somália. Em março de 2015, ataque à Universidade de Garissa, no nordeste do país, resultou na morte de 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado ocorrido no país desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998.

Tema prioritário do atual governo, a promoção de uma "agenda de desenvolvimento" resultou, nos últimos anos, na construção de estradas e de escolas, bem como na expansão da rede elétrica pelo território, além da construção, em estágio avançado, do primeiro trecho da nova ferrovia de bitola padrão, entre Mombasa e Nairóbi. Os gastos com esses projetos têm provocado um aumento da dívida, que se encontra no patamar de 50% do PIB, e são objeto de crítica pela oposição. O combate à corrupção, outro tema comumente suscitado pela oposição e que ensejou reforma ministerial em novembro de 2015, também tem dominado a

agenda da atual gestão.

Em agosto de 2015, esgotou-se o prazo de cinco anos para implementação de todos os dispositivos da nova Constituição queniana, cujo objetivo principal era a descentralização política, com a criação de 47 condados e respectivas estruturas políticas. Apesar das críticas de que a nova organização política teria reduzido a autonomia de minorias étnicas locais e conduzido a ineficiência na administração dos recursos e na prestação de serviços básicos, o processo contou com amplo apoio popular e obteve êxito em promover seus objetivos fundamentais, como o de elevar a transparência no setor público, a descentralização administrativa e a independência do judiciário.

Eleições gerais de 2017

Em 8 de agosto de 2017 serão realizadas eleições gerais no país. Trata-se do segundo pleito sob a égide da constituição de 2010. Ao longo de 2016, a oposição aventureu temores sobre a imparcialidade da Comissão Eleitoral (IEBC, na sigla em inglês), que motivaram protestos e conduziram à reconfiguração dos integrantes da Comissão. A inclusão étnica, a corrupção, a segurança, o desenvolvimento (infraestrutura, indústria, energia), o acesso a serviços básicos e a geração de empregos estão entre os temas dominantes na agenda eleitoral.

No pleito, a chapa Kenyatta/Ruto concorrerá à reeleição pelo partido "Jubilee", fundado em 2016 a partir da fusão dos partidos que compunham a coalizão governista eleita em 2013. Em seu favor, o governo Kenyatta tem buscado ressaltar a melhora na situação de segurança após o ataque à Universidade de Garissa, em 2015, bem como os esforços empreendidos na implementação do processo de descentralização, os investimentos em infraestrutura e a manutenção da taxa de crescimento relativamente alta, a uma média de cerca de 6% ao ano.

Em abril de 2017, Raila Odinga foi escolhido, nas primárias, para ser o candidato à Presidência pela coalizão oposicionista "National Super-Alliance" (NASA). Acusações de corrupção e de favorecimento das etnias a que pertencem os principais líderes do governo têm sido uma constante no discurso oposicionista. Além disso, a oposição avalia que o combate ao terrorismo tem sido feito em detrimento do policiamento civil e acusa o governo de conferir prioridade excessiva a grandes projetos de infraestrutura, em detrimento da geração de empregos e da inserção no mercado de trabalho da população jovem.

Política externa

A política externa queniana tem sido tradicionalmente voltada para a estabilidade de seu conturbado entorno regional, para a atração de investimentos e para a integração regional.

No âmbito regional, a estabilização da fronteira com a Somália é prioritária, em função do intenso fluxo de refugiados somalianos (o país abriga o

maior campo de refugiados do mundo em Dadaab, com cerca de 400 mil pessoas). Ataques terroristas no Quênia, em 2011, levaram o país a finalmente intervir militarmente na Somália para combater o Al-Shabaab. No ano seguinte, as tropas quenianas na Somália foram integradas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Em 2012, sob liderança queniana, tropas da AMISOM e do Exército somaliano tomaram a cidade portuária de Kismayo, uma das principais bases do grupo extremista somaliano Al-Shabaab. Em represália, o grupo intensificou os ataques terroristas em território queniano a partir de 2013, com destaque para o atentado ao centro comercial Westgate, em Nairóbi, em setembro de 2013, que vitimou 67 pessoas, e o ataque à Universidade de Garissa, em março de 2015, que vitimou 157 pessoas. Diante do recrudescimento da insegurança no país, desde 2013, por meio de acordo com a Somália e o ACNUR, o governo do Quênia tem buscado realizar a repatriação voluntária de refugiados somalianos.

O Quênia também teve envolvimento ativo na mediação do conflito civil no Sudão do Sul, por meio da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organização regional que congrega, além do Quênia, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda. O engajamento queniano na região remonta ainda ao período da II Guerra Civil Sudanesa. Nairóbi, juntamente com outros parceiros da IGAD, mediou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim ao conflito entre o norte e o sul do Sudão e abriu caminho para a secessão do Sudão do Sul, em 2011.

O Quênia chegou a deter o comando da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), mas retirou completamente sua participação em novembro de 2016, após o general queniano Johnson Mogoa Kimani Ondieki ter sido destituído de suas funções pela ONU, na sequência da publicação de relatório apontando falhas na reação da UNMISS à violência ocorrida em Juba, em 2015. O episódio marcou o distanciamento do Quênia do processo de paz no Sudão do Sul. Apesar dos esforços do atual secretário-geral da ONU António Guterres de reengajar o país na UNMISS, o governo queniano não reviu sua decisão até o momento.

No que tange à integração regional, o Quênia participa, juntamente com Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, uma vez que cerca de 23% das exportações quenianas são destinadas aos países do bloco. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

Ainda no plano regional, os desafios mais recentes enfrentados pelo Quênia, além do recuo de sua participação no processo de paz no Sudão do Sul, incluem a derrota da candidatura da chanceler Amina Mohamed à Presidência da

União Africana, durante a cúpula de janeiro de 2017, bem como a decisão de Uganda de revogar acordo para a construção de oleoduto passando pelo Quênia.

Para além de sua atuação regional, o Quênia mantém, tradicionalmente, boas relações com as principais potências ocidentais. O combate ao terrorismo tem sido importante vertente do relacionamento com os Estados Unidos, importante parceiro no treinamento de militares quenianos e no fornecimento de equipamentos de defesa ao país. Em julho de 2015, o Presidente Barack Obama, filho de queniano, realizou histórica visita ao Quênia. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado norte-americano ao país. Além das boas relações com os EUA, destaca-se, ademais, o relacionamento com o Reino Unido, antiga potência colonial, que ainda exerce forte influência cultural e política sobre o Quênia, além de representar a principal origem de turistas para o país.

Desde o início da década de 2000, o Quênia tem buscado ampliar suas parcerias com grandes países emergentes, em especial China e Índia. Os dois países constituem, atualmente, os principais parceiros comerciais quenianos. A China projeta-se, ademais, como a principal origem de investimento estrangeiro no Quênia. Empresas chinesas têm tido atuação destacada no país africano, em especial em grandes projetos de infraestrutura, como o da ferrovia de bitola padrão.

Mais recentemente, o Quênia tem procurado se posicionar como plataforma para atração de investimentos para o continente e logrou sediar grandes conferências internacionais, como a 10ª Ministerial da OMC, a 14ª UNCTAD e a VI Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (VI TICAD). Desde 2015, o país também recebeu sequência significativa de visitas de alto nível, entre as quais a do Papa Francisco e de chefes de Estado e de governo dos EUA, Índia, Turquia, Israel, África do Sul, Coreia do Sul e Japão (este, à margem da VI TICAD).

Economia

O Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Outros países menores da região dos Grandes Lagos (sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda), têm suas principais infraestruturas de transportes ligadas ao Quênia e, por não terem acesso ao mar, escoam a maior parte de suas exportações por portos quenianos.

A economia queniana tem apresentado rápida expansão. A despeito da conjuntura econômica desfavorável no plano internacional, o Quênia apresentou média anual de crescimento do PIB de cerca de 5%, os últimos 8 anos. Em 2016, o crescimento do PIB foi de 5,8%. As projeções para 2017 e para os próximos anos apontam para a sustentação de taxas de crescimento próximas de 6%.

Nos últimos anos, o Quênia tem passado por acelerado processo de urbanização. O setor agrícola, embora represente 32,7% do PIB, emprega ainda

cerca de 70% da mão de obra. Há, contudo, uma crescente classe média urbana atuando no setor industrial (18% do PIB), bem como no de serviços (49,3% do PIB). O setor de serviços tem puxado o crescimento econômico do país. As áreas de atividade econômica que têm apresentado maior dinamismo são: turismo, informação e comunicação, e administração pública.

O governo queniano tem adotado política fiscal expansionista, aumentando cargos no serviço público e ampliando investimentos na infraestrutura de energia e transportes. O déficit público manteve-se ao redor de 9% entre 2010 e 2015, o que vinha resultando em uma taxa de inflação significativa, da ordem de 8%. A partir de 2015, contudo, tanto o déficit público quanto a inflação iniciaram tendência de queda. Em 2016, o déficit caiu para 8%, ao passo que a inflação caiu para menos de 6%.

No setor externo, em 2016, o intercâmbio comercial total do Quênia, somou US\$ 22,4 bilhões. As exportações somaram US\$ 6,4 bilhões, e as importações, US\$ 16 bilhões. O déficit em transações correntes, de quase US\$ 10 bilhões, representa cerca de 13% do PIB.

Em 2016, os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Zâmbia (15%); Uganda (11,4%); Estados Unidos (11,2%); Países Baixos (10,7%); e Reino Unido (7,8%). As principais origens das importações do Quênia foram: China (25,7%); Índia (23%); Estados Unidos (8,3%); Japão (5%); Malásia (3,8%).

Com vistas a fazer frente aos déficits fiscal e em transações correntes, o governo queniano tem aumentado seu endividamento doméstico e externo. Em março de 2016, o país obteve US\$ 1,5 bilhão em promessa de financiamento por parte do FMI (*stand-by arrangement*), que aliviou pressões mais imediatas por mudanças na política macroeconômica.

O Quênia tem, ademais, atraído importante fluxo de investimentos privados, principalmente oriundos da China. Segundo relatórios do Banco Mundial, o Quênia possui um dos 5 melhores ambientes de negócios na África Subsaariana, resultado de reformas governamentais para facilitação da entrada e saída de capitais.

Cronologia histórica

1963	Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).
1964	É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga
1966	Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).

1969	Assassinato do Ministro Tom Mboya inicia distúrbios étnicos. A KPU é banida e Odinga é preso. KANU é o único partido que disputa as eleições
1974	Kenyatta é reeleito.
1978	Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.
Jun/1982	A Assembleia Nacional do Quênia oficializa o sistema de partido único.
Ago/1982	Exército debela tentativa de golpe liderada pela Força Aérea.
1987	Grupos de oposição são suprimidos. País sofre críticas internacionais por conta das prisões políticas e abusos de direitos humanos.
1990	Morte do Ministro do Exterior, Robert Ouko, em circunstâncias suspeitas aumenta o descontentamento com o governo.
Ago/1991	É formado o Fórum para a Restauração da Democracia (FORD), composto por 6 líderes de oposição, entre os quais Oginga Odinga. O Partido é proscrito e seus membros são presos. Em meio a severas condenações internacionais, credores suspendem o auxílio ao Quênia.
Dez/1991	Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.
Ago/1992	FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).
Dez/1992	Moi é reeleito em eleições multipartidárias.
1995	Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.
1997	Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US\$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.
Dez/1997	Moi vence eleições em pleito amplamente contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.
Ago/1998	Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares
Nov/2002	Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-

	Qaeda reivindica autoria do ataque.
Dez/2002	Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.
Dez/2003	Governo decide conceder ao ex-Presidente Daniel Arap-Moi imunidade processual contra acusações de corrupção.
Jul-Ago/2004	Crise alimentar causada pela quebra de safra e seca. Presidente Kibaki fala em desastre nacional.
Out/2004	Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.
Jul/2005	Parlamento aprova projeto de Constituição.
Nov-Dez/2005	Nova Constituição é rejeitada em referendo.
Abr/2006	Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.
Dez-Jan/2007	Eleições presidenciais levam a episódios de violência nos quais mais de 1500 pessoas morrem.
Fev/2008	Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.
Abr/2008	Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.
Out/2008	Relatório de comissão de inquérito sobre a violência pós-eleitoral pede um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo episódio. Muitos líderes políticos relutam em implementar as recomendações da comissão de inquérito, enquanto outros argumentam que os processos poderiam gerar novos conflitos étnicos.
Jul/2010	Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).
Ago/2010	Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.
Jun-Set/2011	África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.
2012	São descobertas importantes reservas de petróleo e gás natural no país.
Jan/2012	TPI decide levar a julgamento diversos quenianos proeminentes, em conexão com a violência pós-eleitoral de 2007, entre os quais dois dos pré-candidatos à Presidência nas eleições gerais de 2013:

	Uhuru Kenyatta e William Ruto
Jun/2012	Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).
Ago-Set/2012	Conflitos étnicos deixam dezenas de mortos na região do Rio Tana e geram a insegurança política.
Dez/2012	Grupos separatistas na costa do país reivindicam a realização de referendo com vistas à independência da região.
Jan/2013	Após o arquivamento da ação que visava à impugnação das candidaturas à Presidência de Uhuru Kenyatta e de William Ruto, investigados pelo TPI, é formada aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a Presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência.
Abr/2013	A chapa encabeçada por Kenyatta vence, ainda no primeiro turno, as eleições gerais de 2013, transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular.
Set/2013	Atentado terrorista reivindicado pelo grupo Al-Shabaab, no centro comercial "Westgate", em Nairóbi, deixa 67 mortos.
2014	Atentados terroristas na cidade costeira de Lamu, em Mobassa e em Mandera, atribuídos ao grupo Al Shabaab como retaliação à presença de tropas quenianas na Somália, deixam dezenas de mortos e geram protestos pelo país.
Dez/2014	É arquivado o caso contra o presidente Uhuru Kenyatta no TPI, por falta de provas.
Abr/2015	O grupo terrorista Al-Shabaab realiza atentado na Universidade de Garissa, no nordeste do país, matando 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998.
Nov/2015	Kenyatta anuncia reforma ministerial e diversas medidas de combate à corrupção.
Mar/2016	São realizadas eleições parciais para o Senado em dois condados, em que a coalizão governista obtém importante vitória na costa do país.
Abr/2016	É arquivado o caso contra o vice-presidente William Ruto no TPI, por falta de provas.
Mai- Ago/ 2016	Com a proximidade das eleições gerais de agosto de 2017, ocorrem protestos violentos contra a direção da Comissão Eleitoral, encabeçados pelo líder

	oposicionista Raila Odinga.
Set/2016	É criado o partido "Jubilee", em substituição aos partidos que formavam a base da coalizão governista, em especial, o TNA de Kenyatta e o URP, de William Ruto.
Nov/2016	O Quênia retira suas tropas do Sudão do Sul e suspende suas contribuições à UNMISS, após o general queniano Johnson Mogoa Kimani Ondieki, que detinha o comando da operação, ser destituído de suas funções pela ONU. Relatório publicado dias antes apontava falhas na reação da UNMISS à violência ocorrida em Juba, em 2015.
Jan/2017	A menos de oito meses das eleições gerais e sob críticas da oposição, é sancionada reforma eleitoral, que prevê recurso a sistema manual no caso de falhas no sistema digital.
Fev/ 2017	É lançada nova coalizão oposicionista "National Super Alliance"- NASA, que reúne quatro das principais lideranças de oposição do país: Raila Odinga (<i>Orange Democratic Movement</i>); Musalia Mudavadi (<i>Amani National Congress</i>); Kalonzo Musyoka (<i>Wiper</i>) e Moses Wetangula (<i>Ford Kenya</i>).
Abr/2017	Nas primárias partidárias, Raila Odinga e Kalonzo Musyoka são escolhidos para concorrer à Presidência e à Vice-Presidência, respectivamente, pela coalizão oposicionista "National Super Alliance".

Cronologia das relações bilaterais

1964	Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia
1967	Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.
1973	Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.
1973	Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.
1973	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.
1974	Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.
1975	Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.
1992	Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).
1995	Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.
2001	Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.

2005	Viagem do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao Quênia.
2005	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.
2005	Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.
2005	Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.
2006	Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.
2006	Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.
2007	Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.
2008	II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ocasião em que são assinados atos nas áreas de saúde, meio ambiente e vistos.
Ago/2008	Ministra queniana da área social participa de evento do Ministério do Desenvolvimento Social no Brasil.
Set/2009	Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.
Mar/2010	Visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seleto sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.
Mai/2010	Visitas do "Kenya Sugar Board" e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia
Jul/2010	Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.
Set/2010	Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.
Out/2011	Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.
Mai/2012	Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.
Jun/2012	Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.
Mai/2013	Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o Presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
Dez/2015	Viagem do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a

	Nairóbi para participação na X Conferência Ministerial da OMC.
Ago/2016	O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Emendas ao ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	17/03/2009	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do	06/07/2010	Em ratificação

Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico		
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Tramitação no Congresso Nacional
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em vigor

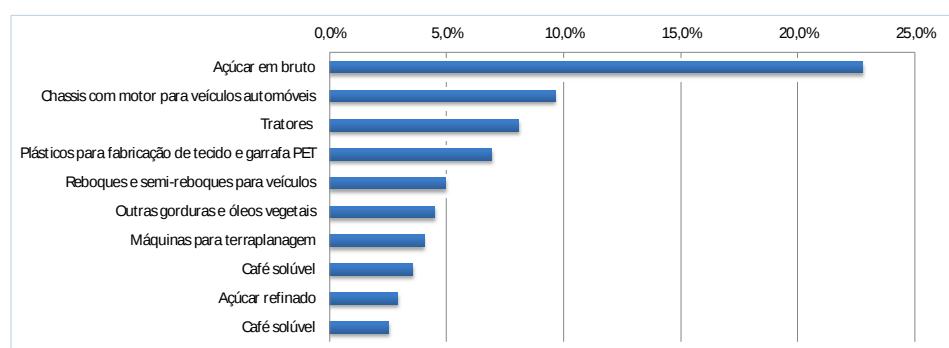
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para o Quênia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	709	1,3%	153	0,3%	13.434	22,8%
Chassi com motor para veículos automóveis	7.834	14,0%	6.038	10,0%	5.674	9,6%
Tratores	2.501	4,5%	12.946	21,3%	4.764	8,1%
Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET	3.617	6,5%	3.169	5,2%	4.099	7,0%
Reboques e semi-reboques para veículos	6.443	11,5%	9.391	15,5%	2.931	5,0%
Outras gorduras e óleos vegetais	0	0,0%	1.876	3,1%	2.662	4,5%
Máquinas para terraplanagem	8.583	15,3%	2.423	4,0%	2.394	4,1%
Café solúvel	767	1,4%	1.089	1,8%	2.087	3,5%
Açúcar refinado	680	1,2%	109	0,2%	1.727	2,9%
Café solúvel	767	1,4%	591	1,0%	1.503	2,6%
Subtotal	31.901	57,0%	37.785	62,3%	41.275	70,0%
Outros	24.112	43,0%	22.890	37,7%	17.652	30,0%
Total	56.013	100,0%	60.675	100,0%	58.927	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliview.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

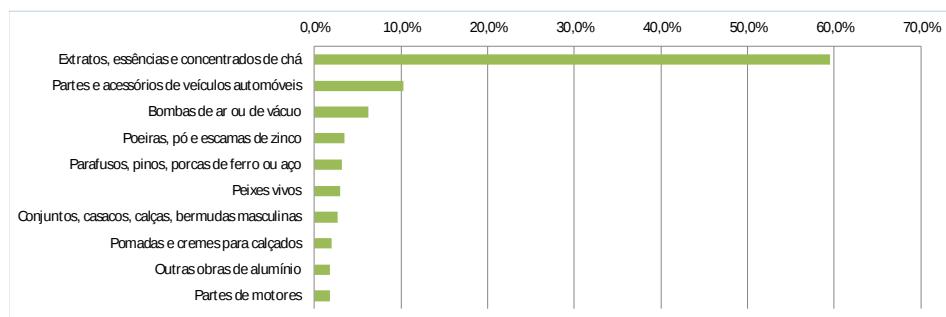


Composição das importações brasileiras originárias do Quênia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Extratos, essências e concentrados de chá	600	33,2%	682	37,9%	354	59,5%
Partes e acessórios de veículos automóveis	269	14,9%	189	10,5%	61	10,3%
Bombas de ar ou de vácuo	5	0,3%	29	1,6%	37	6,2%
Poeiras, pó e escamas de zinco	0	0,0%	0	0,0%	21	3,5%
Parafusos, pinos, porcas de ferro ou aço	22	1,2%	5	0,3%	19	3,2%
Peixes vivos	0	0,0%	7	0,4%	18	3,0%
Conjuntos, casacos, calças, bermudas masculinas	0	0,0%	11	0,6%	16	2,7%
Pomadas e cremes para calçados	0	0,0%	0	0,0%	12	2,0%
Outras obras de alumínio	0	0,0%	0	0,0%	11	1,8%
Partes de motores	0	0,0%	7	0,4%	11	1,8%
Subtotal	897	49,6%	930	51,7%	560	94,2%
Outros	911	50,4%	869	48,3%	35	5,8%
Total	1.807	100,0%	1.799	100,0%	595	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



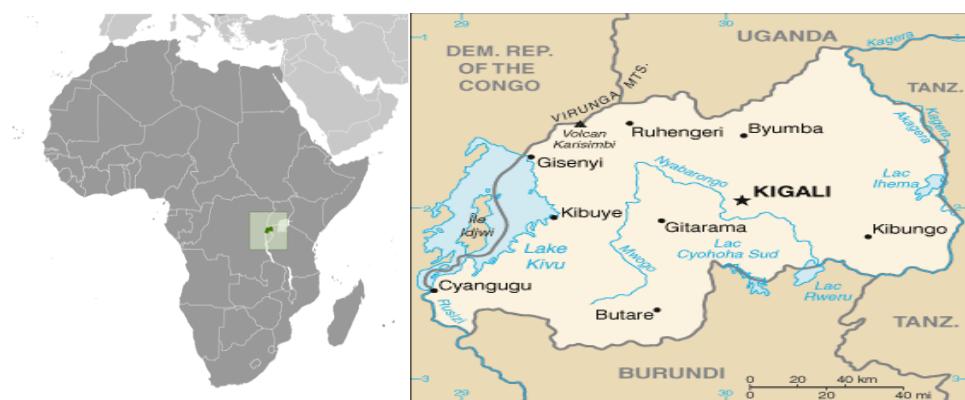
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET	1.538	12,1%	2.624	20,7%	Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET 20,7%
Açúcar em bruto	759	6,0%	1.982	15,6%	Açúcar em bruto 15,6%
Chassis com motor para veículos automóveis	1.168	9,2%	1.855	14,6%	Chassis com motor para veículos automóveis 14,6%
Café solúvel	780	6,1%	719	5,7%	Café solúvel 5,7%
Tratores	204	1,6%	512	4,0%	Tratores 4,0%
Outros móveis e suas partes	453	3,6%	442	3,5%	Outros móveis e suas partes 3,5%
Papel e cartão para escrita e impressão	501	3,9%	405	3,2%	Papel e cartão para escrita e impressão 3,2%
Pneus	147	1,2%	339	2,7%	Pneus 2,7%
Bombas de ar para líquidos	372	2,9%	325	2,6%	Bombas de ar para líquidos 2,6%
Aquecedores elétricos de água	467	3,7%	299	2,4%	Aquecedores elétricos de água 2,4%
Subtotal	6.389	50,2%	9.502	75,0%	
Outros	6.326	49,8%	3.171	25,0%	
Total	12.715	100,0%	12.673	100,0%	
Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
Extratos, essências e concentrados de chá	267	71,2%	153	30,1%	Extratos, essências e concentrados de chá 30,1%
Bombas de ar ou de vácuo	35	9,3%	84	16,5%	Bombas de ar ou de vácuo 16,5%
Partes e acessórios de veículos automóveis	26	6,9%	58	11,4%	Partes e acessórios de veículos automóveis 11,4%
Outros motores e máquinas motriz	0	0,0%	44	8,7%	Outros motores e máquinas motriz 8,7%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle	0	0,0%	28	5,5%	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle 5,5%
Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço	1	0,2%	16	3,2%	Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço 3,2%
Pomadas e cremes para calçados	5	1,3%	13	2,6%	Pomadas e cremes para calçados 2,6%
Centrifugadores e aparelhos para filtrar líquidos ou gases	0	0,0%	13	2,6%	Centrifugadores e aparelhos para filtrar líquidos ou gases 2,6%
Partes de motores	1	0,3%	12	2,4%	Partes de motores 2,4%
Carroçarias para veículos automóveis	0	0,0%	11	2,2%	Carroçarias para veículos automóveis 2,2%
Subtotal	335	89,2%	432	85,1%	
Outros produtos	41	10,8%	76	14,9%	
Total	375	100,0%	508	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DRP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alinweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE RUANDA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE RUANDA

NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali (745.261 habitantes)
ÁREA	26.338 km ² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO	11,262 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; Inglês; Francês; Suáli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo Romano(43,7%); Protestantes (37,7%); Adventistas de Sétimo Dia (11,8%); Muçulmanos (2%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semi-Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Anastase Murekezi (desde 2014)
CHANCELER	Louise Mushikiwabo (desde 2009)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 8,34 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 21,97 bilhões (Brasil US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 723,45 (Brasil US\$ 8.726,90)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 1905,43 (Brasil US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB	6% (2016 est.); 6,91% (2015 est.); 6,96% (2014).
IDH (PNUD, 2015)	0,498
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	64,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	71,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	2,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês
EMBAIXADORA EM KIGALI	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Mathilde Mukantabana (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RUANDA (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → Ruanda	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	567	1.327	-	1.737	504	206	344	703	960
Exportações	565	451	1.574	1.735	460	195	339	698	948
Importações	2	877	-	2	44,06	11	5	4	12
Saldo	563	-424	-	1.733	416	183	334	694	936

Apresentação

A República de Ruanda é um país continental, situado na região dos Grandes Lagos, e faz fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia. Ex-colônia do Reino da Bélgica, Ruanda obteve a independência em 1962. A população de Ruanda, estimada em 11,262 milhões, é dividida em dois grupos étnicos principais: hutu (84%) e tutsi (15%). Embora continue a determinar os contornos da vida social e política do país, o genocídio ocorrido em 1994, um dos eventos cataclísmicos do século XX, contrasta de forma contundente com a ordem e o desenvolvimento em evidência no país atualmente.

Perfis biográficos

PAUL KAGAME

Presidente da República



Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos que causaram a morte de mais de 150 mil pessoas. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge. Estudante dedicado, cedo se entusiasmou com os grandes líderes revolucionários de sua juventude, como Che Guevara.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni, que deporia o presidente ugandense Tito Okello, em 1986. No mesmo ano, foi designado Chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do presidente Museveni e participou da criação da

Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime autocrático de Juvénal Habyarimana. Em 1990, recebeu treinamento militar nos EUA.

Em julho de 1994, após o Genocídio de Ruanda, o FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de Vice-Ministro e Ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010.

ANASTASE MUREKEZI

Primeiro-Ministro



Anastase Murekezi nasceu em 15 de junho de 1952. Estudou Agricultura na Universidade Louvain-la-Neuve, na Bélgica. Ocupou o cargo de ministro do Serviço Público e do Trabalho até 2014, quando foi nomeado Primeiro-Ministro pelo presidente Kagame.

Relações bilaterais

As relações Brasil-Ruanda, estabelecidas em 1981, são ainda tênuas, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e ausência de visitas de alto-nível de parte a parte. A região da África Oriental e dos Grandes Lagos, onde se situa Ruanda, são consideradas a última fronteira da diplomacia brasileira no continente africano. Desde o final dos anos 2000, e em especial após a visita do então presidente Lula ao Quênia e à Tanzânia, em 2010, o Brasil tem buscado intensificar paulatinamente sua presença na região. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou

visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o Ministro Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62a AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira. O Acordo ainda aguarda ratificação da parte ruandesa.

Em junho de 2011, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O Chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de maior participação no desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em 24 de junho de 2011, o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Cooperação bilateral

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Ruanda poderão ser embasadas no Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado em 2007, assim que ratificado por Ruanda. Atualmente, não há ações de cooperação técnica em curso com esse país. Em 2009, houve missão técnica ruandesa ao Brasil para conhecer a experiência em biocombustíveis, sem a consolidação de projetos específicos.

Reforçando o perfil brasileiro de prestador de cooperação para a região dos Grandes Lagos, o governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de US\$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas, basicamente, por máquinas e por produtos industriais alimentares em 2016. As importações brasileiras de Ruanda foram insignificantes nos últimos anos, tendo-se restringido à compra de pedras preciosas e de chá, no mesmo ano.

Em 2014, o grupo Positivo BHG firmou contrato com o governo de Ruanda para fornecimento de, pelo menos, 750 mil laptops para escolas públicas ruandesas. Em 2015, o grupo inaugurou unidade de produção em Kigali, que já produz para exportação a outros países africanos, como o Quênia. Trata-se do primeiro investimento do grupo no continente africano.

ASSUNTOS CONSULARES

Os assuntos consulares pertinentes a Ruanda são, até o momento, de responsabilidade da Embaixada do Brasil em Nairóbi, que exerce, por cumulatividade, a função de Embaixada do Brasil para Ruanda.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos a Ruanda.

Política interna

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de Estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de forte estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda, que somente foi reprimida devido ao apoio da França e dos países francófonos vizinhos. Em agosto de 1993, o presidente ruandês negociau um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o Genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados. As milícias hutus “Interahamwe” e “Impuzamugambi”, dirigidas pela agremiação política “Akazu”, foram os principais executores do genocídio.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR, contando com o suporte dos EUA, reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente 2 milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, para presidente, e Faustin Twagiramung, para Primeiro-Ministro. A intenção da FPR foi a coabituação política com o antigo

Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada uma nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições, em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos.

O presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em que pese a existência continuada de tensões fronteiriças – principalmente com a República Democrática do Congo –, Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário. O combate à corrupção tem sido outra característica do governo de Paul Kagame.

A memória muito viva do genocídio ainda recente, bem como de outras perseguições à minoria tutsi que marcaram a história do país desde a independência, somada à ameaça representada pela presença de genocidários próximos à fronteira, conferem à questão securitária um caráter existencial para o regime atual. Desse modo, o desenvolvimento não só proporciona bem-estar à população, com também fortalece o país diante de ameaças externas e internas, as quais, por sua vez, continuariam a demandar constante vigilância.

Ao mesmo tempo em que os resultados no campo do desenvolvimento são reconhecidos mundialmente, o quadro político do país não conta com oposição expressiva. A existência de restrições à liberdade de expressão e de manifestação política em Ruanda é alvo de críticas de organizações como a Human Rights Watch, que indica haver no país frequentes casos de ameaças a vozes dissidentes, principalmente a jornalistas nacionais e estrangeiros.

Em 2015, foi aprovada, em referendo com 98,3% de votos favoráveis, emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a candidatura de Kagame a uma segunda reeleição, no pleito a ser realizado em 2017.

Eleições presidenciais de 2017

Em agosto de 2017, serão realizadas eleições presidenciais em Ruanda, em que o atual presidente Paul Kagame desonta como favorito à reeleição. Kagame havia anunciado sua intenção de concorrer a um terceiro mandato em janeiro de 2016, meses após a conclusão do processo de reforma constitucional que flexibilizou o limite de reconduções ao cargo de presidente. Caso saia vencedor no pleito, cenário julgado altamente provável por analistas, Kagame ainda poderá candidatar-se a nova reeleição, em 2024, para mandato que passará a ser de 5 anos. Em agosto de 2016, a um ano da realização das eleições presidenciais em Ruanda, o

partido opositor no exílio Congresso Nacional de Ruanda (sigla RNC em inglês) sofreu cisão devida a disputas internas, o que contribuiu para enfraquecer a oposição a Kagame, tornando ainda mais provável sua reeleição no pleito. Até o momento, apenas o Partido Verde anunciou intenção de concorrer contra Kagame.

Política externa

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais. O presidente Kagame também tem buscado assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, da Cúpula da União Africana em 2016.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o governo depende em certa medida da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional. A guerra civil em Ruanda levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP, no acrônimo em francês), por meio do qual o CNDP se converteria em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, se uniria ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabriram-se as respectivas Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares

liderados pelo Bosco Ntganda rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do presidente congolês, Joseph Kabila, de deter Bosco Ntganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se desde então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o governo de Ruanda ao M23, o que foi sistematicamente negado por Kigali. Diante da deterioração do conflito no leste da RDC, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu, em março de 2013, brigada de intervenção no âmbito da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Sob o comando do General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, a força militar da MONUSCO passou a apoiar, com êxito, ações das Forças Armadas da RDC contra grupos rebeldes no leste do país, e, em dezembro de 2013, o M23 negocou com o governo da RDC sua rendição.

As relações com o Burundi deterioraram-se rapidamente nos últimos anos, como desdobramento da crise política burundinesa iniciada em 2015, após a decisão do presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato. Ruanda e Burundi apresentam composição étnica semelhante, com trajetória política, contudo, diversa das etnias tutsi e hutu. No contexto das eleições de 2015, o presidente Paul Kagame havia-se manifestado publicamente contra o terceiro mandato de Nkurunziza. Posteriormente, o governo do Burundi acusou Ruanda de estar abrigando, treinando e armando grupos oposicionistas, com o objetivo de desestabilizar o país. Por sua vez, o governo ruandês acusou o Burundi de apoiar as FDLR. Em abril de 2016, a morte de ex-Embaixador ruandês, preso no Burundi por suspeita de espionagem, elevou as tensões entre os dois países. Nos meses seguintes, foram expulsos de Ruanda cerca de 1500 cidadãos burundineses, bem como foram registradas detenções em massa de nacionais ruandeses no Burundi, acusados de espionagem.

As relações com a Tanzânia, abaladas no início de 1997, após a expulsão de 500 mil refugiados ruandeses daquele país, têm melhorado sensivelmente e tendem a voltar-se cada vez mais para a esfera econômica e comercial, com a consolidação da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba, além de Ruanda e da Tanzânia, o Burundi, Uganda, Quênia e o Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

No que diz respeito à agenda de integração regional na África Oriental, nota-se uma grande sintonia de posições com o Quênia, país que constitui, também, importante parceiro comercial de Ruanda, ocupando, atualmente, a segunda posição como destino das exportações ruandesas, após a República Democrática do Congo, e segunda posição como fornecedor para o país, após a China.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento

desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais são numerosos, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

A China ocupa crescente posição nas relações econômico-comerciais, constituindo, atualmente, o terceiro principal destino das exportações ruandesas e ocupando o primeiro lugar na origem de importações.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de angariar investimentos, doações e assistência humanitária. EUA e Reino Unido seguem sendo os principais doadores internacionais de Ruanda, a despeito de ameaças de corte nos programas de ajuda motivadas por denúncias de perseguição política e de restrição das liberdades fundamentais no país.

As relações com a França, particularmente conturbadas, deterioraram-se desde outubro de 2016, quando foi reaberta investigação francesa acerca da derrubada do avião que vitimou os então presidentes de Ruanda, Juvénal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, em 1994, evento que constitui a causa imediata do genocídio no país. A reabertura do inquérito teve como objetivo apurar acusações acerca do envolvimento do presidente Paul Kagame no episódio e quase levou ao rompimento das relações entre os dois países. Em 2006, Ruanda já havia rompido relações com a França por três anos por motivo semelhante. Kigali, por sua vez, critica Paris pela recusa a reconhecer sua suposta conivência com o genocídio em Ruanda. A percepção ruandesa é de que a França teria cumprido papel determinante na defesa e no armamento do regime genocidário, bem como teria facilitado a fuga em massa de genocidários para a República Democrática do Congo (então Zaire) e não colaborado adequadamente para prender e punir genocidários que encontraram refúgio na França. Em 2008, o Parlamento de Ruanda decidiu substituir a língua francesa pela língua inglesa no ensino escolar do país. Embora, oficialmente, a decisão tenha sido motivada pelo desejo ruandês de aprofundar sua integração com os países da EAC, em sua maioria, anglófonos, ela é vista por analistas como sintomática das tensões nas relações com a França.

Economia

Ao longo das duas últimas décadas, Ruanda obteve importantes conquistas no plano econômico. Mais recentemente, o país vem seguindo modelo de desenvolvimento semelhante ao de países asiáticos, com elevada prioridade conferida à educação e uma abordagem marcadamente pró-negócios, com reduzida intervenção estatal. Ruanda é regularmente enaltecida em círculos internacionais, por personalidades como Jeffrey Sachs, pelos avanços registrados na superação da pobreza, na promoção do acesso à saúde e educação, no combate à corrupção e na geração de um bom ambiente de negócios.

Segundo as últimas projeções, a economia de Ruanda deverá manter bom

desempenho. Para 2017, há expectativa de crescimento de 7% do PIB, resultado ligeiramente superior ao registrado nos últimos anos: 6% em 2016, 6,91% em 2015, 6,96%, em 2014.

Nos últimos anos, a população urbana de Ruanda tem crescido rapidamente, tendo atingido 28,8% da população total em 2015. Nesse contexto, tem crescido a importância do setor de serviços para a economia ruandesa, o qual já é responsável por 50,3% do PIB do país. Também tem contribuído para o crescimento desse setor a estratégia do governo atual de tornar o país um *hub* de serviços para a subregião da África Oriental e, até mesmo, para outros países do continente africano. Apesar disso, o setor da agricultura ainda é responsável por mais de 70% dos empregos no país, embora contribua apenas com 34,6% do PIB. O setor da indústria, por sua vez, é o menos expressivo, com apenas 6,8% dos empregos e 15,1% do PIB ruandês.

Segundo o governo de Ruanda, o déficit fiscal do país deverá atingir um máximo histórico de 9% do PIB no biênio 2016/2017. A expectativa é de que esse indicador seja reduzido a 3,9% do PIB já em 2020/2021, em função da redução de gastos com infraestrutura e das ações governamentais para elevar a arrecadação em 0,5% do PIB nos próximos anos. Apesar da expectativa do governo de que esse déficit seja financiado com a tomada de empréstimos no plano doméstico e internacional, não está afastado o risco de crescimento da inflação no futuro próximo. Em 2015, a ajuda oficial ao desenvolvimento representou 80% da receita do governo ruandês.

O índice de inflação em Ruanda apresentou tendência de alta nos últimos anos, tendo-se elevado de 4,53% em 2015 para 7,28%. Espera-se, contudo, que a inflação se estabilize em torno de 5% já em 2018, diante da expectativa de diminuição no ritmo de cortes na taxa de juros pelo Banco Central ruandês.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2015, somou US\$ 2,4 bilhões, retraimento de 7,6% em relação aos valores de 2014, quando foi registrado auge histórico. A balança comercial do país é estruturalmente deficitária (US\$ 1,27 bilhão em 2015). Em 2015, as exportações ruandesas somaram US\$ 578 milhões, queda de 11% em relação a 2014. Os principais mercados de destino para suas exportações foram a República Democrática do Congo (32% do total); o Quênia (15%); Suíça (9%); Emirados Árabes Unidos (7%); Estados Unidos (4%). As importações totais de Ruanda somaram US\$ 1,85 bilhão em 2015, com queda de 4% em relação aos valores do ano de 2014. Os principais países de origem das importações ruandesas foram China (19%); Uganda (12%); Índia (10%); Quênia (8%); Emirados Árabes Unidos (5%).

Apesar de o comércio com Ruanda ser expressivo, o saldo da balança comercial bilateral tem sido, tradicionalmente, favorável ao Brasil. Em 2016, o superávit brasileiro atingiu US\$ 936 mil. No mesmo ano, o intercâmbio comercial entre os dois países registrou crescimento de 36% em relação a 2015, atingindo 960 mil. As exportações brasileiras para Ruanda cresceram 35% em relação a 2015, tendo atingido US\$ 948 mil em 2016. As importações brasileiras de Ruanda

aumentaram três vezes no mesmo período, passando de US\$ 4 mil para US\$ 12 mil.

Após terem atingido seu auge em 2011, quando totalizaram US\$ 1,7 milhão, as exportações brasileiras para Ruanda sofreram queda de 73% no ano seguinte. Desde então, o fornecimento para o mercado ruandês vem-se recuperando gradualmente. A pauta de exportações do Brasil é composta por 100% de manufaturados, com destaque para máquinas e aparelhos.

Até o ano de 2012, as importações brasileiras de Ruanda registraram grande oscilação, tendo-se estabilizado a uma média de US\$ 8,2 mil nos quatro últimos anos. Nesse período, a pauta de importações brasileiras concentrou-se, quase exclusivamente, em pedras preciosas, artefatos de joalharia, chá e xales e lenços.

Cronologia histórica

1885	Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio Alemão.
1916	Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
1962	Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica. Marco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
1973	Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana.
1990	Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda.
1993	Assinatura dos Acordos de Arusha.
1994	Morte de Habyarimana dá início ao Genocídio de Ruanda.
2000	Paul Kagame assume a presidência com a renúncia de Pasteur Bizimungu.
2003	Paul Kagame é eleito presidente de Ruanda.
2010	Paul Kagame é reeleito presidente de Ruanda

Cronologia das relações bilaterais

1981	Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas.
1982	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ruandês ao Brasil.
2007	Encontro do Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova York à margem da 62ª AGNU.

2007	Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2010	Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.
2011/mai	Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano a Kigali.
2011/jun	Encontro entre o Ministro Antonio Patriota e o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.
2011/jun	Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação

Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a Ruanda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0	0,0%	2	0,3%	212	22,4%
Máquinas e aparelhos para colheita agrícola	96	28,3%	134	19,2%	139	14,7%
Máquinas mecânicas com função própria	0	0,0%	13	1,8%	110	11,6%
Outras preparações e conservas de carne	0	0,0%	0	0,0%	100	10,6%
Máquinas p/ selecionar, peneirar, separar minérios	0	0,0%	0	0,0%	77	8,1%
Frutas e outras partes comestíveis de plantas preparadas	0	0,0%	0	0,0%	55	5,8%
Outras máquinas para elevação	9	2,5%	0	0,0%	55	5,8%
Aparelhos para tratamento de metais e de vidro	0	0,0%	0	0,0%	47	5,0%
Máquinas p/ limpeza, seleção ou peneiração de grãos	227	66,9%	4	0,6%	33	3,5%
Café solúvel	0	0,0%	0	0,0%	23	2,4%
Subtotal	331	97,7%	153	21,9%	852	89,9%
Outros	8	2,3%	546	78,1%	96	10,1%
Total	339	100,0%	698	100,0%	948	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

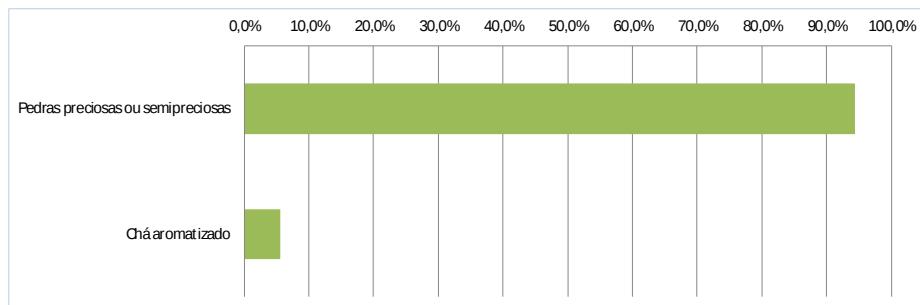


Composição das importações brasileiras originárias da Ruanda (SH4)
US\$ mil

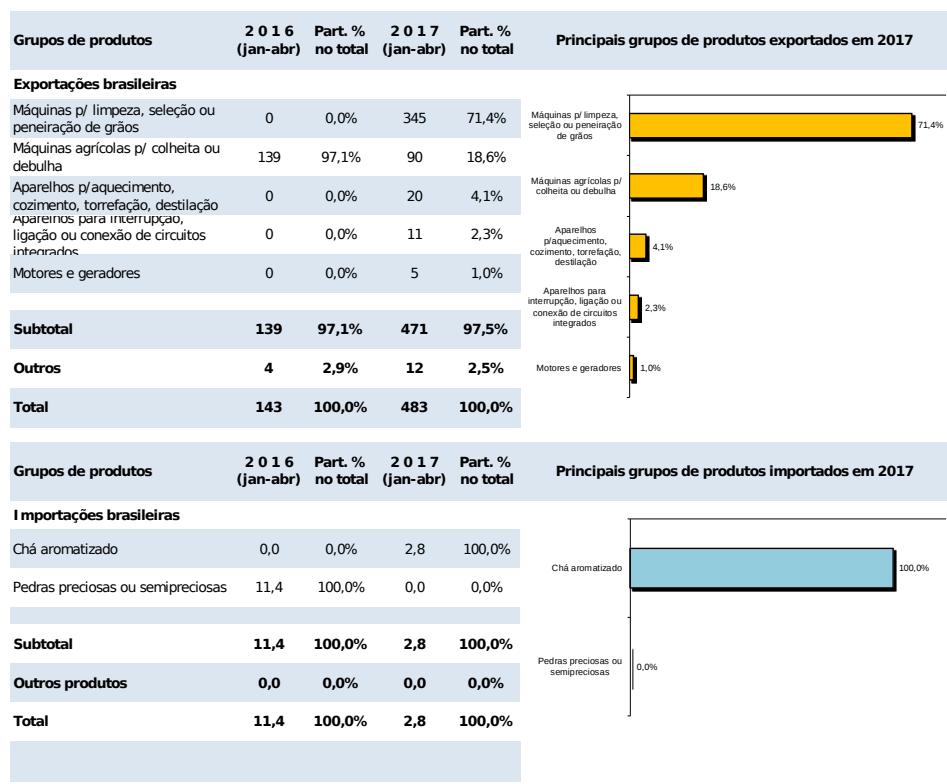
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pedras preciosas ou semipreciosas	0,0	0,0%	1,1	26,5%	11,4	94,4%
Chá aromatizado	0,1	2,3%	1,6	36,7%	0,7	5,6%
Artefatos de joalharia	1,8	36,6%	1,0	22,6%	0,0	0,0%
Malas e maletas	0,6	12,2%	0,5	11,7%	0,0	0,0%
Xales, écharpes e lenços de pescoço	2,0	39,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	4,5	90,9%	4,2	97,5%	12,1	100,0%
Outros	0,4	9,1%	0,1	2,5%	0,0	0,0%
Total	4,9	100,0%	4,3	100,0%	12,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alivweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



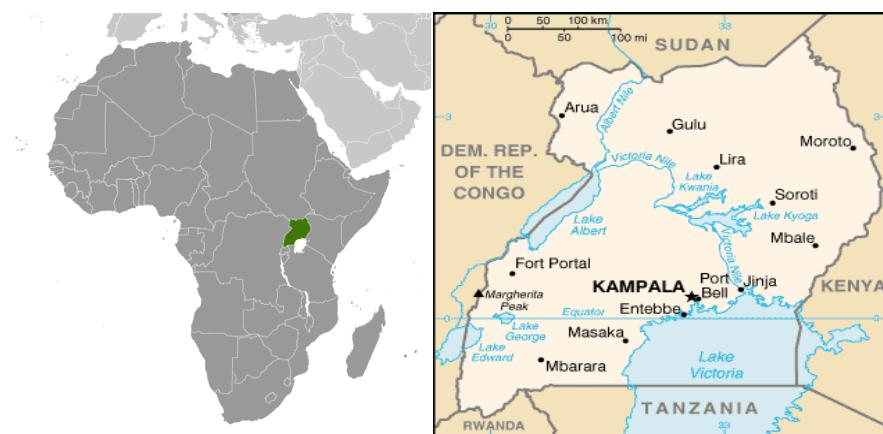
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE UGANDA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS UGANDA

NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense
CAPITAL	Campala (1,6 milhão de habitantes- equivalente à população de Recife)
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO (2015)	39,03 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã Protestante (42%); Cristã Católica (41,9%); islâmica (12,1%); outras (3,1%); sem religião (0,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembléia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	PM Ruhakana Rugunda (desde 2014)
CHANCELER	Sam Kahamba Kutesa (desde 2014)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 25,61 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhão)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 84,92 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI, 2016)	US\$ 623,39 (Brasil: US\$ 8.726,9)
PIB PPP per capita (FMI, 2016)	US\$ 2.066,99 (Brasil: US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2016)	4,94% (2016 est.); 4,81% (2015 est.); 4,89% (2014)
IDH (PNUD, 2015)	0,493
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (BM, 2014)	58,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2015)	73,86%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2014)	5,93%
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US\$ 1 = 2490,2 UGX
EMBAIXADORA EM CAMPALA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Oliver Wonekha (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UGANDA (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → Uganda	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	3.015	3.580	5.222	9.260	5.670	4.355	4.514	5.972	3.981
Exportações	2.663	3.490	4.893	8.889	5.398	4.288	3.953	5.967	3.977
Importações	351	89	328	370	272	67	560	5	4
Saldo	2.312	3.400	4.565	8.519	5.125	4.221	3.393	5.972	3.981

APRESENTAÇÃO

A República de Uganda é um país continental, situado na região dos Grandes Lagos, que faz fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da *Commonwealth*. A população ugandense é estimada em 39,03 milhões.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. Apesar disso, o país permanece dependente da ajuda oficial ao desenvolvimento, bem como dos investimentos externos, sobretudo da China, que desempenham papel fundamental na ampliação da infraestrutura energética e de transporte ugandense.

A estabilidade político-institucional e econômica alcançada após a assunção da Presidência por Yoweri Museveni, em 1986, também se reflete em uma presença mais ativa na política regional. Uganda é o maior contribuinte de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil neste país. O presidente Museveni tem atuado como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi. Uganda abriga, atualmente, a segunda maior população de refugiados do mundo, estimada em mais de um milhão de pessoas, das quais 900 mil são refugiados sul-sudaneses.

No plano multilateral, Uganda tem tido participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Em 2010, Campala foi sede da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional. Uganda também abriga, na cidade de Entebbe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.

Perfis biográficos

YOWERI KAGUTA MUSEVENI

Presidente da República



Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, Tanzânia. Durante a juventude, adotou o marxismo e os ideais pan-africanos. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do presidente ugandense Milton Obote. Em 1971, quando Idi Amin Dada assumiu o poder por meio de um golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia, junto com Obote. Em 1978, ano em que Idi Amin ordenou a invasão da Tanzânia, Museveni e outros exilados e rebeldes ugandenses criaram a Frente de Libertação Nacional de Uganda (UNFL). Em abril de 1979, com a deposição de Idi Amin pela aliança formada pela UNFL e pelo exército tanzaniano, Museveni tornou-se Ministro da Defesa. Em 1980, com a deposição do então Presidente Yusuf Lule, Museveni foi transferido para a pasta da Cooperação Regional e, em seguida, tornou-se Vice-Chefe da Comissão Presidencial, que convocou eleições nacionais.

Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello, e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições sob seu comando, foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito em 2001. Foi reeleito Presidente sucessivamente em 2006, 2011 e 2016, graças a emenda na Constituição que permitiu a reeleição para o cargo por mais de uma vez.

RUHAKANA RUGUNDA

Primeiro Ministro



Ruhakana Rugunda nasceu em 7 de novembro de 1947. Formou-se em Medicina pela Universidade Escola Makere de Medicina e pela Universidade da Zâmbia. Possui mestrado em saúde pública pela Universidade de Berkeley, na Califórnia. Antes de seguir a vida política, trabalhou como médico na Zâmbia, nos Estados Unidos (Washington) e no Quênia.

Após a chegada de Museveni ao poder, em 1986, Rugunda assumiu vários postos políticos: ministro da Saúde, de 1986 a 1988; ministro do Trabalho, Transporte e Comunicação, de 1988 a 1994; ministro de Negócios Estrangeiros, de 1994 a 1996; ministro da Informação, de 1996 a 1998; ministro da Presidência, de 1998 a 2001; ministro das Águas, da Terra e do Meio Ambiente, de 2001 a 2003; ministro de Negócios Internos, de 2003 a 2009. Em 2009, foi nomeado representante permanente de Uganda nas Nações Unidas, servindo como presidente do CSNU em julho de 2009 e em outubro de 2010. Em maio de 2011, foi novamente designado ministro da Informação e da Comunicação Tecnológica, e, em 2013, voltou a ser ministro da Saúde. Em 2014, foi nomeado primeiro-ministro.

Relações bilaterais

As relações Brasil-Uganda, estabelecidas em 1970, são ainda tênuas, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas de alto-nível de parte a parte. A região da África Oriental e dos Grandes Lagos, onde se situa Uganda, constituem a última fronteira da diplomacia brasileira no continente africano. Desde o final dos anos 2000, e em especial após a visita do então Presidente Lula ao Quênia e à Tanzânia, em 2010, o Brasil tem buscado intensificar paulatinamente sua presença na região. A representação brasileira junto ao governo de Campala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília.

As poucas visitas de alto nível registradas entre os dois países deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais ou partiram de iniciativa ugandense. Em 1984, o então Ministro de Cooperação e Comércio Yona Kanyomozi realizou histórica visita ao Brasil. O presidente Museveni esteve no Brasil em três ocasiões: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD,

2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010. Em maio de 2014, o presidente Museveni encontrou-se, ainda, com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana. Em junho de 2012, a ministra do Meio Ambiente ugandense Flavia Munaaba esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Entre outras visitas de parte à outra, cabe ainda mencionar a realização, em dezembro de 2010, em Campala, de reunião de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandenses, bem como a vinda ao Brasil, em março de 2015, do Embaixador Johnny Muhindo, então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda. Nesta ocasião, em encontros mantidos no Itamaraty, foram verificados critérios para a abertura de Embaixada ugandense em Brasília, bem como avaliadas possibilidades de cooperação entre os dois países.

Cooperação bilateral

Os esforços de aproximação com Uganda têm ocorrido, sobretudo, no campo da cooperação. As áreas de agricultura e energia, em particular, têm-se revelado promissoras para o adensamento das relações bilaterais. Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que se encontra, atualmente, em renegociação. Uma vez em vigor, o Acordo deverá fornecer o marco jurídico para a estruturação de projetos de cooperação com o país.

O Brasil não mantém, no momento, projeto de cooperação em execução ou negociação com Uganda. Ressalta-se que o país foi parte da missão de diagnóstico do projeto "Cotton Victoria", para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental, realizada entre novembro e dezembro de 2013, porém não foi integrado ao referido projeto, uma vez que o setor cotonicultor ugandense não possuía relevância àquela observada em outros países (Tanzânia, Quênia, Burundi).

No passado, foram realizadas iniciativas bilaterais com resultados positivos nas áreas de biocombustíveis, combate à corrupção, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes. Entre as ações de maior relevância, vale mencionar a troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar; o envio de missão parlamentar ugandense, em 2009, a Brasília, a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao combate à corrupção, e a realização, em 2010, em Campala, do seminário "Pro-Renova", visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi também realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social.

Em abril de 2012, realizou-se em Campala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, quando foram analisadas perspectivas de cooperação bilateral. A senhora Kadaga apresentou proposta de Memorando de Entendimento de cooperação parlamentar.

Em junho de 2014, Uganda também manifestou interesse no treinamento de diplomatas pelo Instituto Rio Branco. Em fevereiro de 2015, a Chancelaria ugandense encaminhou à Embaixada brasileira proposta de Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países, cujas negociações ainda não foram concluídas.

Em março de 2015, por ocasião da visita ao Brasil do então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda Johnny Muhindo, foram debatidas possibilidades de cooperação técnica com o Brasil, com destaque para o cultivo da mandioca, bem como de cooperação na área de comércio e investimentos, sobretudo nas áreas de construção, mineração e agricultura. Também foi avaliada a possibilidade de abertura de curso de português em Uganda.

No âmbito da cooperação humanitária, Uganda é beneficiária da Lei 12.429/2011, que autoriza a doação de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, foram doadas 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465,00 ao país. A doação, destinada a campos de refugiados congoleses no país, foi recebida em 2013.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é ainda modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em grande medida, por manufaturados como máquinas agrícolas, motores elétricos e pneus. As importações brasileiras de Uganda foram insignificantes nos últimos anos, tendo-se restringido à compra de especiarias e ferramentas de metal, em 2016.

A estabilidade macroeconômica observada em Uganda nos últimos anos poderá favorecer a presença de investimentos brasileiros no país. A estratégia atual do governo ugandense de promover o robustecimento da infraestrutura como forma de elevar a competitividade e acelerar o crescimento do país também oferece oportunidades para a atuação de empresas brasileiras em Uganda no futuro.

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente em Uganda; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Uganda, a República de Ruanda, a República do Burundi e a República Federal da Somália. No período de 2004 a 2012, manteve-se o Consulado Honorário em Campala, com jurisdição sobre todo o território da República de Uganda, subordinado à Embaixada do Brasil em Nairóbi.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Uganda.

Política interna

O quadro político interno ugandense é caracterizado por histórica fragmentação em reinos e etnias rivais, que deram origem a divisões e a disputas pelo poder na história do país independente. Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infra-estrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do Sul e do Norte do país, com a nomeação do Rei Edward Mutesa (da etnia Bantu, predominante no Sul) para o cargo de Presidente, e Milton Obote (da tribo Langui, no Norte) para Primeiro-Ministro. Ao tentar instituir um regime de partido único, com o objetivo de eliminar o tribalismo, o Primeiro-Ministro Obote entrou em conflito com o Presidente. Em 1966, com o apoio do Exército, Obote suspendeu a Constituição, que assegurava considerável autonomia aos diversos reinos tribais. Nesse mesmo ano, Obote tomou o poder. A resistência de Mutesa ao golpe foi reprimida pelo Exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade por curto período.

Durante sua gestão, o cenário político foi pontuado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população professam o cristianismo) e por ataques armados contra tribos rivais, como o grupo dos Langui, do Presidente deposto Milton Obote. Em 1978, uma revolta de tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzou a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa lideira com o país vizinho, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda,

precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979. Ao longo de seus nove anos, o governo de Idi Amin deixou mais de 300 mil mortos.

As forças invasoras instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule, figura proeminente nos meios tribais da região sul do país. Inconformadas com a perda de espaço político, as etnias da região norte, área de influência de Milton Obote, formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que logo assumiu o controle e depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não aceitou o resultado do pleito e deflagrou uma guerrilha contra o governo instituído, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O segundo governo de Obote, tal como o primeiro, dependeu do apoio do Exército (UNLA), uma vez que o mandatário não foi capaz de angariar consenso entre as diversas facções tribais do país. Por outro lado, o movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores ao regime. Como resultado dos combates, estima-se que o número de vítimas tenha ultrapassado o do período de Idi Amin. Em julho de 1985, o Exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

O Conselho Militar liderado pelo General Tito Okello assumiu o poder e tentou iniciar negociações de paz com o NRA. Este, por sua vez, recusou-se a dialogar com os militares, tidos como colaboradores de Obote e responsáveis pelo massacre de milhares de civis. Em janeiro de 1986, tropas do NRA invadiram Campala, que foi dominada após violentos conflitos. O Conselho Militar foi dissolvido e Museveni, empossado Presidente, à frente do Conselho de Resistência Nacional (CRN), formado pela cúpula da NRA e por elementos de seu braço político, o Movimento de Resistência Nacional (MRN).

Quadro recente

A vida política de Uganda tem sido dominada, há trinta anos, pela figura de Yoweri Museveni, Presidente da República desde 1986. No início de sua gestão à frente do país, Museveni proscreveu os partidos políticos, com a exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), o governo permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o Presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo no país.

O multipartidarismo foi adotado somente em 2005, após a realização de referendo nacional. O Parlamento pôs fim, contudo, ao dispositivo constitucional que limitava o instituto da reeleição a uma única vez. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato à Presidência e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016. A perspectiva de Museveni voltar a apresentar-se como candidato em 2021 esbarra, atualmente, no limite de 75 anos estabelecido pela Constituição do país para candidatos presidenciais, embora já se observem movimentações políticas no sentido de promover nova reforma constitucional.

O pleito de fevereiro de 2016 transcorreu em clima tenso, com frequentes acusações pela oposição de intimidação pelos *crime preventers*, cidadãos treinados por forças policiais ugandenses para dar apoio, em princípio, no combate à violência e às irregularidades durante o processo eleitoral. A figura do *crime preventer* havia sido criada pelo governo ugandense em 2014. O resultado do pleito também foi contestado, gerando instabilidade temporária no país. Em recorrentes episódios, o principal candidato da oposição, Kizza Besigye, o qual se havia posicionado em segundo lugar, com 37% dos votos, foi detido em prisão domiciliar após a conclusão do processo eleitoral.

Além do recrudescimento da oposição em Uganda, os principais desafios internos a serem enfrentados pelo presidente Museveni incluem a ameaça de ataques pelo grupo terrorista Al-Shabaab, em retaliação à presença de tropas ugandenses na Somália, e a necessidade de acomodação de demandas separatistas e autonomistas na região de Rwenzori, na fronteira com a República Democrática do Congo. Em 2009, o governo de Uganda reconheceu o reino de Rwenzururu, ligado à etnia bakonzo, na região das montanhas Rwenzori, como entidade fruto de tradições culturais e históricas. Embora não detenha poder político de fato, o reino detém certa autonomia, e seu monarca (Omusinga) Charles Wesley Mumbere exerce grande influência política. A persistência de reivindicações secessionistas por determinados grupos na região tem acarretado, contudo, conflitos pontuais com as forças de Campala. Em novembro de 2016, confronto entre as forças de segurança ugandenses e milícias separatistas da região deixou mais de cem mortos.

Política externa

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e, em seu entorno regional, com o Quênia e com a Tanzânia. Durante o governo de Idi Amin, ocorreu progressivo isolamento internacional de Uganda, bem como deterioração do relacionamento com os países vizinhos.

A partir de 1986, com a assunção da Presidência por Museveni e a estabilização do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de reaproximação com os vizinhos e com

países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco, e, em 2016, o Sudão do Sul também o fez. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. Na presidência de Uganda, Museveni manteve persistente posição em favor da integração econômica regional. Dada sua condição de país continental, sem saída para o mar, e sua dependência da importação de bens de consumo, é compreensível que o país adote tal política.

A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é preocupação estratégica que antecede a independência do país. Por esta razão, as relações com o Quênia constituem tema de grande importância desde a construção da ferrovia Mombaça-Campala, ainda no início do protetorado britânico. Contudo, no que diz respeito ao escoamento da futura produção de petróleo ugandense, prevista para iniciar-se em 2020, Campala optou pela construção de oleoduto que deverá ligar o distrito ugandense de Hoima à cidade portuária de Tanga, na Tanzânia. A decisão frustrou expectativas quenianas de que a rota do projeto tivesse como destino porto do Quênia.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão do Sul, Somália e Burundi.

Embora atualmente Uganda mantenha boas relações com seus vizinhos, e seja considerada, ao lado de Quênia e Tanzânia, um foco de estabilidade regional, a história recente do país registrou grande instabilidade nas relações com os países vizinhos. Uganda envolveu-se na guerra civil do Congo (República Democrática do Congo- RDC), que durou de 1998 a 2003.

As relações com o Sudão chegaram a ser rompidas nos anos 1990, em meio a acusações mútuas de apoio a grupos contrários aos respectivos governos. Em dezembro de 2002, Uganda e Sudão assinaram um acordo de paz que determinou o restabelecimento de relações diplomáticas e a suspensão do apoio a grupos rebeldes. Especula-se que antes dos acordos de paz entre o norte e o sul do Sudão, o “Exército de Resistência do Senhor” (em inglês, “Lord’s Resistance Army – LRA”) recebia suporte militar de Cartum, ao passo que o governo de Uganda apoiava o “Movimento de Liberação do Povo do Sudão” (SPLM). Com a implementação dos acordos de paz, nos quais Uganda teve papel de destaque, Cartum ter-se-ia distanciado do LRA, o que, somado à pressão de Uganda e do Sudão do Sul, enfraqueceu o movimento, que perdeu bases e apoio logístico.

A partir de 2014, as relações entre Uganda e Sudão tiveram expressiva melhora, inclusive, com a realização de visitas de chefe de Estado. A busca pela reaproximação de Cartum condiz com os esforços do governo ugandense para exercer maior influência na mediação de conflitos e na promoção da estabilidade regional. Campala também tem manifestado grande interesse na estabilização do Sudão do Sul, o que pode ser explicado pela forte presença de nacionais ugandeses na economia do país vizinho, bem como pelo crescente volume de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais geram pressão adicional sobre os recursos governamentais.

Desde o início da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, a entrada de refugiados provenientes deste país em território ugandense teve aumento exponencial, de modo que Uganda já concentra, hoje, a segunda maior população de refugiados do mundo, posicionando-se, apenas, atrás da Turquia. Trata-se da crise de refugiados com a maior taxa de crescimento do mundo. Estima-se em cerca de 900 mil pessoas o número atual de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais representam a quase totalidade dos refugiados no país. Segundo a ONU, para garantir a assistência a esse volume de refugiados, seriam necessários cerca de US\$ 2 bilhões anuais, de modo que Uganda depende, essencialmente, da assistência humanitária internacional.

A política de acolhimento de refugiados em Uganda é considerada modelo pela ONU, ao aliar assistência humanitária e desenvolvimento humano. Aos refugiados são concedidos o direito de livre circulação e de trabalho, sendo-lhes dado acesso à terra e aos serviços de saúde e educação. O aumento vertiginoso da população de refugiados, no entanto, desafia a sustentabilidade desse modelo. Com o intuito de financiar essa política, Uganda e a ONU realizarão uma reunião de cúpula em solidariedade aos refugiados, em 22 e 23 de junho de 2017.

Em dezembro de 2013, com o início das hostilidades na região de Juba, tropas ugandenses interviveram no Sudão do Sul. Na ocasião, Campala afirmou que a intervenção visava a impedir que ocorresse no Sudão do Sul cenário semelhante ao do genocídio de Ruanda, de 1994. As tropas ugandenses, que, para prestar apoio à UNMISS, deveriam, em princípio, ter permanecido no Sudão do Sul até o envio de força da IGAD, apenas começaram a ser retiradas em outubro de 2015, em decorrência do acordo de paz assinado entre o presidente sul-sudanês Salva Kiir e as forças rebeldes.

As relações com os vizinhos ainda apresentam, por vezes, pontos de tensão, com a descoberta de recursos naturais importantes em regiões de fronteira. Em março de 2009, por exemplo, ocorreram tensões diplomáticas com o Quênia relativas à posse e à soberania da ilha de Mizingo, no Lago Vitória. Em maio de 2016, foi registrado novo incidente, dessa vez, na fronteira com a RDC, no lago Alberto, também objeto de disputa entre os dois países. O episódio não chegou, contudo, a prejudicar as relações bilaterais.

Com a estabilização do cenário econômico e político em Uganda, após a chegada ao poder de Museveni, houve sensível melhora nas relações com países

ocidentais e organismos internacionais, que se tem revertido em investimentos, doações e assistência humanitária. Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda. Grande parte da ajuda internacional recebida pelo país tem como objetivo o combate ao vírus HIV, que já chegou a acometer 30% da população ugandense, nos anos 1980, restringindo-se a 6% atualmente.

A China, por sua vez, consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos. Em 2016, o país asiático superou a Índia como principal origem das importações de Uganda. Em 2015, as importações ugandenses da China atingiram pico de US\$ 875 milhões, representando um aumento de 67% em relação a 2011. Em abril de 2017, comerciantes ugandeses chegaram a protestar contra a entrada massiva de produtos chineses no país, que teria supostamente contribuído para elevar o desemprego no setor do comércio. Apesar disso, os financiamentos chineses para a realização de grandes projetos de infraestrutura têm importância estratégica para Uganda. Até junho de 2016, o governo ugandense já havia obtido US\$ 8,8 bilhões em crédito junto ao *EXIM Bank* da China, instituição que já supera o Banco Mundial como maior credor do país. No início de 2017, Uganda concluiu com a instituição acordo para fornecimento de mais US\$ 2,3 bilhões, para a construção de trecho de ferrovia de 273 quilômetros, ligando Campala à Mambala, na fronteira com o Quênia. A China também se destaca nos acordos para a projetada produção ugandense de petróleo. Em setembro de 2013, a empresa chinesa *China's National Offshore Oil Corporation* (CNOOC Uganda) foi a primeira petroleira a obter licença para extração das reservas de petróleo em Uganda. Além disso, a China já se posiciona como um dos principais doadores de Uganda, inclusive por meio da construção de importantes obras públicas, como o Hospital de Naguru ("China-Uganda Friendship Hospital Naguru" em inglês) e os prédios em que se localizam os escritórios do presidente e do primeiro-ministro ugandenses.

A estabilidade político-econômica alcançada nas últimas décadas também permitiu ao país exercer papel político cada vez mais relevante em sua região. Em junho de 2010, Campala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebbe (distrito limítrofe a Campala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Vale mencionar, também, que o presidente Museveni tem atuado como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi.

Uganda constitui, ao lado do Burundi, o maior contribuinte de tropas para a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM), onde mais de 2.500 soldados ugandenses combatem grupos insurgentes, alguns deles ligados à al-Qaeda,

notadamente o Al-Shabaab. Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandense em favor da estabilização daquele país, o Al-Shabaab perpetrou atentado terrorista em Campala, que resultou em dezenas de vítimas. No contexto das eleições presidenciais de 2016, novas ameaças de ataque pelo Al-Shabaab causaram preocupação em Uganda, embora não tenham sido concretizadas. Em maio de 2017, o presidente Museveni anunciou que planeja dobrar seu contingente de tropas na AMISOM, em apoio à luta do contra o Al-Shabaab.

Economia

A política econômica, sob o governo de Museveni, tem sido caracterizada por uma abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC). Os maiores desafios ao pleno desenvolvimento de Uganda a serem enfrentados nos próximos anos dizem respeito à instabilidade política no entorno regional ugandense, bem como à persistência da baixa taxa de produtividade, relacionada ao déficit em infraestrutura e ao reduzido volume de investimentos privados no país. Por outro lado, o país poderá beneficiar-se das receitas advindas da recente descoberta de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) para potencializar investimentos em setores estratégicos. Segundo autoridades locais, as reservas ugandenses de petróleo poderiam superar 2,5 bilhões de barris. Empresas como a britânica Tullow Oil, a francesa Total e a chinesa CNOOC (*China National Offshore Oil Corporation*) já receberam licenças do governo ugandense para explorar petróleo no país.

A economia ugandense tem crescido substancialmente nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas e a um aumento na população urbana. O PIB de 2016 foi estimado em US\$ 25,61 bilhões, com um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. O PIB per capita de 2016 foi estimado em US\$623,39. A expectativa, contudo, é de que esse crescimento ocorra no futuro em níveis mais moderados do que os observados ao longo dos últimos anos.

Os investimentos, sobretudo em infraestrutura, são uma variável-chave para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento no país, nos próximos anos. Desse modo, deverá manter-se ou elevar-se a dependência de Uganda em relação a investidores externos, sobretudo da China, cujas instituições financeiras têm tido papel central no fornecimento de crédito para a construção de infraestrutura nos setores de energia e de transportes. Como consequência, a dívida externa de Uganda, que elevou-se de US\$ 5,649 bilhões, em 2015, para US\$ 6,241 bilhões, em 2016, deverá crescer em ritmo ainda mais acelerado no futuro.

Em decorrência de seu dinamismo econômico, bem como do processo de urbanização em Uganda, o setor agrícola vem perdendo espaço na economia. Estima-se que o setor de serviços já seja responsável por 54,4% do PIB, seguido da

agricultura (24,5% do PIB) e, por fim, do setor industrial (21% do PIB). Apesar disso, a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2015, 83,9% da população de Uganda viviam em zonas rurais, e, em 2013, 72% dos empregos do país eram providos pelo setor agrícola.

O déficit fiscal em Uganda apresentou tendência de alta nos últimos anos, como resultado de grandes projetos em infraestrutura, e deverá atingir 9% do PIB no biênio 2016/2017. O endividamento externo deverá continuar a suprir esse déficit. Além disso, ressalta-se que, em 2015, 53,6% das despesas governamentais em Uganda foram provenientes da ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, sigla em inglês).

A partir da década de 1980, o governo de Uganda promoveu intervenções na política monetária com o objetivo de diminuir a inflação e de encorajar o investimento externo. Desde 1990, a economia tem respondido positivamente, apresentando resiliência diante de crises internacionais como a de 2008. Em 2016, a arrecadação de impostos atingiu 4,6% do PIB, e a inflação foi estimada em 5,6%. Entre 2015 e 2016, o shilling ugandense (moeda nacional) foi depreciado em 50% em relação ao dólar, como forma de promover as exportações de Uganda, afetadas pela queda na produção agrícola do país relacionada à crise hídrica na África Oriental.

No setor externo, as exportações de Uganda somaram US\$ 2,723 bilhões em 2016, e as importações, US\$ 4,677 bilhões. Naquele ano, destacaram-se, na pauta de exportações do país, as vendas de café, peixes, chás, algodão, flores, produtos da horticultura e ouro. Em relação aos principais bens importados, destacaram-se os equipamentos de capital, veículos, petróleo, suprimentos médicos e cereais.

Os principais mercados de destino para as exportações ugandenses em 2015 foram: Ruanda (10,8%); Emirados Árabes Unidos (EAU) (9,9%); RDC (9,8%); Quênia (9,8%); Itália (5,8%); Holanda (4,9%); Alemanha (4,8%); e China (4,1%). As principais origens das importações de Uganda em 2015 foram: Quênia (16,5%); EAU (15,6%); Índia (13,5%); e China (13,1%).

Cronologia histórica

1962	Uganda torna-se independente com Edward Mutesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.
1966	Milton Obote suspende a Constituição, que assegurava a autonomia tribal e toma o poder.
1967	Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.
1971	Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por

	assassinatos, perseguições religiosas e ataques armados contra tribos rivais.
1979	Em uma disputa fronteiriça com a Tanzânia, o território de Uganda é invadido pela Tanzânia e refugiados ugandenses que formaram a Frente Nacional de Libertação de Uganda. Amin exilou-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.
1980	Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.
1985	Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello.
1986	Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" (National Resistance Army) tomam Campala e instalam Yoweri Museveni como Presidente.
1993	Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes 55olíticos.
1995	Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.
1996	Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.
Jun/2000	Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único de Musevini.
Jan/2001	A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.
Mar/2001	Musevini é reeleito para novo mandato de 5 anos.
Mar/2002	Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord's Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.
Dez/2004	Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas, mas não há avanços significativos em direção ao fim da insurgência.
Jul/2005	Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.
Out/2005	O Tribunal Penal Internacional (TPI) expede mandado de prisão para 5 comandantes do LRA, incluindo seu líder, Joseph Kony..
Dez/2005	A Corte Internacional de Justiça (CIJ) conclui que

	Uganda deve compensar a R.D. Congo por abusos cometidos no país entre 1998 e 2003.
Fev/2006	Musevini vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos. Observadores internacionais apontam intimidação do candidato da oposição e atuação tendenciosa da mídia oficial.
Ago/2006	Governo e LRA assinam trégua para pôr fim ao longo conflito. Conversas subsequentes progridem lentamente.
Mar/2007	Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.
Fev/2008	Governo e LRA assinam cessar-fogo permanente em negociações de paz ocorridas em Juba (atual Sudão do Sul).
Nov/2008	O líder do LRA, Joseph Kony não comparece à assinatura de um acordo de paz com o governo. Uganda, R.D. Congo e os sudaneses do sul lançam uma ofensiva contra o grupo.
Jan/2009	Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.
Jun/2010	Ocorre em Campala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.
Fev/2011	Museveni vence sua quarta eleição presidencial.
Mai/2012	Dezenas de milhares de refugiados congoleses cruzam a fronteira, fugindo dos combates na R.D. Congo.
Nov/2013	É aprovado o "Public Order Management Act" (POMA), instrumento legal que autoriza as forças de segurança ugandenses a suprimir reuniões públicas.
Dez/2013	Tropas ugandenses intervêm no Sudão do Sul, após o início das hostilidades na região de Juba.
Jan/2015	Um dos principais líderes do LRA, Dominic Ongwen, é capturado e entregue para julgamento pelo TPI.
Out/2015	Tropas ugandenses começam a deixar o Sudão do Sul após a conclusão de acordo de paz entre o presidente Salva Kiir e o líder rebelde Riek Machar.
Fev/2016	Musevini vence as eleições presidenciais em pleito contestado pela oposição e completa trinta anos no poder.
Fev-Abr/2016	O líder opositor Kizza Besigye, o qual se havia posicionado em segundo lugar nas eleições presidenciais, com 37% dos votos, é detido em prisão

	domiciliar por supostamente representar ameaça à ordem pública.
Nov/2016	Conflito na região de Rwenzori, opondo forças de segurança ugandenses e milícias separatistas, deixa mais de cem mortos.

Cronologia das relações bilaterais

1970	Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.
Jun/1984	Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.
Jun/1992	Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.
Jun/2004	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.
Out/2007	Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.
Out/2008	Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDES) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.
Nov/2008	Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.
Ago/2009	Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.
Nov/2009	Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciantes de corrupção.
Mar/2010	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.
Mai/2010	Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.

Jul/2010	É organizado em Campala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.
Dez/2010	Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Campala com seus homólogos ugandenses.
Set/2011	Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.
Mar/2012	Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.
Abr/2012	À margem da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Campala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.
Jun/2012	Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
2013	Brasil doa a Uganda 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465, destinadas a campos de refugiados congoleses no país.
Mai/2014	O presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana
Mar/2015	O então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Embixador Johnny Muhindo, visita o Brasil, ocasião em que é anunciada a intenção de Uganda de instalar embaixada em Brasília.

Atos bilaterais

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Uganda.

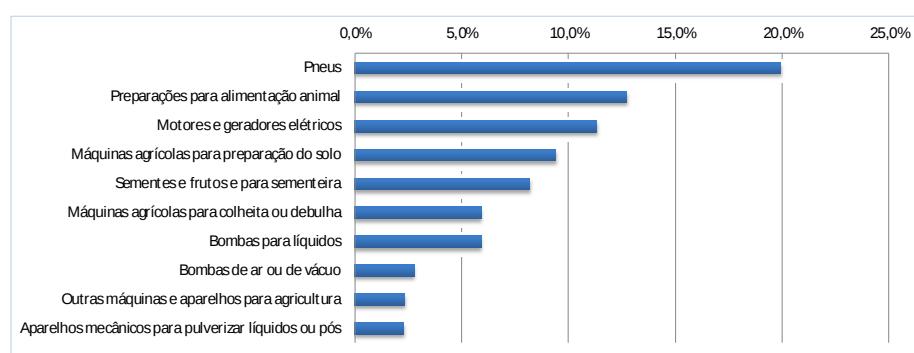
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para Uganda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus	889	22,5%	642	10,8%	794	20,0%
Preparações para alimentação animal	0	0,0%	11	0,2%	506	12,7%
Motores e geradores elétricos	7	0,2%	11	0,2%	451	11,3%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	387	9,8%	395	6,6%	375	9,4%
Sementes e frutos e para sementeira	282	7,1%	227	3,8%	327	8,2%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulha	470	11,9%	390	6,5%	235	5,9%
Bombas para líquidos	244	6,2%	278	4,7%	235	5,9%
Bombas de ar ou de vácuo	90	2,3%	91	1,5%	110	2,8%
Outras máquinas e aparelhos para agricultura	12	0,3%	14	0,2%	92	2,3%
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pós	78	2,0%	153	2,6%	91	2,3%
Subtotal	2.459	62,2%	2.212	37,1%	3.216	80,9%
Outros	1.494	37,8%	3.755	62,9%	761	19,1%
Total	3.954	100,0%	5.967	100,0%	3.977	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliview.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

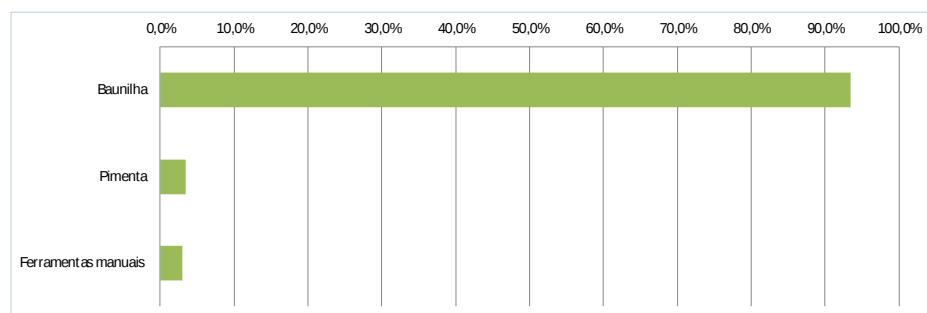


Composição das importações brasileiras originárias da Uganda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Baunilha	0,0	0,0%	0,9	16,4%	3,8	93,5%
Pimenta	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	3,5%
Ferramentas manuais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	3,0%
Fios, varetas, tubos, chapas de metais comuns	0,0	0,0%	4,2	80,3%	0,0	0,0%
Construções de ferro fundido	0,0	0,0%	0,2	3,0%	0,0	0,0%
Mates de cobaltos	409,1	73,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Peles curtidas ou em crosta de ovinos	142,2	25,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	551,3	98,4%	5,2	99,6%	4,0	100,0%
Outros	9,2	1,6%	0,0	0,4%	0,0	0,0%
Total	560,5	100,0%	5,2	100,0%	4,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Pneus	205	28,2%	230	22,1%	Pneus 22,1%
Bombas para líquidos	0	0,0%	224	21,6%	Bombas para líquidos 21,6%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	0	0,0%	222	21,3%	Máquinas agrícolas para preparação do solo 21,3%
Preparações para alimentação animal	133	18,4%	152	14,6%	Preparações para alimentação animal 14,6%
Máquinas de lavar louça	0	0,0%	64	6,2%	Máquinas de lavar louça 6,2%
Máquinas para agricultura, horticultura, avicultura	22	3,0%	30	2,9%	Máquinas para agricultura, horticultura, avicultura 2,9%
Tratores	0	0,0%	29	2,8%	Tratores 2,8%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulha	67	9,2%	27	2,6%	Máquinas agrícolas para colheita ou debulha 2,6%
Correias de transmissão, de borracha	1	0,1%	15	1,5%	Correias de transmissão, de borracha 1,5%
Ladrilhos e placas	0	0,0%	15	1,5%	Ladrilhos e placas 1,5%
Subtotal	427	59,0%	1.008	97,0%	
Outros	297	41,0%	31	3,0%	
Total	725	100,0%	1.039	100,0%	

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
Minérios de estanho	0,0	0,0%	7,3	78,7%	Minérios de estanho 78,7%
Baunilha	0,0	0,0%	2,0	21,3%	Baunilha 21,3%
Pimenta	0,1	100,0%	0,0	0,0%	Pimenta 0,0%
Subtotal	0,1	100,0%	9,3	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	0,1	100,0%	9,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPV/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE A SOMÁLIA

NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ² (pouco maior que o Estado de MG)
POPULAÇÃO (2014)	12,317 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Somali e Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (<i>Aqalka sare</i>) e a Câmara Baixa (<i>Aqalka hoose</i>) formam o Parlamento Federal da Somália (<i>Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya</i>).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed(desde 2017)
CHEFE DE GOVERNO	PM Hassan Ali Khayre (desde 2017)
CHANCELER	Yusuf Garaad Omar (desde 2017)
PIB nominal (BM, 2016)	US\$ 5,93 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões/FMI, 2016)
PIB PPP (CIA World Factbook, 2016)	US\$ 4,71 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI, 2016)
PIB nominal per capita (BM, 2015)	US\$ 551,86 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI, 2016)
PIB PPP per capita (CIA World Factbook, 2014)	US\$ 400 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI, 2016)
VARIAÇÃO DO PIB (CIA World Factbook, 2014)	2,6% (2012); 2,6% (2010); 2,6% (2008)
IDH	-
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	55 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Pnud, 2015)	31,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	6,6%
UNIDADE MONETÁRIA (Banco Central da Somália, 2013)	Xelim Somaliano (1 dólar = 15.000 SOS)
EMBAIXADORA NA SOMÁLIA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado (não residente)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SOMÁLIA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Somália	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	9	58	63	0	15	23	25	37	81
Exportações	9	58	63	6	12	21	25	37	81
Importações	0	0	0	0	3	2	0	0	0
Saldo	9	58	63	6	9	19	25	37	81

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Somália localiza-se na região do Chifre da África e faz fronteira com o Djibuti, a noroeste, com o Quênia, a sudoeste, com o Iémen, ao norte, e com a Etiópia, a oeste. O país também é limitado pelo Golfo de Aden, ao norte, e pelo Oceano Índico, a leste. A população da Somália foi estimada em 12,317 milhões, em 2014. O país esteve, a partir da década de 1920, dividido em Somalilândia britânica, no norte, e Somalilândia italiana, no sul. Em 1960, ambos os territórios obtiveram a independência, e uniram-se, para formar a República Somaliana.

Durante a década de 1990, a Somália passou por guerra civil e, posteriormente, por grave instabilidade, que propiciou, na prática, a fragmentação de seu território e a infiltração de grupos terroristas no país. Em 1992, foi criada a primeira missão de paz para a Somália, no âmbito das Nações Unidas e, em 2007, foi criada missão de paz promovida pela União Africana (AMISOM), que, juntamente com o fortalecimento da ajuda financeira internacional, tem permitido lento e gradual retorno à normalidade no país.

Em 2012, foi registrado importante avanço institucional na Somália, com a criação do governo Federal, por meio da qual foi concluído, oficialmente, o governo de Transição no país. Persistem, contudo, desafios relacionados à atuação de grupos terroristas como o Al-Shabaab e a aspirações independentistas ou autonomistas de regiões como a Somalilândia e a Puntilândia. A etapa mais recente do processo de retorno à normalidade na Somália ocorreu com a realização de eleições indiretas para presidente da República, entre 2016 e 2017. A partir de 2012, a Somália passou a perseguir estratégia de reinserção internacional, com a ampliação de sua rede diplomática.

Perfis biográficos

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED

Presidente da República



Mohamed Abdullahi "Farmajo" Mohamed nasceu em 11 de março de 1962, com cidadania somaliana e americana. É formado em história pela Universidade Estadual de Nova Iorque em Búfalo e possui mestrado em ciências políticas pela Universidade de Búfalo. Farmajo foi primeiro-secretário na embaixada da Somália em Washington entre 1985 e 1988, e, em 1991, voltou para a Somália e trabalhou no ministério de Negócios Estrangeiros, até o colapso do governo e o início da guerra civil.

Voltou a viver nos Estados Unidos durante a década de 1990 e 2000. Trabalhou principalmente para o governo de Búfalo e o condado de Erie, em cargos administrativos. Sua última posição nos Estados Unidos foi como comissário de Oportunidades Iguais no Departamento de Transporte do Estado de Nova Iorque em Búfalo, entre 2002 e 2010. Em 2010, foi nomeado primeiro-ministro da Somália e retornou ao país.

Apesar dos protestos da sociedade civil, Farmajo entregou o cargo em 19 de junho de 2011, em decorrência de um acordo político entre o presidente da Somália Sharif Ahmed e o então presidente do Parlamento Sharif Hassan visando ao adiamento das eleições que ocorreriam naquele ano.

No começo de 2012, Farmajo e seu antigo gabinete formaram o partido político Tayo. Realizou campanhas em vários países, incluindo os EUA, o Reino Unido, a Holanda e a Suécia. Candidatou-se à Presidência em 2012, sem sucesso. Voltou a apresentar sua candidatura em 2017, quando foi eleito para seu atual mandato, por voto indireto.

HASSAN ALI KHAYRE

Primeiro-Ministro



Hassan Ali Khayre nasceu em 15 de abril de 1968. Com a guerra civil na Somália, mudou-se para a Noruega, como refugiado. Estudou ciências políticas e sociologia na Universidade de Oslo e participou de associações estudantis de somalianos. Também cursou MBA na Universidade Heriot-Watt, em Edimburgo, em 2001. Atualmente, possui cidadania norueguesa e somaliana.

Após formar-se, retornou a Oslo, onde passou a atuar no Conselho de Refugiados da Noruega (CRN). Durante os vários anos em que trabalhou no CRN, chegou a desempenhar a função de diretor regional do Chifre da África, até que, em 2012, após embarcação do Conselho ser atacada no nordeste do Quênia, foi processado por negligência na Noruega e afastado de suas funções.

Entre 2013 e 2017, foi empregado da companhia inglesa de petróleo Soma. Em fevereiro de 2017, veio à tona documento da ONU em que é mencionada investigação sobre sua suposta relação com grupos extremistas como o al-Shabaab. Renunciou a seu cargo na Soma em 23 de fevereiro de 2017, mesmo dia em que foi anunciada sua nomeação como primeiro-ministro da Somália.

Relações bilaterais

A persistente instabilidade político-institucional na Somália e o quadro de insegurança que marca o cotidiano do país impediram o pleno desenvolvimento das relações bilaterais. Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012 (aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial) permitiram, contudo, a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que a Somália passou a buscar estreitar laços com o Brasil. Em 2013, a Somália designou Enviado Especial para Brasil, Argentina e Venezuela, residente nos Estados Unidos, o qual manifestou desejo de explorar possibilidades de estímulo ao comércio Brasil-Somália, bem como solicitou apoio para projetos de cooperação na área têxtil, em investimentos em logística e na indústria açucareira. Por meio de contato direto entre as Embaixadas dos dois países em Kuala Lumpur, o lado somali manifestou, ademais, interesse em abrir escritório econômico em São Paulo. Esses avanços são, contudo, ainda tímidos e não há registro de visitas oficiais, acordos ou iniciativas de cooperação direta entre os dois países.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a importância

de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo terrorista Al-Shabaab e à pirataria na costa da Somália, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico do país. Durante a fase final do período de transição somaliano, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre a Somália, ocasiões em que defendeu a solução política para o conflito e o protagonismo do governo e da população somalianos no desenho e condução das políticas de desenvolvimento de seu próprio país.

O governo brasileiro também contribuiu com o processo de transição somaliano por meio de significativa cooperação humanitária. Foi realizada, em 2011 e 2012, doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália. Apenas em 2011, foram doadas 13.420 toneladas de feijão e 43.233 toneladas de milho, cujo volume total corresponde a mais de US\$ 22 milhões. Em 2012, foram doados 8.574 toneladas de arroz (US\$ 4,07 milhões). Entre 2010 e 2012, o governo brasileiro contribuiu, ademais, com US\$ 500 mil para atividades do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália e na região do Chifre da África. Foram doados, também, US\$ 900 mil, via Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades de apoio aos refugiados somalianos.

Cooperação bilateral

O governo brasileiro reconhece a necessidade de transitar, paulatinamente, de uma cooperação emergencial para uma cooperação de caráter estruturante na Somália, voltada à capacitação da população e dos agentes públicos somalianos. Embora não tenha sido assinado, até o momento, acordo de cooperação técnica entre os dois países, caso surja interesse ou proposição de projeto, a negociação poderá ser iniciada no âmbito do acordo assinado com a União Africana em 2007. O paulatino reforço da presença de agências multilaterais na Somália, permitido pela crescente estabilização de seu território, também oferece oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação trilateral em benefício do país africano.

Recentemente, o lado somaliano manifestou interesse pelo compartilhamento de experiências brasileiras no combate ao desmatamento, bem como pela participação de estudantes somalianos no Programa Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento.

O Brasil iniciou, em novembro de 2013, negociações acerca de possível financiamento ao desenvolvimento de projeto trilateral em benefício da Somália no âmbito do PAA-África ("Purchase from Africans for Africa"). O PAA-Africa é programa de natureza estruturante que, desenvolvido em parceria com o PMA e a FAO, conjuga objetivos de segurança alimentar e promoção da agricultura familiar. Vale registrar, ainda, que, em dezembro de 2013, o governo somaliano manifestou

desejo de obter apoio do Brasil a projeto de cooperação em áreas como educação e infraestrutura de saúde, a ser desenvolvido pela Organização da Cooperação Islâmica (OCI), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em reação, o governo brasileiro solicitou informações sobre o desenvolvimento de projeto, para avaliar eventual contribuição técnica. Restrições orçamentárias têm dificultado a atuação da ABC em seguimento a essas iniciativas.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por carne de frango e por açúcar de cana. Em que pese a escassez de dados comerciais sobre o país, o International Trade Center coloca o Brasil como segundo exportador de açúcar para a Somália em 2015, com USD 33 milhões, valor equivalente a 18,9% do mercado somaliano. As importações brasileiras da Somália, nos últimos anos, foram insignificantes, tendo-se restringido à compra de veículos automóveis, tratores, óleos essenciais e produtos de perfumaria em 2015. O atual momento de reconstrução do país também oferece oportunidades à atuação de empresas brasileiras na Somália. Não há registro de investimentos brasileiros na Somália.

Assuntos consulares

Os assuntos consulares pertinentes à Somália são, no momento, de responsabilidade da Embaixada do Brasil em Nairóbi, que exerce, por cumulatividade, a função de Embaixada do Brasil para a Somália. Não há registro de comunidade brasileira na Somália.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Somália.

Política interna

A derrocada do regime de Siad Barre, em 1991, resultou em longo período de instabilidade, marcado, inicialmente, por uma guerra civil e, posteriormente, pelo terrorismo. Quanto a esta última ameaça, o grupo Al-Shabaab, constituído em 2006, a partir da dissolução da União das Cortes Islâmicas, chegou a tomar partes consideráveis do território nacional ao governo central. Desde 2000, foram lançadas iniciativas visando à constituição de estruturas transitórias de governo, processo que culminou na adoção de constituição provisória, em 2012, que conferiu caráter federal ao país. No mesmo ano, avanços observados com respeito à situação securitária, graças à atuação da missão da União Africana na Somália (AMISOM, na sigla em inglês), permitiram a formação do governo Federal da Somália (GFS), a primeira estrutura política central e permanente no país desde

1991. Com isso, foram reunidas as condições para um lento retorno do país à normalidade institucional. A realização de eleições legislativas, em 2016, e da eleição, indireta, para a Presidência de Mohamed Abdullahi Mohamed, no início de 2017, constituem os avanços mais recentes desse processo.

Breve histórico do Estado somali contemporâneo

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Contudo, o Estado Dervixe somaliano, de Muhammad Abdullah Hassan, lançou-se em uma das mais extensas guerras de resistência ao colonialismo no continente, a qual, hodiernamente, é um dos símbolos do nacionalismo somaliano. O Estado Dervixe foi derrotado pelos britânicos somente em 1920.

Palco de disputas entre potências beligerantes das Guerras Mundiais, a Somália somente se tornou independente em 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica (atual região da Somalilândia) com a Somalilândia originalmente italiana, que então também era protetorado britânico. Em 1958, às vésperas da independência somaliana, teve lugar no Djibuti, então Somalilândia francesa, referendo que legitimou a manutenção do vínculo daquele território com a França, em detrimento de sua anexação a um futuro Estado somaliano independente. A nova República da Somália nasceu, portanto, fundamentada em "compromisso confederativo" voltado a unir lideranças de ex-colônias separadas, no norte e no sul, em prol de um projeto nacional unificador.

Apesar de a República da Somália haver sido considerada, no Ocidente, como modelo de transição pós-colonial democrática, o projeto nacionalista republicano não logrou substituir a estruturação do poder em lealdades clânicas existentes no país de longa data. Em 1969, enquanto visitava uma cidade na região da Somalilândia, o então Presidente somaliano, Abdirashid Ali Shermarke, foi assassinado por seus próprios guarda-costas. Nesse contexto, o então comandante do Exército, General Siad Barre, encabeçou golpe de Estado, praticamente sem oposição, contra as lideranças republicanas. A Somália foi então rebatizada República Democrática da Somália, e, com apoio das Forças Armadas, Barre manteve-se no poder entre 1969 e 1991, período em que vigorou modelo de Estado autoritário e centralista, que adaptou o socialismo marxista a preceitos islâmicos arraigados na cultura somaliana.

Após tentativa malfadada de anexação de parcela do território etíope, o governo de Siad Barre tornou-se, durante a década de 1980, crescentemente impopular e totalitário, criando as condições para a eclosão da guerra civil.

Guerra civil

Em 1991, o governo Siad Barre foi derrubado por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos, cuja aliança rapidamente esvaneceu. A incapacidade dos grupos revolucionários de formar um governo de coalizão deflagrou guerra civil que perdura, embora de maneira cada vez mais tênue, até os dias de hoje. A prolongada guerra civil desorganizou a produção agrícola somaliana e causou sucessivas crises de fome. A debilidade estatal e a pobreza também

favoreceram o recrudescimento de ilícitos transnacionais como a pirataria e, acredita-se, de atividades ligadas ao terrorismo internacional.

No norte do país, Somalilândia e Puntiilândia, regiões mais estáveis, tornaram-se territórios autônomos, com pretensões de soberania. Já em 1991, a região da Somalilândia, com capital em Hargeisa, autodeclarou-se independente, mas não foi reconhecida como Estado soberano por nenhum país. A Somalilândia vem gozando de relativa estabilidade.

No centro-sul, região mais povoada do país, onde a atuação de múltiplas milícias levou a grande fragmentação política, foi constituída a União das Cortes Islâmicas (UCI). Com ideologia ligada ao fundamentalismo islâmico e atuação transnacional, a UCI buscava representar também grande número de pessoas de etnia somaliana vivendo nos territórios da Etiópia, do Djibuti e do Quênia.

De 1992 a 1995, duas missões de paz da ONU e uma força militar de coalizão liderada pelos EUA foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização. Contudo, sem haver revertido o cenário de deterioração da guerra civil, as forças da ONU se retiraram da Somália, em março de 1995.

Em 2000, líderes regionais somalianos reunidos em conferência no Djibuti formaram o governo Nacional de Transição (GNT). Durante seus quatro anos de existência, todavia, o GNT pouco avançou em seu objetivo de promover negociações entre as diversas milícias do país. Em 2004, líderes somalianos reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o governo, que passou a se chamar governo Federal de Transição (GFT).

Com promessas de estabilidade e justiça social baseadas em preceitos islâmicos, a UCI manteve-se como autoridade concorrente ao novo GFT. Em fins de 2005, a UCI tomou Mogadíscio e, com alegado apoio militar da Eritreia, conquistou, em 2006, a maior parte do sul do território somaliano, onde impôs a charia como lei local.

Em reação à evidente incapacidade do GFT de impor a sua autoridade sobre toda a extensão do território somaliano, foi criada, em 2007, da Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Por outro lado, com o apoio de Washington, tropas etíopes invadiram o território somaliano em apoio ao fragilizado governo Federal de Transição (GFT). A intervenção estrangeira deu início a conflito aberto, entre 2006 e 2009, que resultou na derrota das Cortes islâmicas.

Após a retirada das tropas etíopes em 2009, contudo, o esfacelamento da UCI deu origem a novos grupos opositores, com ideologia radical. Dentre esses grupos, destacavam-se, por seu raio de atuação e poder de fogo, as facções Al-Shabaab (“Juventude”) e Hizbul Islã (“Partido do Islã”), ambas de viés fundamentalista islâmico e pan-somalista. Em 2010, o grupo Al-Shabaab obteve vitórias militares sobre o Hizbul Islã, incorporando seus territórios e militantes. Em 2012, o Al-Shabaab declarou aliança com a rede terrorista Al-Qaeda.

Os sucessivos combates entre as duas facções desalojaram milhares de pessoas e provocaram seu grande deslocamento dentro do território somaliano e de

refugiados em direção aos países vizinhos, principalmente Quênia e Etiópia. Em meados de 2011, a ocorrência de uma das piores secas da história do Chifre da África intensificou a situação de crise alimentar e humanitária na Somália, reforçando os fluxos emigratórios do país. Os crescentes impactos internacionais do conflito somaliano levaram, todavia, a novas intervenções externas no território somaliano.

Avanços recentes nos planos securitário e institucional

Com o fortalecimento do engajamento internacional na busca de solução para o conflito somaliano, sobretudo por meio da AMISOM, mas também com o aumento do financiamento internacional e apoio direto de tropas quenianas e etíopes, as Forças Armadas somalianas têm logrado, desde meados de 2011, impor diversas vitórias militares ao Al-Shabaab. Em agosto de 2011, o Al-Shabaab foi expulso de Mogadíscio, dando ensejo a seguidas liberações de extensas parcelas do território somaliano. A mais importante vitória nessa sequência deu-se entre setembro e outubro de 2012, quando as forças em apoio ao GFT lograram liberar do controle do Al-Shabaab o Porto de Kismayu.

Ao longo de 2013, novas ações do Exército Nacional da Somália contra o Al-Shabaab, com apoio internacional, tiveram êxito em recuperar territórios em Gedo, Bay, Bakool, Hiraan, Galguud e Shabelle, ampliando significativamente a extensão do território submetida à autoridade estatal. Em 2014, as forças da AMISOM obtiveram importante conquista, ao tomar posições estratégicas do Al-Shabaab na região das montanhas Galgala. Nesse contexto, o então secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visitou Mogadíscio e congratulou as forças de paz por sua ação na Somália.

Em julho de 2015, foi lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo tropas somalianas e da AMISOM, a qual permitiu a retomada de diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália. Em vista dessas vitórias, o então presidente do governo Federal da Somália Hassan Sheikh Mohamud afirmou, em agosto de 2016, que 75% do território do país estaria novamente sob controle da autoridade estatal. Em setembro de 2016, a realização, em Mogadíscio, da 28ª Cúpula de Chefes de Estado e de governo da Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (IGAD) foi considerada um marco do progresso da situação securitária no país.

Vale notar, ademais, que, desde 2012, o número de atos de pirataria na costa da Somália também tem declinado expressivamente. De acordo com dados da Organização Marítima Internacional (IMO), de um total de 99 ataques realizados em 2012, passou-se a apenas 17, nos primeiros nove meses de 2013. Em março de 2017, registrou-se o primeiro sequestro de embarcação de grande porte na costa do país desde 2012.

Concomitantemente às vitórias militares, registraram-se importantes avanços no processo político-institucional da Somália. Em 2012, foi concluído o mandato, emitido em 2004, das instituições federais de transição, de modo que a política somaliana teve a oportunidade de passar por renovação institucional, com vistas à reconstituição de um Estado somaliano. Nesse contexto, em agosto de 2012,

foi adotada nova Constituição provisória, em substituição à de 2004. Na sequência, foi estabelecido novo Parlamento. A eleição indireta, pelo Parlamento, do novo Presidente da República e sua posse em setembro de 2012 completaram as etapas previstas no "Mapa do Caminho" para a criação do novo Governo Federal da Somália (GFS), em substituição ao antigo GFT.

Eleições gerais de 2016 e 2017

A etapa mais recente do processo de normalização institucional ocorreu com a realização de eleições legislativas entre outubro e novembro de 2016 e a eleição para presidente de Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", no início de 2017, que impediu a reeleição do favorito Hassan Sheikh Mohamud. O complexo processo eleitoral incluiu eleições indiretas para a formação do legislativo e, posteriormente, para a escolha do presidente da República pelo Parlamento eleito.

A não realização de eleições diretas, como anteriormente aventado, deveu-se, em grande parte, ao temor de que atentados em larga escala fossem realizados nos locais de votação pelo Al-Shabaab. Após série de negociações, foi definido que o modelo das eleições legislativas seguiria a fórmula de equilíbrio de assentos entre os clãs, no caso da Câmara Baixa, e de equilíbrio de assentos entre as províncias federativas e as regiões autônomas da Puntiândia e da Somalilândia, no caso da Câmara Alta. Embora pacífico, o pleito foi cercado de acusações de corrupção e de compra de votos. Cinco parlamentares chegaram a ter sua eleição anulada devido à apuração de irregularidades. Apesar disso, a vitória de Farmajo para a Presidência foi comemorada por civis e militares. Farmajo, membro da diáspora somaliana e detentor de cidadania estadunidense, havia exercido a primatura do país no período de 2010-2011, quando contribuiu para consolidar credenciais nacionalistas e enfatizou o combate à corrupção, o pagamento de salários militares e a redução de tensões entre clãs.

A eleição de Farmajo despertou, ainda, novo interesse da comunidade internacional com a promoção da paz e da normalidade institucional na Somália. Poucos dias após o resultado da eleição, em março de 2017, o secretário-geral da ONU António Guterres visitou a Somália e ressaltou "o momento de esperança" vivido no país com a constituição de governo comprometido com o aprimoramento da segurança e a provisão de serviços eficazes à população. Na mesma ocasião, fez apelos por recursos da ordem de USD 825 milhões para combater a fome na Somália nos seis meses seguintes.

Desafios

Diversos desafios apresentam-se ao novo governo eleito da Somália. No plano securitário, o Al-Shabaab, embora enfraquecido, continua a ameaçar com a capacidade de realizar ataques pontuais e esporádicos. Persiste, também, o temor de uma inserção no país do Estado Islâmico, sobretudo em função da proximidade com os focos de conflito no Iêmen. Além disso, a ameaça de uma guerra civil no país não está completamente afastada, como demonstra a eclosão de conflito armado entre a

província autônoma da Puntiândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de Galkayo em dezembro de 2016, que deixou centenas de mortos e milhares de deslocados. Para fazer frente a esses desafios, o apoio da comunidade internacional à AMISOM por meio de tropas (Quênia, Etiópia, Burundi, Uganda) e de financiamento, sobretudo da União Europeia, permanecerá essencial.

Na esfera humanitária, o país enfrenta a pior seca desde 2011, ano em que pereceram cerca de 250.000 pessoas. No início de 2017, o recém-eleito presidente da Somália chegou a decretar "desastre nacional" no país, em função da crise hídrica. Ao mesmo tempo, o vizinho Quênia pressiona pela repatriação de refugiados somalianos concentrados no campo de Dadaab, próximo à fronteira com a Somália, onde vivem cerca de 400 mil pessoas.

A assistência aos cerca de 900.000 refugiados somalianos espalhados pelos países vizinhos, bem como a perspectiva de sua gradual repatriação, também demandam apoio internacional. Em reunião extraordinária sobre o tema realizada em Nairóbi pouco após a eleição de Farmajo, a IGAD ressaltou a indiferença histórica da comunidade internacional em relação à Somália e as oportunidades propiciadas pela relativa estabilização do país. Nesse contexto, formulou apelo por uma repactuação entre reciendários de refugiados somalianos e países doadores, pela qual os primeiros renovariam compromisso com a proteção dos refugiados em troca de aumento exponencial do apoio da comunidade internacional, inclusive com vistas a financiar projetos de desenvolvimento na Somália que melhorem condições para o repatriamento.

No plano político, há o imperativo de consolidar a estrutura federal do país, de modo a acomodar aspirações independentistas ou autonomistas de regiões como a Somalilândia e a Puntiândia. O enfrentamento desse desafio ocorre em contexto de marcada fragilidade institucional, no qual funções básicas do estado, como coleta de impostos, execução orçamentária e gerenciamento fiscal, constituem objetivos ainda a serem alcançados de forma minimamente adequada. Ciente das limitações existentes e dos riscos de se manterem elevadas as expectativas quanto a sua gestão, o novo presidente da Somália tem buscado salientar que a solução para problemas criados ao longo de décadas de conflitos e secas não deverá ocorrer no curto prazo.

Outra questão que continuará a demandar a atenção das autoridades somalianas no novo governo é a disputa na Corte Internacional de Justiça sobre a fronteira marítima com o Quênia. A zona de disputa compreende território de cerca de 100 mil quilômetros quadrados, nos quais, desde 2012, têm sido anunciadas descobertas de hidrocarbonetos e outorgadas licenças de prospecção pelo governo queniano.

Política externa

Palco de conflito civil desde 1991, a Somália desenvolve política externa que se confunde com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhora na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país, sobretudo no contexto regional, em que se destaca o apoio prestado por tropas etíopes, quenianas e da União Africana à consolidação da autoridade das nascentes instituições estatais somalianas. Esse maior engajamento é uma resposta à percepção de que o conflito na Somália, associado ao desalojamento de grandes massas populacionais, à emigração forçada e à pirataria, tem fortes impactos internacionais, concorrendo para a desestabilização da região do Chifre da África e do Golfo de Áden.

A gradual estabilização somaliana abre o caminho para a expansão da presença internacional no país. Atualmente, a maior parte das operações para a Somália do sistema ONU, bem como de instituições como o Banco Mundial e o FMI, continua a ser coordenada desde Nairóbi. Fora vizinhos como Uganda, Etiópia e Quênia, há poucas embaixadas instaladas em Mogadíscio, entre elas as dos Emirados Árabes Unidos, China, Reino Unido e Turquia. A Turquia destaca-se por ter aberto, também, base de treinamento militar. No campo militar, os Estados Unidos- que já anunciaram também intenção de reabrir sua embaixada- têm, desde o ano final do governo Obama, participado ativamente de campanhas militares contra o Al-Shabaab.

Série de conferências multilaterais sobre Somália

Dada a renovada prioridade, nos últimos anos, da busca de soluções para o conflito na Somália, a comunidade internacional esteve engajada em uma série de Conferências visando ao melhoramento da situação de segurança, à estabilização política e à implementação de um "mapa do caminho" para a criação de instituições estatais definitivas na Somália. A realização das eleições de 2016 e de 2017 na Somália deram novo ânimo à comunidade internacional, para permanecer comprometida com a promoção de transição somaliana.

A Conferência de Londres (fevereiro de 2012) e a Conferência de Istambul sobre a Somália (junho de 2012) marcaram o início dessa nova fase de engajamento internacional na questão somaliana, ao terem contribuído para as negociações entre os membros das Instituições Federais de Transição e angariado apoio econômico, logístico e militar às operações contra a milícia Al-Shabaab. Com a transformação do GFT em GFS, em setembro de 2012, teve lugar em Londres, em maio de 2013, a Segunda Conferência Internacional sobre a Somália, que buscou angariar recursos financeiros e assistência técnica para apoiar o governo somaliano nas áreas de segurança, justiça e gestão financeira.

Em setembro de 2013, realizou-se, em Bruxelas, a "Somalia New-Deal

Conference", que resultou em promessas de ajuda econômica no valor total de 1,8 bilhão de euros. Em 2014, o I Fórum de Parceria de Alto Nível sobre a Somália teve lugar em Copenhague, em que foram decididos os primeiros passos para a implementação do "novo pacto sobre a Somália". No ano seguinte, com o objetivo de marcar os avanços obtidos no plano securitário e institucional, foi sediado, em Mogadíscio, o II Fórum de Parceria de Alto Nível. A terceira edição do evento ocorreu em fevereiro de 2016, em Istambul, ocasião em que se debateram questões como o novo desenho da Constituição Federal, a promoção do desenvolvimento e um "mapa do caminho" para a realização de eleições diretas em 2020.

Em 11 de maio de 2017, ocorreu, em Londres, a III Conferência Internacional sobre a Somália, que aprovou a "Nova Parceria para a Somália", com base no princípio de mútua responsabilidade entre o governo somaliano e a comunidade internacional, e abordou temas como a promoção do desenvolvimento sustentável, o aprimoramento das forças de segurança no país, com foco na melhor coordenação entre o governo Federal e as unidades federativas, bem como a elaboração de uma resposta à crise humanitária gerada pela seca em curso no país.

Histórico de ações no âmbito onusiano

O novo momento de alta no engajamento internacional em relação à estabilização da Somália encontrou ressonância também no âmbito da ONU, que já havia feito tentativa de estabilizar o país na década de 1990.

Com efeito, de 1992 a 1995, duas missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções 733 e 746 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU) e a UNOSOM II (autorizada pela Resolução 814 do mesmo órgão). Durante pouco mais de 4 meses daquele período, entre 1992 e 1993, coalizão liderada pelos EUA foi autorizada pelo CSNU a enviar à Somália a UNITAF ("Unified Task Force"), mandatada a criar um ambiente de segurança para as operações humanitárias ao sul da Somália (S/RES/794). Após a morte de capacetes azuis paquistaneses, o CSNU, sob a letra do Capítulo VII, autorizou a UNITAF a utilizar-se de "todos os meios necessários" para garantir a proteção do pessoal humanitário, de modo que a UNITAF é considerada, por alguns analistas independentes, como uma das primeiras "intervenções humanitárias", instrumento que ganhou ímpeto na década de 1990.

Contudo, as ações concertadas da ONU com os EUA no início da década de 1990 não obtiveram êxito em instaurar uma estabilidade duradoura na Somália. Em março de 1995, devido ao assassinato de rangers estadunidenses em cenário de plena guerra civil somali, a opinião pública dos EUA pressionou para que o país retirasse suas tropas que apoiavam a UNOSOM II, contribuindo para reduzir severamente as ações internacionais no país. A descontinuidade da intervenção permitiu o fortalecimento da UCI que viria a desestabilizar a Somália até finais da década de 2000.

Contudo, devido a seus impactos internacionais, sobretudo tendo-se em conta a intensificação dos fluxos de refugiados e da pirataria no Golfo do Áden, o

conflito somali não poderia permanecer ignorado. A partir de 2006, quando a Etiópia invadiu a Somália para combater a UCI, a pirataria ganhou progressiva intensidade, prejudicando fortemente os interesses do comércio internacional. Essas condições levaram o CSNU a aprovar, em 2008, duas resoluções sobre a pirataria na Somália, ambas ao abrigo do Capítulo VII da Carta. A Resolução 1816 (2008) autorizou a repressão contra roubo armado (águas jurisdicionais) e pirataria (alto mar), ao passo que a Resolução 1838 (2008) autorizou o emprego de "todos os meios necessários" no enfrentamento contra a pirataria ao largo da costa somaliana.

Nos últimos anos, em razão da instabilidade regional causada pelo conflito e do aumento dos crimes transnacionais conexos à pirataria, a comunidade internacional redobrou seus esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. Assim, além de ações articuladas com a AMISOM, o CSNU suspendeu parcialmente, em março de 2013, o embargo de armas sobre a Somália, a fim de permitir o aparelhamento das forças de segurança somalianas. Em maio do mesmo ano, foi criada a Missão de Assistência das Nações Unidas para a Somália (UNSO), com o objetivo de prestar apoio político, bons ofícios e "assessoria estratégica" nas áreas de consolidação da paz e fortalecimento do Estado somaliano. Em 2016, a UNSO prestou suporte à realização das eleições gerais na Somália.

Missão da União Africana na Somália

Com a criação da AMISOM, em 2007, o CSNU, responsável pelo estabelecimento dos mandatos da missão, passou a atuar de forma articulada com a União Africana e, mais especificamente com os países do Chifre da África. A partir de 2010, a União Africana mobilizou-se em torno da necessidade de reforçar seu apoio aos esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. A ampliação do contingente e da capacidade militar da missão ganhou prioridade nos contatos de membros da instituição africana com o CSNU, que autorizou sucessivas ampliações do número de tropas da AMISOM, desde fevereiro de 2012.

O apoio da AMISOM foi fundamental para as sucessivas campanhas militares capazes de liberar importantes áreas do território somaliano que estavam sob controle do Al-Shabaab, a exemplo da capital, Mogadíscio, e do porto de Kismayu. As importantes derrotas militares impostas ao Al-Shabaab pelo conjunto de ações do governo somaliano, da AMISOM, do Quênia e da Etiópia debilitaram significativamente o grupo. Entretanto, ao ver-se enfraquecido, o Al-Shabaab passou a recorrer, mais frequentemente, a atos terroristas, inclusive no exterior. Entre os ataques mais recentes, está a tentativa de assassinato do General Mohamed Jimale, novo comandante do exército somaliano, em abril de 2017, por meio de atentado a bomba que causou a morte de 17 pessoas, e o atentado a um mercado de Mogadíscio, em fevereiro de 2017, poucos dias após a eleição de Mohamed Abdullahi Mohamed, que deixou 39 vítimas fatais. Vale, ainda, recordar o atentado à Universidade de Garissa, no nordeste do Quênia, em abril de 2015, que vitimou fatalmente 147 pessoas.

Em julho de 2015, foi lançada a operação "Corredor de Juba", uma das maiores operações conjuntas entre a AMISOM e o Exército somaliano e que logrou

liberar diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália do controle do Al-Shabaab. Os principais contribuintes de tropas são Uganda e Burundi. Em terceiro e quarto lugares, estão Etiópia e Quênia, que têm, gradualmente, reduzido suas atuações independentes na Somália e incorporado contingentes nacionais à missão africana.

Economia

A economia da Somália é em grande parte informal, devido à guerra civil que assolou o país por duas décadas. Assim, tanto os organismos internacionais quanto o próprio governo somaliano têm dificuldade em mensurar o tamanho e o fluxo de crescimento da economia.

Os dados mais recentes do PIB somaliano apontam para uma ligeira expansão. Entre 2014 e 2016, o PIB da Somália cresceu 4,2%, de US\$ 5,71 bilhões para US\$ 5,93 bilhões. O Fundo Monetário Internacional (FMI) previu crescimento do PIB para 2017 de 2%, em comparação com 3,2% em 2016. Em 2014, o PIB per capita era de US\$ 435,00, o que fazia da Somália o 5º país mais pobre do mundo.

O PIB somaliano é basicamente composto por consumo privado e importações, com 8% sendo formado por investimentos. As exportações equivalem a 14% do PIB, enquanto as importações representam 66% do total. O setor mais importante é o da agropecuária, que representa 40% do PIB. Outros setores importantes são o de companhias de transferência de dinheiro e telecomunicações. Em 2015, cerca de 23% da Receita Nacional Bruta era composta por Assistência de Desenvolvimento Oficial (ODA, siga em inglês).

O sistema financeiro da Somália colapsou com a guerra civil, e somente mais recentemente houve tentativas de retomá-lo. O Banco Central foi reestabelecido em 2009, lentamente reavendo suas funções como agente fiscal e financeiro do governo Federal. Assim, tem-se adotado estruturas rudimentares de gerenciamento do financiamento público.

Com o aumento no número de ministérios e agências estatais, e o investimento em políticas de proteção social, os gastos governamentais dependerão do crescimento das arrecadações públicas e de doações estrangeiras. Entre 2012 e 2014, a receita cresceu mais de 300%, de US\$ 35 milhões a US\$ 145 milhões. Cerca de 90% dos impostos arrecadados referem-se ao comércio internacional. A inflação foi de 2,3% em 2016, e deve subir para 3,3% em 2017 em razão dos preços mais altos dos alimentos.

No setor externo, as exportações da Somália somaram US\$ 819 milhões em 2014, e as importações, US\$ 3,482 bilhões. A agropecuária representa mais de 50% das exportações da Somália. Seus principais commodities são gado, bananas, couro, peixe, carvão e sucata.

Os principais mercados de destino para as exportações somalianas foram: os Emirados Árabes Unidos (EAU) (36,1%); Omã (33,4%); e Iêmen (15,5%). As principais origens de importações da Somália foram: Omã (17,1%); Djibouti (17%);

Índia (15%); China (10,7%); Quênia (5,5%); e Paquistão (4%).

Um dos grandes obstáculos da economia somaliana é a sua dívida externa, acumulada durante os anos da Guerra Fria. A dívida atual alcança o montante de US\$ 5,1 bilhões e seus credores dividem-se entre instituições financeiras multilaterais, como FMI, Banco Mundial e Fundo Monetário Árabe (28%); países do Clube de Paris, como EUA, Rússia, Reino Unido, França, Itália e Japão (44%); e países não membros do clube de Paris, como os EAU, Arábia Saudita e China (28%).

Como consequência da dívida existente, a Somália não pode recorrer a novos empréstimos internacionais para custear esforços de reconstrução do país. Há uma percepção entre os credores de que o governo não tem condições de pagar a dívida atual e que a manutenção da dívida representa um alto custo social e econômico para o país. O FMI está trabalhando, em coordenação com o Banco Mundial (BM) e países doadores, na formulação de um programa de liquidação dos atrasados, o que permitiria também que a Somália se beneficiasse da iniciativa HIPC ("heavily indebted poor countries").

Cronologia histórica

~2000 a.C.	Civilização Punt; estabelecimento de cidades-Estado de vocação comercial e marítima.
Sécs. XIII-XVI	Sultanatos e repúblicas (p. ex., Mogadíscio, Warsangali, Ifat, Adal, Ajuran, Merca, Brava) que, vistos em conjunto, compunham o atual território da Somália.
Sécs. XVII-XIX	Compunham o atual território os sultanatos de Bari, de Warsangali, de Geledi, o Estado Dervixe, entre outros reinos.
1920	Vitória contra o Estado Dervixe e colonização do território somaliano. Estabelecimento da Somalilândia Britânica, ao norte, e da Somalilândia Italiana, a sudeste.
1960	Independência de ambos os protetorados, que pouco depois se unem para formar a República Somaliana.
1969	Golpe de estado, capitaneado pelo general Mohamed Siad Barre, que declara a República Democrática da Somália.
1991	Siad Barre é deposto por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos; início da guerra civil; fragmentação do Estado somali; território da Somalilândia, ao norte, autodeclara-se independente.
1992	Criação da UNOSOM I, primeira missão da ONU na Somália.
1993	A UNOSOM I é substituída pela UNOSOM II.
1995	Dissolução da UNOSOM II e retirada das forças de paz da ONU.
2000	Estabelecimento do governo Nacional de Transição (TNG), após reunião de lideranças somalis em Djibuti.
2004	Estabelecimento após reunião em Nairóbi, e em substituição ao TNG, do governo Federal de Transição, reconhecido internacionalmente como o governo da Somália.
2007	Intervenção da AMISOM, missão de paz promovida pela União Africana em território somaliano.
2011	A capital Mogadíscio é inteiramente liberada das milícias do Al-Shabaab.
2012	Fim do governo Transicional; inauguração do governo Federal da Somália, reconhecido internacionalmente como o governo do país; aprovação de uma

	constituição provisória; eleição indireta de Hassan Sheikh Mohamud à Presidência. Abdi Farah Shirdon é indicado primeiro-ministro.
Fev/2012	Líde Al-Shabaab declara aliança com a Al-Qaeda.
Dez/2013	Abdiweli Sheikh Ahmed é indicado como novo primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud.
2014	O secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visita Mogadíscio e elogia as forças de paz pelas vitórias obtidas contra o Al-Shabaab.
Out-Nov/2014	O primeiro-ministro Abdiweli Sheikh Ahmed é destituído pelo Parlamento, após discordâncias com o presidente Hassan Sheikh Mohamud em torno de reforma ministerial.
Dez/2014	Omar Abdirashid Ali Sharmarke é indicado como o novo primeiro-ministro.
Jul/2015	É lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo forças somalianas e da AMISOM, que recupera diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália.
Out/2015	O líder da facção do Al-Shabaab na região da Puntiândia declara aliança ao grupo Estado Islâmico.
Jan/2016	Líderes políticos somalianos chegam a um acordo sobre o modelo das eleições legislativas a serem realizadas naquele ano, em que os assentos na Câmara Baixa seriam divididos com base no equilíbrio de poder entre os clãs e os assentos na Câmara Alta seriam divididos entre as províncias federativas, em formação, e as regiões autônomas da Puntiândia e da Somalilândia.
Mar/2016	Ocorrem eleições indiretas para governadores de províncias. A coalizão governista obtém vitória na maior parte das províncias.
Jul/2016	O líder do Al-Shabaab Ahmed Diriye reitera aliança do grupo com a Al-Qaeda.
Set/2016	O Al-Shabaab lança ameaça de ataque aos locais de voto das eleições parlamentares que deveriam ocorrer naquele mês, e o calendário eleitoral é adiado.
Out-Nov/2016	Ocorrem eleições para o Parlamento Federal da Somália.
Nov/2016	Conflito armado entre a província autônoma da Puntiândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de

	Galkayo deixa centenas de mortos e milhares de deslocados.
Dez/2016	O Mecanismo de Resolução de Disputa Eleitoral (MRDE, na sigla em inglês) anula os resultados da eleição de cinco parlamentares devido a apuração de casos de compra de votos e de intimidação nas eleições de outubro. É inaugurado o Parlamento Federal.
Fev/2017	Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", é eleito presidente da República para mandato de quatro anos, em eleições indiretas. O grupo Al-Shabaab lança ameaças contra os colaboradores do novo presidente.
Mar/2017	O Parlamento Federal indica Hassan Ali Kheyre, ex-diretor da companhia petrolífera Soma, como novo primeiro-ministro. Piratas realizam primeiro sequestro de grande embarcação na costa do país desde 2012. O secretário-geral da ONU Antonio Guterres visita a Somália.
Mai/2017	Realização da III Conferência Internacional sobre a Somália, em Londres.

Cronologia das relações bilaterais

1987	Abertura de Embaixada brasileira junto à Somália, cumulativa com o Quênia.
2004	A Embaixada do Brasil no Cairo assume a representação não residente junto à Somália.
2005/mai	O Ministro do Exterior somali, Abdullahi Ismail, representou seu país na I Cúpula ASPA, realizada em Brasília.
2012/fev	O Brasil participou da Conferência de Londres sobre a Somália.
2012/jun	O Brasil participou da Conferência de Istambul sobre a Somália.
2013/dez	A Somália designou Enviado Especial da Somália para Brasil, Argentina e Venezuela.
2016/ago	A Embaixada do Brasil em Mogadíscio não residente volta a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.

Atos bilaterais

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Somália.

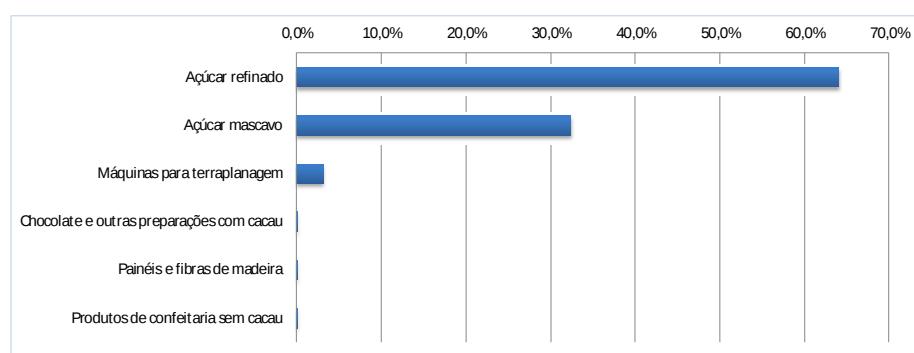
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a Somália
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar refinado	16.216	66,0%	18.096	49,1%	52.172	64,1%
Açúcar mascavo	8.264	33,7%	15.223	41,3%	26.321	32,3%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	3.350	9,1%	2.556	3,1%
Chocolate e outras preparações com cacau	0	0,0%	16	0,0%	109	0,1%
Painéis e fibras de madeira	0	0,0%	38	0,1%	102	0,1%
Produtos de confeitoraria sem cacau	39	0,2%	64	0,2%	77	0,1%
Subtotal	24.519	99,9%	36.787	99,8%	81.337	99,9%
Outros	36	0,1%	84	0,2%	87	0,1%
Total	24.555	100,0%	36.871	100,0%	81.424	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

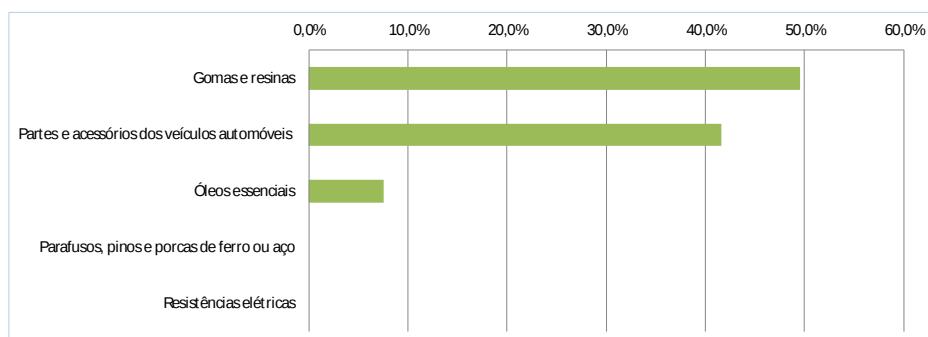


Composição das importações brasileiras originárias da Somália (SH4)
US\$ mil

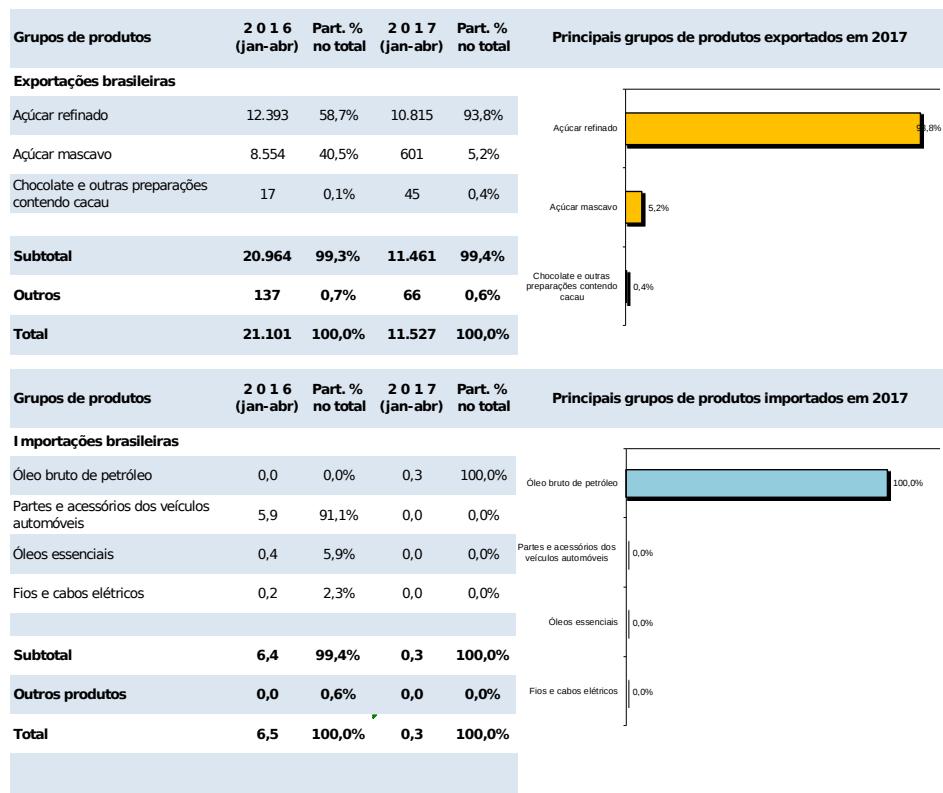
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gomas e resinas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	7,1	49,5%
Partes e acessórios dos veículos automóveis	53,8	80,0%	19,5	93,4%	5,9	41,6%
Óleos essenciais	0,0	0,0%	1,3	6,2%	1,1	7,5%
Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço	5,6	8,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Resistências elétricas	2,1	3,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	61,5	91,4%	20,8	99,6%	14,1	98,7%
Outros	5,8	8,6%	0,1	0,4%	0,2	1,3%
Total	67,2	100,0%	20,9	100,0%	14,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



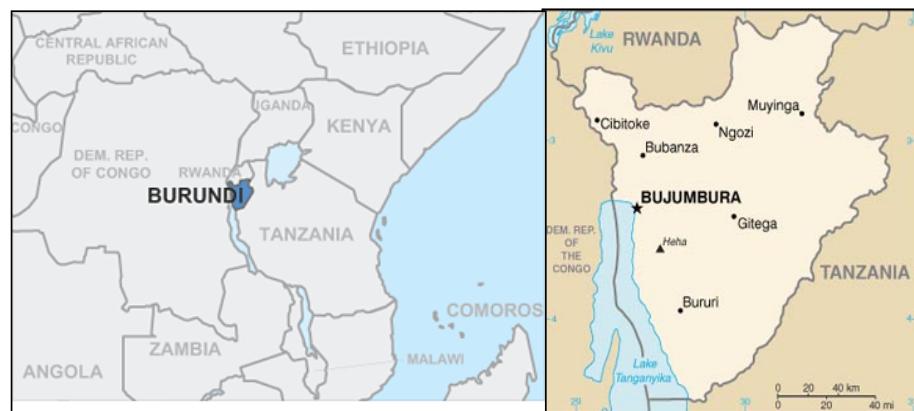
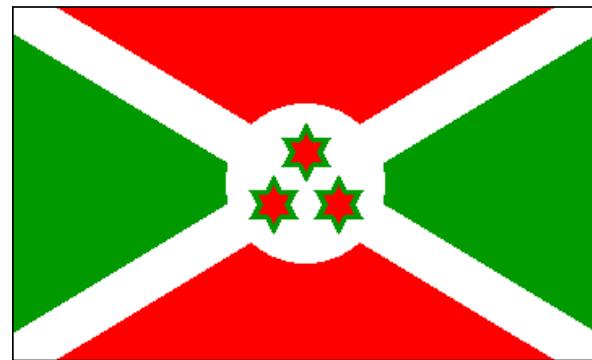
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DRP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aiweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO BURUNDI

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE O BURUNDI

NOME OFICIAL	República do Burundi.
GENTÍLICO	Burundinês.
CAPITAL	Bujumbura (497.166 habitantes).
ÁREA	27.834 km ² (pouco maior do que o estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (2015)	11,178 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Francês; Kirundi
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (80-90%); Religiões Tradicionais Indígenas (5%); Muçulmanos (2-5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Pierre Nkurunziza (desde 2005)
CHANCELER	Alain Aimé Nyamitwe (desde 2015)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 2,74 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 7,89 bilhões (Brasil US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 284,23 (Brasil US\$ 8.726,90)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 818,05 (Brasil US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB(%)	-0,51% (2016 est.); -3,96% (2015); 4,5% (2014);
IDH (PNUD, 2015)	0,404
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	57 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD)	85,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês
EMBAIXADORA EM BUJUMBURA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gaudence Sindsaygaya (desde março de 2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BURUNDI (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Burundi	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	195	-	205	231	421	231	183	123	77
Exportações	196	174	205	230	300	180	183	115	77
Importações	-	-	0,5	2,4	120	56	0,2	7,5	-
Saldo	196	-	204	226	181	119	183	107	77

Apresentação

O Burundi, oficialmente "República do Burundi", localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. Faz fronteira com República Democrática do Congo, Tanzânia e Ruanda. Sua fronteira sudoeste é adjacente ao lago Tanganyika, principal fonte de recursos naturais para o país. Assim como Ruanda e Uganda, igualmente países da região dos Grandes Lagos, o Burundi não possui costa marítima. A capital do Burundi é Bujumbura.

Em termos étnicos e demográficos, o Burundi repete padrão encontrado em Ruanda: aproximadamente 85% da população possui origem étnica hutu; e 15%, tutsi. Há registros de que esses povos habitam a região do Burundi há mais de 500 anos. Até o final do século XIX, o Burundi foi um reino independente. Em 1894, ao tornar-se parte da colônia germânica na África Oriental, foi unificado com Ruanda e Tanzânia. Após a I Guerra Mundial, tornou-se parte, juntamente com Ruanda, da colônia belga Ruanda-Urundi. O francês e o Kirundi são os idiomas oficiais do Burundi. A principal confissão no país é a cristã (80-90%), seguida por religiões tradicionais autótonas (5%) e pela islâmica (2-5%).

Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²), o Burundi é o sexto menor país africano. Com mais de 11 milhões de habitantes, possui a segunda maior densidade populacional da África Subsaariana, atrás apenas de Ruanda. Cerca de dois terços da população burundinesa tem menos de 25 anos de idade e a taxa de natalidade do país é de cerca de 6 crianças por mulher (5^a maior do mundo), o que sugere que a população continuará a expandir-se rapidamente nas próximas décadas. Quase 90% dos burundineses vivem em áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência.

Entre 2006 e 2015, o Burundi vinha sendo considerado exemplo exitoso de processo de construção da paz em sua região. Por meio de esforços de mediação internacional, foi alcançado acordo de paz no país, que pôs fim a longo conflito civil (1993-2003), e estabeleceu mecanismos de compartilhamento de poder entre as principais etnias burundinas.

A partir de 2015, contudo, a reeleição do presidente Pierre Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial desencadeou crise política no país. Desde então, o quadro político e de segurança segue instável, colocando em risco as conquistas obtidas desde 2003 no Burundi pós-conflito.

Perfil biográfico

Pierre Nkurunziza

Presidente da República



Pierre Nkurunziza nasceu em 18 de dezembro de 1963, em Bujumbura, filho de mãe tutsi e pai hutu. Seu pai, que foi senador e governador de duas províncias, foi assassinado durante o chamado "Primeiro Genocídio do Burundi", em 1972. Durante o período de guerra civil (1993-2003), tronou-se uma das lideranças das Forças da Defesa da Democracia (FDD), então a principal milícia de oposição armada do país.

No início de 2003, durante o governo transitório (2000-2005), foi nomeado ministro da Boa Governança. Foi eleito presidente, em 2005, e posteriormente reeleito, em 2010. Em 2015, foi tornada pública a intenção de Nkurunziza de candidatar-se a um terceiro mandato presidencial, o que desencadeou crise política no país. Sua candidatura, embora vedada pela Constituição, foi legitimada pela Corte Constitucional. Em eleições realizadas em julho daquele ano, Nkurunziza foi reeleito com 69,41% dos votos, em pleito boicotado por partidos da oposição, com taxa de participação de pouco menos de 30% da população adulta.

Formado em Educação Esportiva, chegou a atuar como professor na Universidade do Burundi, antes do período de guerra civil (1993-2003).

Relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Desde 1997, a Embaixada do Brasil em Nairóbi encarrega-se das relações com o país. No plano do diálogo político, as relações com o Burundi apresentam significativa fluidez. Brasil e Burundi convergem na interpretação de que existe uma interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, sendo este frequentemente preferido no encaminhamento multilateral de resposta a conflitos no continente africano. Em reconhecimento da simpatia dos interesses burundenses com as posições defendidas pelo Brasil no nível multilateral, o Burundi tem

apoiado candidaturas brasileiras a postos de direção de organismos internacionais, por vezes em detrimento de candidatos africanos. O Burundi apoiou as candidaturas brasileiras à Direção-Geral da FAO, à Direção Executiva da Organização Internacional do Café e à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Em março de 2012, o Burundi abriu embaixada residente em Brasília, uma das mais recentes embaixadas de país africano na capital brasileira. A decisão burundinesa de abrir sua embaixada em Brasília deveu-se não apenas ao peso do Brasil na cena política internacional, mas também ao fato de que Bujumbura identifica a parceria com o Brasil como relevante para seu desenvolvimento econômico e social.

Até o início da atual crise política no Burundi, as relações bilaterais vinham passando por processo de contínuo adensamento, impulsionadas pela presença da embaixada burundinesa em Brasília, bem como pela intensificação no fluxo de visitas e encontros bilaterais de alto nível. Registraram-se, em especial, visita de dois chanceleres burundineses a Brasília em 2009 e 2013, bem como de encontros ministeriais e presidenciais à margem de eventos multilaterais e inter-regionais.

A visita que o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, realizou ao Brasil em agosto de 2009 foi a primeira de um chanceler burundinês ao País. Na ocasião, Nsanze manteve encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à EMBRAPA e à Agência Nacional de Águas (ANA).. Foi também assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Durante a Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota manteve encontro, acompanhado do Professor José Graziano da Silva, com o então chanceler Nsanze. O chanceler burundinês manifestou, na ocasião, o apoio de seu país à candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O Burundi foi, portanto, um dos primeiros países africanos a anunciar seu apoio ao candidato brasileiro.

Em novembro de 2011, o então chanceler Patriota encontrou-se com o então recém-empossado chanceler burundinês Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo. Dois anos mais tarde, teve lugar a III Cúpula ASA (Malabo, 22/2/2013), ocasião em que os presidentes do Brasil e do Burundi igualmente mantiveram encontro bilateral. A então presidente Dilma Rousseff anunciou a disposição brasileira de manter cooperação com o Burundi no domínio da promoção da segurança alimentar.

Em abril de 2013, o chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil, que incluiu, além de Brasília, São Paulo. A visita ocorreu na esteira da entrada em vigor do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2009, e focou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso a energia elétrica e pesca.

Cooperação bilateral

Com o intuito de preservar e consolidar os avanços obtidos no processo de paz que levou ao fim de longo conflito civil no Burundi (1993-2003), o país foi incluído, em 2006, na agenda da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Comprometido com a interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, o governo brasileiro atuou fortemente na criação da CCP e, naturalmente, tem demonstrado engajamento nos esforços de consolidação da paz liderados por aquela Comissão. O Brasil avalia, ademais, que a pacificação da região dos Grandes Lagos prestaria enorme contribuição para a promoção da estabilidade em todo o continente africano.

Nesse contexto, desde 2006, o Brasil passou a participar de conferências internacionais em apoio ao desenvolvimento burundinês, como a Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi, em 2007, e a Conferência de Parceiros para o Desenvolvimento do Burundi, realizada em Genebra, em 2012.

Na área da cooperação esportiva, em julho de 2008, realizou-se no Burundi partida de futebol entre time de ex-jogadores profissionais brasileiros e a seleção sub-20 burundinesa. Em novembro de 2010, três treinadores burundineses de futebol profissional foram capacitados em Curso Internacional para Treinadores de Futebol, realizado em São Paulo.

A partir de 2010, foi desenvolvido, ao amparo do Fundo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), projeto em benefício do Burundi, intitulado “Fortalecimento da capacidade de combate ao HIV/AIDS e da Infraestrutura do Burundi”. No âmbito desse projeto, foi construído um centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS e tratamento de portadores, com investimento de US\$ 1,1 milhão do Fundo IBAS. O centro foi inaugurado, em agosto de 2012, com a presença dos embaixadores dos países do IBAS.

No campo bilateral, o Ministério da Saúde brasileiro enviou técnicos para participar de Seminário de troca de experiências em HIV/AIDS, realizado em Bujumbura, em maio de 2009. Em abril de 2010, missão técnica do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi e da “Society for Women against AIDS in Africa” (SWAA/Burundi) realizou visita de estudos ao Brasil, tendo como objetivo conhecer de modo abrangente as políticas brasileiras voltadas ao combate do HIV/AIDS.

Cooperação para a promoção da segurança alimentar

No domínio da segurança alimentar, visto como prioritário pelo Burundi, há já um histórico significativo de cooperação bilateral. Em julho de 2009, o governo brasileiro alocou US\$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) visando à promoção da segurança alimentar do povo burundinês e ao fortalecimento de projetos relacionados à alimentação escolar entre os repatriados burundineses.

Em outubro de 2011, o Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autorizou o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Na sequência da inclusão do Burundi como beneficiário da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de alimentos ao país, em

2012, no valor de US\$ 950 mil.

Em 2012, técnicos burundineses participaram de cursos promovidos no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar. Os cursos foram desenvolvidos sob a égide do "Programa Brasil-FAO para Países Africanos", no qual se conjugam objetivos de fortalecimento da agricultura e de promoção da segurança alimentar.

Em outubro de 2012, o Brasil participou da Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião, o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012 a 2016), por intermédio de cooperação na área de alimentação escolar, nos moldes da iniciativa PAA-Africa ("Purchase from Africans for Africa"), desenvolvido em parceria com a FAO e o PMA. O programa contempla ações voltadas tanto à segurança alimentar, por meio de merenda escolar, quanto ao fortalecimento de agricultura familiar.

Durante a visita do então chanceler Kavakure ao Brasil, foi assinado memorando de entendimento para cooperação voltada ao combate à fome e à pobreza. Em seguimento, o Burundi foi incluído entre os países prioritários para eventual expansão do PAA-Africa. Embora, até o momento, por força de restrições orçamentárias, não tenha sido possível implementar no Burundi a iniciativa capitaneada pelo Brasil, o PMA comprometeu-se a apoiar processo de reformulação do programa de alimentação escolar burundinês, até 2017. Nesse contexto, em mai/2014, veio ao Brasil, com o apoio do PMA e da ABC, missão técnica burundinesa liderada pela Ministra da Educação do país, incumbida de conhecer as políticas brasileiras nesse domínio. Em jun/2015, ademais, o governo brasileiro anunciou doação de US\$ 50 mil à FAO, para viabilizar a prestação de apoio técnico ao desenho de uma estratégia nacional burundinesa de compras locais para a assistência alimentar à população.

Cooperação no domínio da agricultura

Atualmente, a cooperação técnica entre o Brasil e Burundi restringe-se à implementação do Projeto Cotton-Victoria, do qual faz parte juntamente com o Quênia e a Tanzânia. Executado ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, o Cotton-Victoria foi formulado nos moldes do projeto Cotton-4, desenvolvido na África Ocidental e faz parte do esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) no financiamento de projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras em algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura.

As missões de diagnóstico e de elaboração do projeto ocorreram entre 2013 e 2015. Tiveram como objetivo avaliar os aspectos técnicos necessários para o desenvolvimento do projeto, realizar o diagnóstico de infraestrutura, máquinas e equipamentos para os campos experimentais/unidades técnicas demonstrativas, bem como para a produção e comercialização de sementes de algodão.

Concluído em outubro de 2016, o documento de implementação do projeto, que terá a Universidade Federal de Lavras (UFLA) como instituição implementadora, foi

assinado por todas as partes envolvidas. Em dezembro de 2016 foi realizada missão no âmbito do projeto aos três países. Há previsão de realização, em Nairóbi, em julho de 2017, da primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, o qual deverá discutir o planejamento das atividades para o calendário agrícola 2017- 2018 dos três países.

A cooperação no domínio do ensino superior também deverá ser desenvolvida pelos dois países nos próximos anos. Por ocasião da visita ao Brasil do então chanceler Kavakure, o lado brasileiro apresentou minuta de acordo bilateral voltado a habilitar o Burundi a participar do Programa Estudante Convênio-Pós Graduação (PEC-PG). O projeto de acordo encontra-se negociado e pronto para assinatura. Encontra-se, igualmente, pronto para assinatura memorando de entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi, o qual permitirá que diplomatas do Burundi possam participar de cursos de formação no Brasil.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é muito reduzido e constitui-se, majoritariamente, das exportações brasileiras. Nos últimos cinco anos, apresentou tendência de queda, com decréscimo de 82%, passando de US\$ 421 mil, em 2012; para US\$ 77 mil, em 2016. Em 2016, exportações brasileiras de pneus novos e usados representaram a totalidade do comércio bilateral.

Não há registros de empresas brasileiras no Burundi, tampouco de empresas burundinas no Brasil.

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente no Burundi; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Burundi, a República de Ruanda, a República de Uganda e a República Federal da Somália.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano no Burundi.

Política interna

Panorama Histórico

O Burundi obteve sua independência do Reino da Bélgica e separação de Ruanda, em 1962, tornando-se uma monarquia constitucional. Desde então, o Burundi foi palco de conflitos civis motivados, sobretudo, por tensões entre as duas principais etnias do

país: tutsis (15% da população) e hutus (85%).

Apesar de minoria numérica, a etnia tutsi manteve controle do governo central e do exército desde a independência até a década 1990. Em 1966, o então primeiro-ministro Michel Micombero, liderou golpe de estado que aboliu a monarquia, instaurando regime de partido único: a União pelo Progresso Nacional (UPRONA). Micombero ocupou o cargo de presidente até 1976, quando foi deposto pelo Coronel Jean-Baptiste Bagaza. Este, por sua vez, foi deposto, em 1987, por Pierre Buyoya. Não obstante as mudanças na Chefia de Estado, a UPRONA e o exército, ambos dominados pela elite tutsi, mantiveram-se como os sustentáculos do poder político no Burundi até 1993.

O período do domínio tutsi foi também marcado pelo alinhamento com o socialismo africano, apoiado sobretudo pela República Popular da China, e por forte repressão a milícias rebeldes hutu, que contestavam a sub-representação política daquela etnia. Em 1972, teve lugar o chamado "Primeiro Genocídio do Burundi", no qual estimativas recentes apontam para a morte de mais de 250 mil hutus.

A partir do governo Buyoya, com o fim da Guerra Fria, a maioria hutu passou a obter vitórias em suas demandas por maior participação política. Em 1988, Buyoya nomeou o primeiro-ministro e alguns postos de alto escalão com políticos hutus membros da UPRONA. Em 1992, foi adotada nova constituição com previsão de sistema multipartidário.

Nas primeiras eleições democráticas da história do Burundi, ocorridas em junho de 1993, foi eleito presidente Melchior Ndadaye, líder da etnia hutu, com perfil moderado. Seu partido, recém-legalizado, a Frente para Democracia no Burundi (FRODEBU), obteve representação majoritária no parlamento.

Contudo, após poucos meses de governo hutu, em outubro de 1993, militares tutsi levaram adiante golpe de Estado, no qual o presidente Ndadaye foi assassinado. Em meio a grave crise política, em fevereiro de 1994, o parlamento elegeu Cyprien Ntaryamira (também membro fundador da FRODEBU) ao cargo de presidente. Em abril de 1994, avião em que estavam Ntaryamira e o então recém-eleito presidente de Ruanda, Sylvestre Ntibantunganya, também da etnia hutu, foi derrubado por veículo militar não identificado. Ambos os presidentes morreram. O episódio deu início ao chamado "Genocídio de Ruanda", em que 800 mil tutsis e hutus moderados foram mortos. No Burundi, os assassinatos de Ndadaye e Ntaryamira marcou o início de longo conflito civil (1993-2003), que resultou em cerca de 300 mil mortos e 1,2 milhão de refugiados.

Paz de Arusha

Em 1995, os presidentes de Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atual República Democrática do Congo) lançaram iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Em julho de 1996, o ex-Presidente burundinês Pierre Buyoya, de etnia tutsi, retomou o poder por meio de novo golpe de Estado, amplamente condenado pela comunidade internacional. Logo após haver reassumido como presidente, Buyoya buscou reestabelecer o diálogo com o parlamento dominado pelos hutus. Não obstante, as lutas entre

o exército e as milícias hutus continuaram.

Após a morte de Nyerere, em outubro de 1999, os líderes regionais apontaram Nelson Mandela como facilitador do processo de paz, o que permitiu a retomada das negociações entre o governo instituído e as facções de oposição. Como resultado das mediações, foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, instituiu governo transitório, com duração de 4 anos, e estabeleceu a progressiva implantação de mecanismos de compartilhamento de poder e quotas de representação em altos cargos da administração pública, no legislativo e nas forças armadas entre as principais etnias do país.

Em 2003, foram realizadas novas eleições gerais. Domitien Ndayizeya, da FROBEDU, sucedeu Buyoya como presidente do governo de transição. No mesmo ano, Ndayizeya e Pierre Nkurunziza, então líder das Forças pela Defesa da Democracia (FDD), principal milícia hutu de oposição, assinaram, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. As FDD então estabeleceram braço político, sob a sigla Conselho Nacional pela Defesa da Democracia- Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), o qual rapidamente se tornou a principal força política no país.

Em 2005, foi adotada nova Constituição, colocando fim ao período de transição. Por meio de eleições indiretas, Pierre Nkurunziza foi eleito presidente, para mandato de 5 anos. Em 2010, foi reeleito, para novo mandato de 5 anos, com 91% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos de oposição.

Entre 2005 e 2015, houve um período de progressiva estabilidade e crescimento econômico no Burundi, caracterizado pela observação das quotas étnicas previstas no Acordo de Arusha. Já em 2005, o presidente Nkurunziza iniciou campanha pela pacificação do país, buscando reincorporar grupos que haviam optado pela continuidade da luta armada. Em setembro de 2006, o governo firmou acordo de cessar-fogo com as Forças de Libertação Nacional (Palipehutu-FNL), então o último grupo importante de insurgência armada atuando no país. O acordo rendeu ao presidente Nkurunziza diversos prêmios internacionais por esforços prestados em serviço da paz.

Conjuntura atual

A partir do ciclo eleitoral de 2015, o ambiente político e de segurança no Burundi passou a ser marcado por polarização política, violência, tensões e enfrentamentos.

A crise no país iniciou-se em abril de 2015, quando foi anunciada a candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial. Para as forças de oposição, a candidatura de Nkurunziza não seria legítima, uma vez que a Constituição de 2005 veda uma segunda reeleição. A oposição alega, ademais, que, ao manter-se no poder por um terceiro mandato, Nkurunziza coloca em risco o espírito do Acordo de Arusha. De outro lado, os partidários do presidente argumentam que, como a primeira eleição de Nkurunziza, em 2005, ocorreu pela via indireta, sua candidatura em 2015 não constituiria desrespeito à Constituição. A tese dos partidários de Nkurunziza foi legitimada pela Corte Constitucional do país, alegadamente sob pressão do poder executivo.

A situação deteriorou-se, em maio de 2015, quando teve lugar uma tentativa fracassada de golpe de Estado contra Nkurunziza. Após a tentativa de golpe de estado, a atitude do governo endureceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas". Grupos oposicionistas, alguns integrados por militares e policiais envolvidos na tentativa de golpe de estado, optaram pela luta armada, atuando a partir de países vizinhos.

À revelia de apelos de países ocidentais, da ONU e da União Africana, Nkurunziza manteve sua candidatura e, nas eleições realizadas em julho, que contaram com a participação de 30% do total de votantes, foi reeleito com 69% dos votos. A posse de Nkurunziza, em agosto de 2015, não aliviou o clima de tensões e divisão política.

Grandes manifestações de rua que têm ocorrido desde o início de 2015 têm sido duramente reprimidas pela parcela majoritária das forças de segurança (exército e polícia) leais ao governo. Registram-se, contudo, importantes deserções de quadros das forças segurança, bem como assassinatos que vitimaram liderança militares favoráveis e contrárias ao terceiro mandato de Nkurunziza. Em dezembro de 2015, quatro bases militares foram atacadas por grupos oposicionistas armados. As forças de segurança leais ao governo retaliaram com violência, segundo observadores externos, que relatam casos de execuções extrajudiciais.

Os confrontamentos e episódios de violência desde o início de 2015 resultaram, segundo estimativas da ONU, em quase 500 mortos e 5 mil presos. Ainda segundo a ONU, entre 2015 e 2016, o total de pessoas deslocadas internamente (IDP) passou de 85 mil para cerca de 150 mil. No mesmo período, o total de refugiados burundinês passou de 344 mil para 400 mil. Os principais destinos dos refugiados são Tanzânia (59%) e Ruanda (21%).

Política externa

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, a tensão entre as etnias tutsi e hutu, os fluxos de refugiados de conflitos nos países vizinhos e a ameaça de grupos rebeldes transnacionais são importantes condicionantes geopolíticos, como demonstra tentativa frustrada de ataque a Bujumbura, em janeiro de 2015, por forças rebeldes que penetraram no Burundi pela fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). Mais recentemente, a crise política e a situação dos direitos humanos no Burundi têm condicionado a atuação externa do país.

A posição refratária do presidente Pierre Nkurunziza a um diálogo plenamente inclusivo com a oposição tem levado, em certa medida, ao isolamento do país no plano regional e global. Os EUA têm estudado impor sanções a indivíduos burundineses específicos. Doadores internacionais, em especial a União Europeia, suspenderam a ajuda internacional ao país, limitando-a a projetos de ajuda humanitária a serem desenvolvidos por ONGs. A grave deterioração da economia do Burundi, decorrente, em grande medida, da suspensão da ajuda externa, tem, por sua vez, retroalimentado o

agravamento do quadro humanitário e a instabilidade política. Estima-se que cerca de 700 mil burundineses estejam em situação de severa insegurança alimentar.

Em abril de 2016, o Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou a abertura de investigação preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi. Em reação, o governo burundinês procedeu à denúncia do Estatuto de Roma, por meio de lei promulgada pelo Parlamento e sancionada pelo presidente Nkurunziza em outubro de 2016.

No entorno regional, as relações com Ruanda deterioraram-se rapidamente, como consequência da crise política no Burundi. Os dois países apresentam composição étnica semelhante, com trajetória política, contudo, diversa das etnias tutsi e hutu. No contexto das eleições de 2015, o presidente Paul Kagame havia-se manifestado publicamente contra o terceiro mandato de Nkurunziza. Posteriormente, o governo do Burundi acusou Ruanda de ter participado da tentativa de golpe de maio de 2015, bem como de estar abrigando, treinando e armando grupos oposicionistas, com o objetivo de desestabilizar o país. Por sua vez, o governo ruandês acusou o Burundi de apoiar rebeldes das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), milícia formada majoritariamente por hutus, com base territorial na RDC, cujos membros estiveram envolvidos no genocídio ruandês de 1994. Em abril de 2016, a morte de ex-Embaixador ruandês, preso no Burundi por suspeita de espionagem, elevou as tensões entre os dois países. Nos meses seguintes, foram expulsos de Ruanda cerca de 1.500 cidadãos burundineses, bem como foram registradas detenções em massa de nacionais ruandeses no Burundi, acusados de espionagem.

Ainda em decorrência da atual crise política no país, o Burundi, que vinha recebendo significativo fluxo de refugiados proveniente de países vizinhos, sobretudo da RDC, passou a contribuir para o agravamento da crise de refugiados em sua região. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de refugiados burundineses em países vizinhos, sobretudo na Tanzânia, em Ruanda, em Uganda e na RDC, já supera 400 mil pessoas.

Grande parte da agenda econômica internacional do Burundi está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês), que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. A integração do Burundi no bloco, contudo, tem sido negativamente afetada pela crise nas relações com Ruanda, que levou Bujumbura a proibir a exportação de bens agrícolas para o país vizinho, em julho de 2016, bem como a fechar a fronteira entre os dois países, um mês depois.

É crescente a presença de grandes países em desenvolvimento no Burundi, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos. Em 2015, China e Índia foram, respectivamente, o maior e o segundo maior mercado de origem das importações burundinas. A China também é, atualmente, um dos mais importantes fornecedores de ajuda oficial ao desenvolvimento ao Burundi, além de contribuir com a construção de obras públicas no país, como a do novo palácio presidencial e do Hospital de Mubangda, na província de Bubangza, inaugurado em 2011. A África do Sul também possui importantes laços com o país, tanto econômicos quanto políticos. O país tem buscado demonstrar maior engajamento na mediação da crise política no Burundi.

Durante o período em que o Burundi gozou de estabilidade política, o país apresentou destacado engajamento na solução de conflitos regionais. Apesar do contexto interno adverso, atualmente, o país permanece sendo, ao lado de Uganda, um dos principais contribuintes de tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). A suspensão das contribuições da União Europeia ao orçamento burundinês, contudo, quase levou à retirada das tropas burundinas da Somália, em janeiro de 2017. O impasse foi resolvido após as partes chegarem a um acordo.

Em relação ao Mali, vale recordar que, em 30/1/2013, o ex-Presidente do Burundi Pierre Buyoya foi nomeado Representante Especial da UA e Chefe da Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para o Mali (AFISMA- "African-led International Support Mission in Mali"). O Burundi também enviou tropas para auxiliar a AFISMA na estabilização do Mali.

Devido a sua vinculação à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS, na sigla em inglês), o Burundi também possui posições relevantes sobre o conflito na República Centro-Africana.

Presença multilateral no Burundi

Em 2004, em substituição à Missão da União Africana para o Burundi (AMIB), iniciou suas atividades a Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), composta por cerca de 6 mil militares. Os objetivos da ONU foram garantir a prestação de assistência humanitária ao país, repatriar e reassentar refugiados e monitorar os acordos de cessar-fogo assinados entre o governo de Bujumbura e grupos dissidentes.

Em 2006, em virtude do acordo de cessar-fogo com o Palipehutu-FNL, a ONU transformou sua presença no Burundi de manutenção da paz para reconstrução e consolidação da paz. O país deixou de ser tema frequente da agenda do Conselho de Segurança da ONU e passou a ser discutido, prioritariamente, pela Comissão de Consolidação da Paz. Devido à exitosa implementação dos mecanismos de compartilhamento de poder entre hutus e tutsis, até muito recentemente, o processo de consolidação da paz no Burundi vinha sendo considerado exemplo de sucesso em seu contexto regional.

Em 2007, a ONU foi desmobilizada e substituída pelo Escritório

Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB), desprovido de contingente militar. Em janeiro de 2011, o BINUB foi reformulado e teve suas capacidades e orçamento novamente reduzidos, passando a denominar-se Escritório das Nações Unidas no Burundi (BNUB). Além do tradicional apoio ao diálogo nacional e ao fortalecimento institucional, a presença multilateral no país passou, então, a concentrar-se no apoio à construção e reabilitação de escolas, orfanatos e centros de saúde, bem como à criação de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto. O mandato do BNUB foi concluído em 31 de dezembro de 2014.

Com a deterioração do quadro político no Burundi, a partir de 2015, novas iniciativas multilaterais foram criadas com o objetivo de promover a normalização do país, embora sem lograr êxitos significativos, até o momento.

A EAC tem tido protagonismo na promoção do diálogo entre governo e oposição no Burundi. O atual mediador indicado pelo bloco é o presidente de Uganda Yoweri Museveni. O ex-presidente tanzaniano Benjamin Mkapa ocupa a função de facilitador do diálogo. O esforço mediador, contudo, não apresentou avanços até o momento, sobretudo em função da dificuldade de reunir representantes do governo e da oposição. O governo do Burundi não reconhece a legitimidade de parte da oposição, considerados como organizações "terroristas", e recusa-se a dialogar com quaisquer representantes da tentativa de golpe de maio de 2015. Por sua vez, os grupos de oposição não aceitam solução para a crise que envolva a permanência de Nkurunziza na Presidência, exigindo a realização de novas eleições no curto prazo.

A União Africana e as Nações Unidas também vêm monitorando a situação no Burundi, com especial atenção à situação dos direitos humanos, embora sem resultados expressivos. Em dezembro de 2015, a União Africana (UA) anunciou que seriam enviados cinco mil soldados ao Burundi, para atuar em missão de proteção e prevenção. O presidente Nkurunziza, no entanto, declarou que não aceitaria o deslocamento de tropas para o país, que seria considerado uma invasão pelo governo burundinês. Em fevereiro de 2016, acordou-se uma solução intermediária, com o envio de cem monitores militares e igual número de observadores da UA. A medida, contudo, ainda não foi integralmente implementada.

Em julho de 2016, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adotou resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, com mais de 200 agentes, para monitorar a situação de segurança no país e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeitou publicamente o envio de força policial da ONU e afirmou que aceitaria apenas o envio de cinquenta policiais, para treinamento da polícia local. Desse modo, a resolução não foi implementada.

Em março de 2017, o assessor especial do secretário-geral das

Nações Unidas para Prevenção de Conflitos Jamal Benomar apresentou relatório ao CSNU, em que manifestou preocupação com o agravamento da situação dos direitos humanos no Burundi e registrou a ausência de progressos no esforço de diálogo patrocinado pela EAC.

Economia

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo, havendo ocupado, em 2015, a 184^a posição entre 189 países listados no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas. A mais recente guerra civil (1993-2003), que resultou em cerca de 200 mil mortos, teve grande impacto negativo sobre a economia do país. Com o fim do conflito e com as eleições de 2005, o Burundi realizou reformas político-institucionais e econômicas profundas que viabilizaram a retomada do desenvolvimento. De 2006 a 2014, a economia burundinesa cresceu a uma taxa média de 5% ao ano.

Em 2015, com a crise política deflagrada pela decisão do presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato, a economia passou novamente a sofrer processo de desaceleração. Naquele ano, o PIB do país registrou decréscimo de 3,9%, o que pôs fim a ciclo de crescimento econômico que durou por uma década (2005-2014). Em 2016, a economia permaneceu estagnada, com crescimento estimado em apenas 0,7%. O Investimento Externo Direto (IED) caiu de USD 47 milhões (2014) para USD 7 milhões (2015). A dívida externa, por sua vez, cresceu de US\$ 684,1 milhões em 2015 para US\$ 705,2 milhões em 2016. O valor total do PIB de 2016 foi estimado em US\$2,74 bilhões.

O principal setor da economia burundinesa é o da agricultura, que representa 45,8% do seu PIB e emprega mais de 90% da população. O segundo maior setor da economia burundinesa é o de serviços, com 37,1%, seguido pela indústria, com 17,1%. O Burundi depende fortemente de ajuda externa de doadores bilaterais ou multilaterais. Em 2015, as doações representaram 48% da receita nacional do país, mas o número diminuiu para 33,6% em 2016. A tendência para 2017 é de que este número diminua ainda mais, em função da redução e, em alguns casos, suspensão, de doações internacionais decorrentes da instabilidade política.

Como se encontra em grande medida vinculada à atividade agrícola, principalmente às culturas do café e do chá, a economia do Burundi é vulnerável a variações climáticas e à flutuação dos preços internacionais das commodities agrícolas. A inflação atingiu 5,5% em 2015, e passou para 6,5% em 2016. A arrecadação de impostos ainda possui uma estrutura precária, incidindo somente sobre 19,6% do PIB nacional em 2016.

No setor externo, as exportações do Burundi somaram US\$ 132,4 milhões em 2016, e as importações, 683,4 milhões. Os principais produtos de exportação são o café e o chá, que contabilizam cerca de 60% das vendas totais. Outros produtos importantes são o açúcar, o algodão e o couro. Em 2009, o Burundi passou a integrar a Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês).

Os principais mercados de destino para as exportações burundinas são:

Alemanha (12,9%); Paquistão (11,2%); República Democrática do Congo (11,2%); Uganda (8,5%); Suécia (8,2%); Estados Unidos (7,5%); Bélgica (6,6%); Ruanda (4,8%); e França (4,6%). As principais origens das importações do Burundi foram: Quênia (15%); Arábia Saudita (14%); Bélgica (10%); Tanzânia (8,4%); Uganda (7,4%); China (7,1%); Índia (4,9%); e França (4%).

A atual crise política tem imposto desafios à economia do país, principalmente quanto à renda advinda de doações estrangeiras. No entanto, o aumento da atividade econômica, que deverá incluir a exploração de novas minas de níquel e investimentos realizados pelo governo no campo da segurança interna e do aperfeiçoamento do sistema de arrecadação de impostos, poderá resultar em taxas de crescimento positivas ao longo dos próximos anos.

Cronologia histórica

1885	Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio alemão.
1918	Com fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.
1955	Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.
1959	A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.
1959	Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.
1961	Realização de eleições legislativas.
1961	Assassinato do Príncipe Rwagasore.
1962	O Burundi, sob o domínio da Bélgica, torna-se independente.
1962	O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.
1966	O Coronel Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a república e institui regime militar.
1976	Golpe militar derruba Coronel Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.
1987	Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.
1993	Eleições multipartidárias acabam com governo militar. Eleito presidente, Melchior Ndadaye (Frobedu) é assassinado quatro meses depois.
1994	Parlamento aponta Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento aponta para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.
1996	Ex-presidente Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.
1998	Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuência do Parlamento
1999	Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinas.
2000	É estabelecido o Acordo de Paz de Arusha. Governo e três grupos rebeldes tutsi assinam acordo de cessar-fogo.
2001	Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde tutsis e hutus compartilharão o poder.
2002	Jean Minani, líder do principal grupo hutu, é eleito presidente do governo

	de transição.
2003	Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya é líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.
2004	Forças da ONU tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.
2005	Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde Hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.
2006	FNL e o governo do assinam cessar-fogo, na Tanzânia.
2007	ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução, com a criação do Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB). RDC, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.
2008	Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.
2009	O Clube de Paris perdoa toda a dívida do Burundi, US\$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde Hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.
2010	O Presidente Nkurunziza é reeleito com 92% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos da oposição.
Dez/2014	É concluído o mandato do Escritório das Nações Unidas no Burundi.
Abr/2015	Anúncio da candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial leva à instauração de ambiente de crise política e deterioração do quadro de segurança.
Mai/2015	Após a tentativa fracassada de golpe de estado, a posição do governo recrudesceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas".
Jul/2015	Nkurunziza é reeleito presidente, com 69% de votos favoráveis, em pleito com 30% do total de votantes.
Dez/2015	A União Africana anuncia que enviaria missão de proteção e prevenção ao Burundi, rejeitada pelo presidente Nkurunziza.
2016	Manteve-se o clima de tensões e divisão política. A Comunidade da África Oriental (EAC) promove diálogo entre forças políticas no Burundi.
Abr/2016	O Tribunal Penal Internacional (TPI) anuncia a abertura de investigação

	preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi.
Jul/2016	O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adota resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, para monitorar a situação de segurança no Burundi e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeita publicamente o envio de força policial com outro objetivo exceto o treinamento da polícia local.
Ago/2016	O Burundi fecha sua fronteira com Ruanda, em decorrência do agravamento das tensões nas relações bilaterais.
Out/2016	O presidente Nkurunziza sanciona lei visando à denúncia do Estatuto de Roma pelo Burundi.

Cronologia das relações bilaterais

1980	Estabelecimento das relações bilaterais.
2007	Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
2008	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2008/abr	Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, na qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.
2009/jul	Visita da embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes ao Burundi, acompanhando a equipe de futebol “Além-Brasil”, que manteve amistoso com a seleção sub-20 local.
2009/ago	Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil. Assinado Acordo de Cooperação Técnica.
2011/jun	Encontro entre os então chanceleres Antonio Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. Na ocasião, o Burundi manifestou apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.
2011/out	O Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Ao amparo da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao PMA-Burundi, em 2012.

2011/nov	Encontro Ministerial entre os então chanceleres Antonio Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.
2012/mar	Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.
2012/ago	Viagem a Bujumbura da embaixadora, não residente, do Brasil para o Burundi, para participar da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS. Encontro da embaixadora com o chanceler Kavakure.
2012/out	Participação de enviado brasileiro na Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16)
2013/fev	Encontro da então presidente Dilma Rousseff com seu homólogo burundinês, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.
2013/abr	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure.

Atos bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	16/04/2013	Em vigor

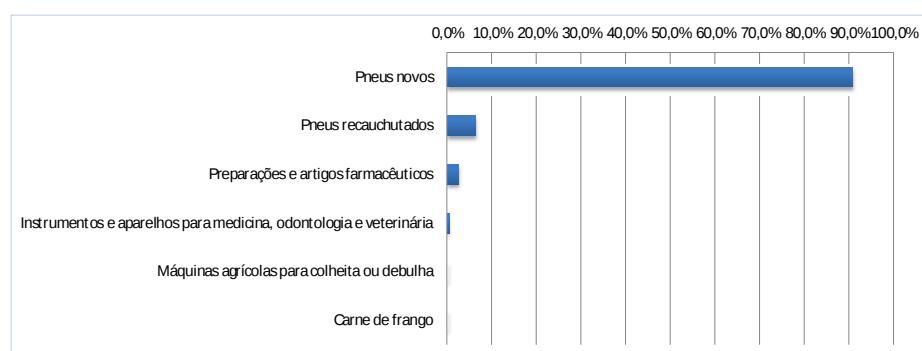
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para Burundi (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	147,2	80,3%	112,0	97,1%	70,4	90,9%
Pneus recauchutados	2,5	1,4%	0,8	0,7%	4,9	6,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,9	2,4%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,3	0,4%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulh	0,7	0,4%	2,5	2,2%	0,0	0,0%
Carne de frango	32,3	17,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	182,7	99,6%	115,4	100,0%	77,5	100,0%
Outros	0,7	0,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	183,4	100,0%	115,4	100,0%	77,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016



Composição das importações brasileiras originárias do Burundi (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Misturas de substâncias odoríferas para a preparação de bebidas	0,0	0,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%
Isoladores para uso elétrico	0,1	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	0,1	100,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	0,1	100,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016	Part. %	2017	Part. %	Principais grupos de produtos exportados em 2017
	(jan-abr)	no total	(jan-abr)	no total	
Exportações brasileiras					
Pneus novos	23,8	87,0%	82,6	81,9%	Pneus novos
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0,0	0,0%	8,4	8,3%	Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação
Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos	0,0	0,0%	4,1	4,1%	Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos
Máquinas para colheita ou debulha	0,0	0,0%	2,9	2,9%	Máquinas para colheita ou debulha
Pneus recauchutados	3,6	13,0%	2,8	2,8%	Pneus recauchutados
Subtotal	27,4	100,0%	100,8	100,0%	
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	27,4	100,0%	100,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Não foram registradas importações no período de janeiro a abril de 2016 e de 2017.

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM NAIRÓBI,
REPÚBLICA DO QUÊNIA
EMBAIXADORA MARCELA MARIA NICODEMOS**
(MAIO/2013 - SETEMBRO/2017)

Cheguei a Nairobi e assumi minhas funções (maio/2013) cerca de um mês após Uhuru Kenyatta ter assumido o poder (abril/2013) como o quarto presidente do Quênia. Embora as eleições tenham transcorrido de maneira pacífica, em comparação com a violência generalizada verificada após as eleições de 2007-08, o candidato da oposição Raila Odinga, alegando fraude, recorreu à Suprema Corte do Quênia, que simplesmente reafirmou a eleição de Uhuru Kenyatta e William Ruto.

2. Grande parte do mandato de Uhuru/Ruto foi utilizada na defesa dos dois mandatários, acusados pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de serem responsáveis por crimes contra a humanidade ocorridos após as eleições de 2007-08, quando mais de mil pessoas foram mortas e cerca de 600 mil ficaram desabrigadas. O primeiro mandato de Uhuru e Ruto teve também como característica a implementação da nova Constituição do país, em vigor desde 2010, cuja principal inovação foi a descentralização de poder, com a criação de 47 unidades político-administrativas, com responsabilidades sobre utilização de recursos, contratação de pessoal e desenvolvimento de projetos.

3. Após um período de mais de um ano respondendo a processo no TPI, Kenyatta teve seu caso "abandonado" pela promotoria, em razão da "falta de cooperação das autoridades quenianas", que se negaram a entregar documentos relativos ao Presidente, que deveriam servir de provas para a promotoria. O caso contra Ruto continuou por mais tempo, mas teve que ser "suspenso", pois grande parte das testemunhas havia desaparecido ou revertido seu depoimento inicial.

4. Durante o período de minha gestão, persistiram e, de certa forma, encrudesceram os atentados do grupo terrorista da Somália, al-Shabab, contra alvos quenianos, em retaliação à presença das Forças de Defesa do Quênia em território somaliano, desde 2011, como parte da Amison. Os anos de 2013 e 2014 foram particularmente ativos, tendo o al-Shabab levado a cabo, em setembro de 2013, ataque terrorista contra centro comercial em área nobre de Nairobi, do qual resultaram 69 mortes, segundo fontes oficiais. O ano de 2014 foi caracterizado por uma sequência de ataques de menor intensidade, sobretudo na costa leste do país e nas regiões de fronteira entre o Quênia e a Somália. O Governo manteve sua posição de não ceder às pressões do grupo terrorista. No corrente ano, aproveitando-se da realização



gerais no Quênia, o grupo al-Shabab efetuou uma série de ataques de menor porte nas regiões leste e nordeste do país. O grupo, contudo, não voltou a atacar Nairóbi ou outros centros urbanos do Quênia.

5. Em relação aos temas de política interna, a Embaixada os acompanha atentamente para informar a Secretaria de Estado, mas não emite comentários ou parecer de qualquer natureza junto às autoridades locais.

6. Assim como a política interna queniana, a política externa é também objeto de cuidadoso acompanhamento pelo Posto. Nesse sentido, é importante ressaltar ser o Quênia um ator político central na Comunidade da África Oriental, em razão de seus esforços de pacificação de países como Somália e Sudão do Sul e do tamanho de sua economia, a segunda maior da região. Deve ser ressaltada também sua tradicional política de refugiados, em função da qual o território do país abriga alguns dos maiores campos de refugiados do mundo, como Kakuma e Dadaab, situados próximo à fronteira com a Somália. Nos últimos dois anos houve tentativa por parte do governo do presidente Uhuru Kenyatta no sentido de fechar o campo de Dadaab, mediante acordo tripartite assinado com o Governo da Somália e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Como a repatriação só pode ocorrer de maneira voluntária, e tendo em conta a precária situação econômica, social e de segurança no vizinho do norte, poucos foram os nacionais da Somália que se voluntariaram para retornar a seu país de origem.

7. No nível bilateral, as autoridades quenianas atribuem especial relevância à troca de visitas de alto nível. Durante minha gestão à frente da Embaixada, o Quênia recebeu sequência significativa de visitas de alto nível, cabendo destacar, dentre outras, a do Papa Francisco e de líderes dos EUA, Índia, Turquia, Israel, Nigéria, Coréia do Sul e Japão. Por sua vez, Kenyatta visitou China, Alemanha e Rússia, dentre outros países.

8. As relações bilaterais entre Brasil e Quênia, por sua vez, necessitam de revitalização, por meio da realização de visitas bilaterais de alto nível. As últimas visitas de alto nível entre Brasil e Quênia datam de 2010: visita do ex-presidente Lula ao Quênia e visita do ex-chanceler queniano, Moses Wetang'ula, ao Brasil. O presidente Uhuru Kenyatta manifestou repetidas vezes sua intenção de visitar o Brasil. A visita não foi realizada, tanto pela falta de reação do governo anterior às gestões quenianas, quanto por dificuldades de agenda do presidente Kenyatta, em virtude de seu julgamento no Tribunal Penal Internacional (TPI). Creio que, em grande medida, a ausência de contatos em alto nível entre os dois países poderá ter contribuído para certa morosidade do lado queniano que venho observando durante

minha gestão à frente da Embaixada, em relação a iniciativas brasileiras, momente na área econômico-comercial. A realização de nova rodada de visitas bilaterais de alto nível, de lado a lado, viria a conferir maior sentido de urgência às relações. Sugiro, como primeiro passo, a realização da III Comista (a II foi em 2008, em Nairóbi), que serviria igualmente para preparar visitas ministeriais e, finalmente, presidenciais.

9. As eleições gerais de 2017, recém-concluídas, embora aparentemente bem organizadas e pacíficas, foram objeto de contestação por parte da oposição. O candidato da oposição, Raila Odinga, decidiu, mais uma vez, recorrer à Suprema Corte, na expectativa de obter sucesso dessa vez, mediante a anulação das eleições de 8 de agosto de 2017. Com efeito, pela primeira vez na história do Quênia, a Suprema Corte, em 1º de setembro, anulou as eleições presidenciais e determinou a realização de novas eleições para presidente em um prazo de 60 dias. A data das novas eleições presidenciais foi marcada para 17 de outubro vindouro.

SETOR ECONÔMICO E COMERCIAL

10. Conforme já mencionado, o Quênia possui a segunda economia mais importante da África Oriental e, em setembro de 2014, mediante o aperfeiçoamento de sua base de cálculo do PIB, o país passou a ser a sexta maior economia da África sub-saariana, superado apenas por Nigéria, África do Sul, Angola, Sudão e Etiópia e foi elevado à categoria de país de renda média. O Quênia possui, portanto, um grande potencial - longe de plenamente explorado - para maior atuação brasileira nos setores econômico e comercial.

11. A despeito de interesse variado manifestado por empresas brasileiras no mercado queniano, a maior presença brasileira tem se concentrado no setor de equipamentos e suplementos agrícolas. A empresa Brazafric - de origem brasileira, mas domiciliada no Quênia - é uma das mais ativas nesse mercado, e que, com o apoio do Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada, vem organizando a cada dois anos a feira conhecida como "Brazil in Eastern Africa Expo". A Expo é, sem dúvida, uma excelente oportunidade de promoção dos equipamentos e suplementos agrícolas do Brasil e considero que a Embaixada deva continuar a emprestar-lhe todo o apoio.

12. Cheguei a Nairóbi pouco antes da realização da segunda edição da feira, em 2013. Havia um número expressivo (cerca de 20) de empresas brasileiras do setor agrícola, assim como a participação da ABIMAQ. Ademais da feira, foi realizada uma mesa redonda sobre "Agricultura de Conservação", que muito atraiu o empresariado local. Em 2015, a terceira edição da



feira teve menor dimensão - em razão, talvez, da já difícil situação econômica no Brasil. De qualquer maneira, a feira contou com a participação da SIMECS e de outras empresas do setor agrícola brasileiro. Recomendo fortemente que o Departamento de Promoção Comercial do Ministério continue a facilitar o apoio do SECOM da Embaixada ao evento.

13. Considero necessário, contudo, que o Brasil promova outras iniciativas conducentes à diversificação da participação brasileira no mercado queniano. Dentre os demais setores que a Embaixada considera que mereceriam maior apoio por parte das autoridades correspondentes no Brasil encontram-se: equipamentos médicos e produtos farmacêuticos; alimentos (frango, açúcar, soja, dentre outros); turismo; infraestrutura (construção civil, energia, abastecimento de água, saneamento básico); defesa e segurança; cosméticos e têxteis; máquinas industriais; mineração; e tecnologia da informação/comunicação. O potencial identificado para esses setores está baseado na dimensão do mercado local, o principal da África Oriental, na perspectiva de inserção no mercado regional; bem como em registros no Invest & Export Brazil e em manifestações de interesse recebidas tanto de empresas brasileiras, quanto do setor privado queniano. Para tanto, seria extremamente propícia a organização de missão empresarial brasileira ao Quênia - para além da participação na "Brazil in Eastern Africa Expo" - assim como de missão empresarial queniana ao Brasil, eventualmente no contexto de alguma das inúmeras feiras setoriais realizadas em cidades brasileiras. A organização de eventuais missões comerciais, de lado a lado, em muito se beneficiaria de uma atuação coordenada com a APEX-Brasil.

14. Durante minha gestão à frente da Embaixada, várias empresas brasileiras de porte estiveram no Quênia e tentaram iniciar projetos de envergadura no país, mas não lograram concretizar quaisquer negócios, seja em termos de exportações de bens ou de execução de projetos de infraestrutura, não obstante as constantes manifestações de interesse do Governo em contar com investimentos externos produtivos. Nesse sentido, vale destacar o êxito alcançado pela empresa brasileiro-argentina, Positivo BGH, que, juntamente com universidade local, venceu licitação para fornecer "laptops" à metade dos alunos ingressados na escola, conforme promessa de campanha do Presidente Kenyatta.

15. Vale mencionar, igualmente, que alguns projetos/iniciativas brasileiros que contavam inclusive com financiamento do BNDES nunca chegaram a ser iniciados, o que causou profunda estranheza junto às empresas brasileiras envolvidas assim como junto ao próprio SECOM da Embaixada. Quero crer que tal fato se deve ao relativo distanciamento entre as altas autoridades dos dois países, o que poderá ser corrigido no momento oportuno.

16. O valor do comércio bilateral entre Brasil e Quênia é reduzido e compreende basicamente exportações brasileiras para o Quênia. Nos últimos três anos, o total do comércio bilateral situou-se em cerca de US\$59 milhões, com um superávit para o Brasil de cerca de US\$58 milhões. O Brasil importa do Quênia essencialmente chá e as exportações brasileiras concentram-se no setor de máquinas e equipamentos agrícolas.

17. Os anos 2011, 2012 e 2013 foram atípicos, com o valor das exportações brasileiras tendo alcançado quase US\$300 milhões em cada ano, em razão da venda de dez jatos E-190 da Embraer para a empresa aérea queniana, a Kenyan Airways, que, em 2011, havia assinado contrato para a compra de até 26 jatos da empresa brasileira. Foram adquiridos imediatamente dez jatos e não chegou a se concretizar a venda dos 16 jatos opcionais. De qualquer maneira, a Kenyan Airways é a principal cliente da Embraer no continente africano, uma vez que conta em sua frota com 15 jatos E-190, além de outros cinco jatos E-170 que estão sendo vendidos. A Embraer tem manifestado continuado interesse no mercado queniano, seja para a venda de novos jatos comerciais, de jatos executivos ou de equipamentos de defesa e segurança. A Kenyan Airways, no entanto, teve grande perda de valor de mercado nos dois últimos anos. Além de alegada má gestão da empresa, a aquisição de nove jatos Boeing 787 - conhecidos como dreamliners - parece ter afetado seriamente suas finanças. Supostamente, um dos Dreamliners adquiridos seria para iniciar vôos diretos entre Nairobi e São Paulo, após ter sido assinado em 2010 um Acordo de Serviços Aéreos entre os dois países.

18. O mercado queniano continuará a ser de interesse para o Brasil, uma vez que a economia do país tem tido nos últimos cinco anos um crescimento superior a 5%, crescimento esse que deverá continuar nos próximos anos. O Brasil deve ter presente, no entanto, a forte presença chinesa no país assim como a presença de indiano-kenianos, que dominam o setor comercial. A China, por sua vez, além da exportação de bens, está presente na construção de quase todas as grandes obras de infraestrutura no país.

SETOR DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

19. As dificuldades orçamentárias do Brasil que estiveram presentes durante quase toda minha gestão à frente da Embaixada, criou sérias limitações para a expansão do programa de cooperação técnica com o Quênia. Nesse sentido, não foi levada a cabo proposta formulada pela Ministra da Defesa do Quênia, Raychelle Omamo, quando da visita de cortesia que lhe efetuei após minha apresentação de credenciais. Na ocasião, Rachel Omamo sugeriu a formalização



da cooperação no setor de defesa, por meio de um convênio ou Memorando de Entendimento. Creio ser esse um assunto a ser revisitado.

20. Algumas atividades de cooperação técnica, no entanto, ainda puderam ser realizadas no início de minha gestão, no âmbito apenas interinstitucional. Nesse sentido, em 2013, houve a realização de missão de instrução de policiais militares do Rio de Janeiro ao Quênia, onde cumpriram programa ambiental juntamente com o Wildlife Services deste país.

21. Foi possível, ainda, finalizar, em 2014, programa de cooperação do Governo brasileiro com o Governo queniano no setor de "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia", mediante a participação de quatro especialistas locais em curso em São Paulo.

22. Por meio da utilização de parte dos recursos recebidos do governo dos EUA em virtude de parecer favorável ao Brasil de painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre algodão, o Brasil iniciou em dezembro de 2016 o projeto regional de "Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria", também conhecido como projeto "Cotton Victoria", que envolve a melhoria da produção de algodão no Burundi e Tanzânia.

23. Finalmente, cabe menção ao Programa Estudantes Convênio na área de graduação, que, embora desperte grande interesse entre os estudantes locais, vê-se limitado pela falta de um leitorado de português em Nairobi, uma vez que não há outras opções para o aprendizado de português no Quênia. O conhecimento de português é essencial para a participação no PEC, sobretudo na área de pós-graduação. Apesar das restrições orçamentárias, creio ser essa uma área que mereceria um esforço adicional do governo brasileiro para aumentar o número de estudantes quenianos no Brasil.

SETOR CULTURAL

24. Assim como o setor de cooperação técnica, o setor cultural teve sua programação afetada pelo corte orçamentário. Foi possível, contudo, promover algumas atividades com o patrocínio local, sobretudo em razão da realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014.

25. Sempre explorando a possibilidade de parcerias com empresas ligadas ao Brasil, no primeiro semestre de 2013 foi realizada a Semana de Cultura Brasileira, a qual foi programada para coincidir com a segunda edição da "Brazil in Eastern Africa Expo", de modo a tentar maximizar o impacto das duas iniciativas. Com o apoio da Ethiopian Airlines, que havia recém-iniciado vôos para o Brasil, e do Safari Park

Hotel, onde foi realizada a Expo, foi possível trazer dois casais de bailarinos de dança de salão e um chef com especialidade em comida típica brasileira. Assim, todas as noites durante a Expo, foi servida em um dos restaurantes no Hotel Safari Park comida brasileira - bobó de camarão, moqueca de peixe, feijoada, churrasco, etc. Após o jantar, os dançarinos brasileiros se apresentavam, com demonstrações de alguns dos principais estilos de dança no Brasil, como forró, samba, bolero e até mesmo capoeira. No último dia, houve apresentação conjunta dos dançarinos brasileiros com os dançarinos do hotel, o que deixou registrada a perfeita harmonia de movimentos e sons assim como de relacionamento entre os dois povos.

26. Como mencionado anteriormente, em 2014, em data próxima ao início da Copa do Mundo no Brasil, e com o patrocínio de algumas das empresas patrocinadoras dos jogos da FIFA, a Embaixada promoveu uma "Mini Copa para Meninos e Meninas", em uma das áreas mais vulneráveis de Nairóbi. Além de pretender levar a crianças carentes um pouco da alegria do futebol brasileiro - favorito de cinco entre cada cinco quenianos -, a iniciativa também visou promover a igualdade de gênero, com meninas e meninos disputando o troféu lado a lado. A atividade, que durou cerca de dez horas, distribuiu prêmios e brindes para as crianças e forneceu-lhes alimentação durante o tempo em que durou. Considero ter sido essa uma das iniciativas mais bem sucedidas promovida pela Embaixada, por ter reunido a um só tempo esporte, diversão, distribuição de pequenos prêmios, juntamente com ação social voltada para comunidade extremamente carente da cidade de Nairóbi.

27. Em razão da popularidade do futebol brasileiro no Quênia, foi possível organizar durante a Copa do Mundo diferentes atividades culturais na cidade de Nairóbi, com custo bastante reduzido, em função dos diversos patrocínios obtidos. Dentre essas se encontram um festival de culinária brasileira em um dos principais hotéis da cidade, com jantar para diferentes autoridades locais e do corpo diplomático durante o jogo de abertura da Copa; duas exposições fotográficas; além de uma série de 16 programas de rádio, em horário nobre, na rádio Capital FM, intitulado "A novíssima música brasileira". Não resta dúvida de que o futebol brasileiro continua a ser um dos principais promotores do Brasil no Quênia e, talvez, em todo o continente africano. Há, assim, que se procurar aproveitar a imagem do futebol e de jogadores brasileiros para tentar atrair o interesse local para outros aspectos menos conhecidos da cultura brasileira.

28. Uma vez encerrada a Copa do Mundo, o Posto voltou a enfrentar a escassez de recursos, tendo que priorizar as atividades sem custo ou com baixíssimo custo para os cofres nacionais. Nesse sentido, o cinema brasileiro é sempre bem-recebido e a realização de mostras do cinema brasileiro, em



geral, não exige muitos recursos. No período de minha gestão, o Brasil participou mais de uma vez do Festival de Cine Lusófono, realizado à época, sem qualquer ônus. Foi igualmente promovida a 4ª. Edição do Festival de Cine Brasileiro, que teve a vantagem de poder ser exibida também nas cidades de Mombaça e de Kisumo. Foram promovidas também sessões únicas de filme brasileiro, sempre com boa audiência.

29. Em conjunto com os demais países latino americanos com Embaixada em Nairóbi, o Brasil participou de um Festival de Música Latino Americana, também praticamente sem custo. O festival contou com a participação da Orquestra Jovem do Quênia, que tocou uma seleção de músicas dos países aqui representados. Embora fosse um festival com música apenas orquestrada, a sala onde foi apresentado teve sua capacidade de lotação esgotada, o que demonstra que, mesmo se tratando de países distantes, cuja cultura ainda é relativamente pouco conhecida localmente, existem grande interesse e receptividade locais para sua apresentação.

CUMULATIVIDADES (BURUNDI, RUANDA, UGANDA E SOMÁLIA)

30. Os quatro países cumulativos com a Embaixada em Nairóbi estão presentes - por diferentes razões - na agenda de paz e segurança multilateral, demandando cuidadoso acompanhamento. Embora infrequentes durante minha gestão, as visitas aos países são muito úteis, por permitirem ao Brasil uma presença, ainda que tênue. Considero que, tão pronto seja normalizada a situação orçamentária do Itamaraty, devem ser retomadas as visitas regulares aos países da jurisdição.

Burundi

31. Mesmo em face das dificuldades políticas que vem enfrentando desde 2015, o Burundi sempre procura responder às solicitações do Posto e reage com certa agilidade quando demandado. Além da apresentação de credenciais, estive em Bujumbura mais uma vez, em junho de 2013, para participar, como representante do Sr. Ministro de Estado, da II Reunião de Parceiros para o Desenvolvimento do Burundi. A participação na reunião, embora concentrada em dois dias, foi muito frutífera. Dos contatos que mantive em Bujumbura, resultaram duas iniciativas muito bem aproveitadas pelas autoridades burundesas. A primeira delas foi a incorporação ao Programa da Merenda Escolar em associação ao Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos em Brasília. A segunda iniciativa refere-se à celebração de Convênio de Cooperação Educacional entre o Governo do Brasil e o Governo do Burundi. A assinatura do convênio partiu do interesse do Ministro da Educação Superior do Burundi em manter um programa de intercâmbio de estudantes e de professores entre os dois países. Aproveitei a oportunidade para informar o Ministro burundês da necessidade de assinatura do Convênio,

que daria acesso aos estudantes burundeses a vagas de graduação em universidades brasileiras, por meio do Programa de Estudantes Convênio. O Convênio já foi assinado e aguarda ratificação pelas duas partes para entrar em vigor.

32. Vale destacar que o governo do Burundi inaugurou Embaixada em Brasília, em 2012, de forma unilateral, o que dá uma ideia da importância atribuída ao Brasil.

33. Desde 2015, o Burundi vive profunda crise política interna que chegou a beirar uma guerra civil. A crise eclodiu quando o Presidente Pierre Nkurunziza insistiu em concorrer a um terceiro mandato, reinterpretando, assim, os termos dos Acordos de Arusha que puseram fim ao genocídio no país. Embora o conflito interno tenha se acalmado, milhares de burundeses buscaram refúgio sobretudo na Tanzânia e a situação dos direitos humanos no país é calamitosa. O país não aceita a presença de forças estrangeiras, internacionais ou regionais, em seu território assim como se nega a cooperar com o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos. A situação no Burundi é tema permanente na agenda do Conselho de Segurança.

34. Apesar da gravidade da situação interna no país, o Burundi manifestou interesse em participar do projeto "Cotton Victoria" e vem acompanhando suas atividades regularmente. Em que pese a crise política e o estado dos direitos humanos no Burundi, a situação de extrema pobreza no país recomenda que, sempre que possível, o Brasil deveria tentar se engajar em projetos de cooperação de cunho social. Em recente reunião sobre a situação humanitária no Burundi, indaguei sobre a implementação do programa de alimentação escolar no país. Os funcionários das Nações Unidas, entusiasmados, reportaram tratar-se de um dos programas mais exitosos até agora desenvolvidos na pequena nação continental na África Oriental.

Ruanda

35. Trata-se do país mais estável da África Oriental, embora o governo do Presidente Paul Kagame, no poder há 23 anos, tenda a despertar reações contraditórias entre a comunidade internacional e analistas políticos. A verdade, contudo, é que a população do país adora o presidente o qual foi reeleito em 4 de agosto passado com quase 99% dos votos para um novo mandato de sete anos. Após a adoção de emenda constitucional, em 2016, o Presidente Paul Kagame ainda terá possibilidade de permanecer no poder, se assim o desejar, por mais dois mandatos de cinco anos cada, ou seja, até 2034.

36. Compareci à posse do Presidente Kagame em 18 de agosto passado, ocasião em que, durante seu discurso, ele transmitiu mensagem clara aos países doadores, que procuram condicionar



sua ajuda ao país a melhorias na situação de direito humanos, democracia, governança, etc. Na ocasião, a mensagem do Presidente Paul Kagame foi clara: "[every African country has to contend with efforts to force us to live on someone else's terms. They demand that we replace systems that are working well for us with dogmas in which their own people are rapidly losing faith. Africa has no civilizational problems, only assets.]"

37. Do ponto de vista econômico-comercial, há que destacar a presença da Positivo BGH na zona franca existente no país, onde a empresa brasileira monta os laptops que vende no Quênia. Da mesma forma, a Embaixada deverá continuar a apoiar os esforços da Embraer com vistas à concretização de seus projetos de venda de equipamentos em Ruanda.

Uganda

38. Uganda é um país com extensa atividade na região. No caso do Sudão do Sul, as tropas ugandenses garantiram ao Presidente Salva Kiir a permanência no poder, ao mesmo tempo em que recebe centenas de milhares de refugiados sul sudaneses opositores ao governo. O país é também mediador regional no caso do Burundi e participa com tropas na força da União Africana (AMISON) na Somália.

39. No plano bilateral, a escassa interação não impede o desenvolvimento de relações econômico-comerciais, haja vista a recente organização pela Associação Brasileira do Milho de visita de estudos do Parlamento ugandense ao Brasil para conhecer o marco legal brasileiro para organismos geneticamente modificados.

Somália

40. Nairóbi é um importante ponto de observação para a Somália, a mais recente cumulatividade do Posto, uma vez que a situação de segurança naquele país faz com que diversos atores internacionais intervenientes na situação do país estejam sediados nesta capital, além da grande presença de somalianos e de somalianos-quenianos neste país.

41. A Somália realizou com sucesso, em fevereiro de 2017, eleições parlamentares, a partir das quais foi eleito o novo presidente do país. Em razão do grande empreendedorismo da população somaliana, é possível que surjam oportunidades econômico-comerciais para o Brasil, as quais devem ser exploradas.

SETOR MULTILATERAL

42. A cidade de Nairóbi é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas

para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) junto aos quais exerce a função de Representante Permanente do Brasil. Cada um dos órgãos conta com seu Comitê de Representantes Permanentes (CRP), que se reúnem trimestralmente para deliberar sobre as atividades dos Programas e garantir sua governança multilateral. Cada CRP tem, ainda, a discricionariedade de convocar subcomitês para tratar de questões específicas a serem posteriormente apreciadas pelo colegiado superior. Essas questões incluem orçamento, programa de trabalho, estratégias científicas e de comunicação, sessões informativas sobre implementação de atividades, preparação para reuniões futuras, entre outras. As sessões dos CRPs, dos subcomitês e eventuais reuniões extraordinárias garantem calendário de trabalho multilateral robusto para a Embaixada em Nairóbi.

43. Convém ressaltar que, por ser sede de dois órgãos da ONU, Nairóbi atrai grande número de escritórios nacionais (tanto para o Quênia quanto para a Somália) e regionais de outras agências, que também implicam acompanhamento desta Embaixada. São interlocutores frequentes: o Programa Mundial de Alimentos (PMA), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), todos envolvidos com iniciativas humanitárias diversas como a seca que afetou a região em 2017, a crise no Burundi, campos de refugiados no Quênia, deslocamentos populacionais ocasionados por crises humanitárias, entre outros.

Coordenação Regional

44. Atividades de coordenação regional e em grupos de interesses são parte habitual do trabalho multilateral. Quando da minha chegada, em 2013, assumi, por um ano, a presidência do Grupo dos 77 e China, capítulo Nairóbi, que trata temas de interesse comum, especialmente no âmbito do PNUMA e do ONU-Habitat. O Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) é o principal foro de coordenação do Brasil no Posto, se reunindo frequentemente para tratar de temas de negociação e candidaturas para as Nações Unidas, trabalho consular e atividades regionais. A presidência é exercida de forma rotativa por um semestre, em ordem alfabética, pelos países com representantes permanentes na cidade. A última presidência exercida pelo Brasil terminou em 31 de dezembro de 2016.

PNUMA

45. Após a Rio+20, realizada em junho de 2012, o PNUMA passou por importante fortalecimento de suas atividades com reflexos sensíveis no trabalho da Embaixada. O Conselho de Administração, antigo órgão deliberativo



convertido na Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente do PNUMA (ANUMA), esta com participação universal e sessões bienais. A primeira sessão da ANUMA foi realizada em junho de 2014 e a segunda, em maio de 2016. Por decisão da ANUMA-2, decidiu-se passar a realização da Assembleia para anos ímpares para melhor sincronizá-la com o ciclo de aprovação do orçamento geral da ONU. Por essa razão, a próxima sessão, UNEA-3, será realizada em dezembro deste ano. As duas primeiras sessões da UNEA contaram com grande interesse da comunidade internacional, incluindo comparecimento de quase uma centena de ministros do meio ambiente. Foram acordadas resoluções de temas variados, como a Agenda 2030, biodiversidade, espécies ameaçadas, mudança do clima, segurança química, entre outros. A UNEA-3, por ser considerada uma Assembleia de transição, será mais curta e trabalhará especificamente com o tema "poluição".

46. Em junho de 2016, o PNUMA passou por troca de direção com o fim do mandato de Achim Steiner, de nacionalidade brasileira e alemã, e o início do mandato do norueguês Erik Solheim. Solheim tem antiga relação com o Brasil, tendo sido Ministro do Meio Ambiente da Noruega por ocasião da negociação do Fundo Amazônia. Desde que assumiu, já esteve três vezes no Brasil e demonstra conhecimento sobre questões ambientais no Brasil.

47. De 2014 a 2016, exercei ainda a vice-presidência destinada ao GRULAC na mesa do comitê de representantes permanentes, o que permitiu um papel de proeminência do Brasil na organização dos trabalhos do PNUMA.

ONU-HABITAT

48. A Conferência Habitat III, que foi convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e concluiu seus trabalhos em outubro de 2016 com a aprovação da Nova Agenda Urbana, apresenta novos desafios para o ONU-Habitat. O Programa tem passado por um momento de crise, causada, sobretudo, por dificuldades financeiras. Os novos desafios, porém, podem representar uma grande oportunidade de iniciar reformas que fortaleçam a instituição.

49. Após alguns anos de tentativas de realizar reformas de governança, durante a sessão de 2015 do Conselho de Administração (órgão máximo do ONU-Habitat), o Brasil logrou apresentar proposta de consenso que criou "Grupo de Trabalho sobre Programa e Orçamento", para funcionar como instância de supervisão do trabalho do secretariado do Programa. O GT vem suprir, temporariamente, uma lacuna institucional e proporcionar maior transparência às atividades do ONU-Habitat, especialmente no que se refere à implementação de projetos. Os trabalhos do GT foram muito bem sucedidos e sua existência foi prorrogada por mais dois anos durante o último

Conselho de Administração (maio de 2017). O Brasil assumirá a coordenação do Grupo no próximo semestre.

50. Paralelamente, a Habitat III solicitou a painel independente a elaboração de relatório sobre os problemas enfrentados pelo ONU-Habitat e capacidade de enfrentar os novos desafios apresentados pela Nova Agenda Urbana. O relatório, publicado no fim de agosto, aponta qualidades e fraquezas, bem como faz sugestões de alterações de governança. O documento será analisado pela Assembleia Geral e deverá dar início a negociação sobre reforma do Programa, que se insere em reforma mais ampla do Sistema ONU.

51. Até o fim do ano, está prevista também a troca de direção no ONU-Habitat com o fim dos mandatos do Diretor Executivo, Joan Clos, e da Diretora Executiva Adjunta, Aisa Kacyira.





RELATÓRIO N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 65, de 2017 (nº 374, de 4 de outubro de 2017, na origem), do Presidente da República, que *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.*



SF17010-64252-60

Relator: Senador **JORGE VIANA**

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata.

O indicado nasceu em 1º de junho de 1960, em Havana, Cuba (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946). É filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estelitta Lins de Salvo Coimbra.

Concluiu a graduação em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1986; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1995; e o Curso de Altos Estudos em 2008, que concluiu mediante a apresentação da tese intitulada: “A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1987, Segundo-Secretário em 1993, Primeiro-Secretário em 1999, Conselheiro em 2004, Ministro de Segunda Classe em 2008 e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as funções ocupadas pelo diplomata, merecem destaque as seguintes: Terceiro e Segundo Secretário na Embaixada em Washington (1991/94); Segundo Secretário na Embaixada em Quito (1994/98); Primeiro Secretário na Missão junto à Organização das Nações Unidas – ONU (2000/04); Primeiro Secretário e Conselheiro na Embaixada em Nova Déli (2004/07); Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty (2007/10); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa (2010/11); e Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente (desde 2011), cargo que atualmente ocupa.

Desde o início de sua carreira diplomática, Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra tem dedicado sua carreira a questões ambientais e promoção do desenvolvimento sustentável. Integrou a primeira equipe do MRE encarregada de preparar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, ou Rio-92), a "Cúpula da Terra", celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. Durante esse período, acompanhou as primeiras reuniões de negociação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Vinte anos depois, na qualidade de Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente – MMA, teve importante papel ao compor a Delegação do Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20.



Também participou de importantes negociações internacionais na área ambiental, tais como (i) o reconhecimento do Pau Brasil como espécie ameaçada pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES), na Conferência de Haia de 2007; (ii) a elaboração do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização, adotado em Nagoia, em 2010; e (iii) a conversão do “Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente” em “Assembleia Ambiental das Nações Unidas”, de participação universal, em decorrência da decisão adotada pela Conferência Rio+20.

Nos últimos seis anos, assessorou diretamente os Ministros de Estado do Meio Ambiente Izabella Teixeira e Sarney Filho em diversas negociações e reuniões nacionais e internacionais de grande destaque.

Em dezembro de 2015, Na COP 21, com a Ministra Izabella Teixeira, participou e deu assessoramento direto para a assinatura do Acordo de Paris, o mais importante tratado internacional sobre o clima que tem como objetivo reduzir o aquecimento global por meio da redução dos gases de efeito estufa dos 195 países signatários.

Destaca-se também o trabalho que o diplomata realizou na área de direitos humanos: ocupou a Vice-Presidência da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher (2002-2003); e participou da negociação dos Plano de Ação de Madri sobre Envelhecimento da População (2002) e da Sessão Especial da AGNU sobre os Direitos da Criança, em Nova York (2002).

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Quênia, bem como sobre as Repúblicas de Uganda, da Somália e do Burundi. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O relacionamento bilateral com o Quênia teve início em 1963, ano em que o país africano obteve sua independência do Império Britânico e se tornou membro da *Commonwealth*. Em 1967, foi estabelecida missão diplomática em Nairóbi, que foi elevada à Embaixada em 1974. O Quênia, por sua vez, abriu embaixada em Brasília no ano de 2006. Nesse período tem início o incremento das relações entre os dois países por meio da realização



SF17010-64252-60

de comissões mistas bilaterais. No âmbito dessas iniciativas, foram celebrados acordos nas áreas de saúde (ações de combate à AIDS e programas de prevenção e controle da malária) e de cooperação técnica (capacitação de órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate de incêndios).

Nova e mais profícua etapa do entendimento entre os dois países, no entanto, deu-se a partir da viagem do então Presidente Lula a Nairóbi em 2010. A primeira visita de Chefe de Estado brasileiro ao Quênia representou forte incentivo ao relacionamento Brasil/Quênia. Dessa viagem, resultou a celebração de vários acordos em diferentes domínios, bem como estreitamento da cooperação nas áreas de saúde, de políticas sociais, educação, meio ambiente e agricultura. Desde então, intensificaram-se visitas de delegações quenianas ao Brasil.

O Quênia se apresenta como forte parceiro comercial brasileiro com oportunidades de exportação de máquinas agrícolas, aeronaves e produtos manufaturados em geral. Some-se a essa circunstância o superlativo interesse queniano em contar com crescente presença brasileira nas áreas agrícolas e de infraestrutura.

Esse contexto é tanto mais favorável quanto mais se tem em conta que o Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental. Essa região tem figurado, nos últimos anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano.

O comércio bilateral cresceu nos últimos cinco anos em mais de 300%. Passamos de US\$ 9 milhões (2000) para US\$ 290 milhões (2012). O saldo comercial segue sendo amplamente favorável ao Brasil. Exportamos tratores, máquinas de semear, colheitadeiras, aeronaves, açúcar refinado e óleos vegetais e importamos peles e couros, bem como chá. Observa-se, contudo, significativa queda no intercâmbio comercial [US\$ 59,5 milhões (2016)]

O país é parceiro estratégico no continente africano. Nairóbi é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat). Essa condição projeta a capital queniana na diplomacia regional. O Quênia desempenha, também, importante papel na União Africana (UA)

No tocante às Repúblicas de Ruanda, Uganda, Somália e do Burundi o relacionamento é menos dinâmico. Tanto do ponto de vista das trocas comerciais quanto da cooperação técnica os desafios continuam significativos. O Brasil tem, assim, campo expressivo para a ampliação das



SF117010.64252-60

relações com essas Repúblicas. A partir de Nairóbi, o desenvolvimento do intercâmbio com esses países pode e deve se dar.

Convém registrar, ainda, que o setor consular da Embaixada em Nairóbi presta apoio à comunidade de brasileiros, estimada em cerca de 900 pessoas, localizados no âmbito de sua jurisdição (Quênia, Ruanda, Uganda, Somália e Burundi).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.



SF117010.64252-60

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 66, DE 2017

(nº 375/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 375

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Os méritos da Senhora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de outubro de 2017.

EM nº 00219/2017 MRE

Brasília, 6 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

Aviso nº 446 - C. Civil.

Em 4 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN

CPF.: 156.737.237-68

ID.: 7532 MRE

1949 Filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral, nasce em 7 de novembro, em Fortaleza/CE

Dados Acadêmicos:

- 1973 Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1978 CPCD – IRBr
 1985 CAD, IRBr
 1986 Mestrado em International Public Policy, na School of Advanced International Studies, John Hopkins University, Washington-DC/EUA
 2000 CAE, IRBr, A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira

Cargos:

- 1979 Terceira-Secretária
 1981 Segunda-Secretária
 1988 Primeira-Secretária
 1995 Conselheira
 2003 Ministra de Segunda Classe
 2009 Ministra de Primeira Classe

Funções:

- 1979 Divisão da Europa-II, assistente
 1980 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
 1983 Embaixada em Washington, Segunda Secretária
 1986 Embaixada em Budapeste, Segunda e Primeira Secretária
 1989 Embaixada em Kingston, Primeira Secretária
 1990 48ª Sessão do Comitê Executivo da Associação Internacional de Bauxita, Kingston, Chefe de delegação
 1991 Divisão de Imigração, Chefe, substituta
 1993 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituta
 1995 Assessoria de Comunicação Social, assistente
 1996 Delegação Permanente em Genebra, Conselheira
 1999 Embaixada em Assunção, Conselheira
 2003 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora
 2003 Embaixada em Montevidéu, Ministra-Conselheira
 2006 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora
 2009 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete

2010- Embaixada em Luanda, Embaixadora
2013
2013 Consulado Geral do Brasil em Nova York, Cônsul-Geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2006 "Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro
2009 Medalha do "Mérito Santos Dumont" ,da Força Aérea do Brasil
2010 Ordre National du Mérite, Grand Maître, concedida pela República Francesa
2010 Ordem do Rio Branco, Grão Cruz
2016 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2016 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Grande-Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TAILÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Tailândia
GENTÍLICO	Tailandês
CAPITAL	Bangkok
ÁREA	514 mil km ² (pouco menor que a Bahia)
POPULAÇÃO (2015)	68,84 milhões
IDIOMAS	Tailandês (oficial), inglês, idiomas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), islamismo (4%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Casa de Representantes)
CHEFE DE ESTADO	Rei Maha Vajiralongkorn Bodindradebayavarangkun, Rama X (desde 2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Prayuth Chan-ocha (desde mai/14)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Don Pramudwinai (desde ago/15)
PIB nominal (2016)	US\$ 406,95 bilhões
PIB PPP (2016)	US\$ 1,17 trilhão
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	US\$ 5.899
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	US\$ 16.888
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2% (2016); 2,9% (2015); 0,8% (2014); 2,8% (2013); 7,3% (2012); 0,8% (2011).
IDH (2014)	0,74/87º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,717)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	78 anos (Brasil: 79; média mundial: 74)
ALFABETIZAÇÃO	96,4%
DESEMPREGO (2016)	0,75%
UNIDADE MONETÁRIA	Baht
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	O Sr. Surasak Suparat recebeu agrément em 3/5/17. Deve chegar a Brasília até o final de junho do corrente ano.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	500 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TAILÂNDIA (US\$ mil) (fonte: MDIC)									
BRASIL - TAILÂNDIA	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	420	677	1.410	1.972	2.402	4.217	4.038	3.422	1.053
Exportações	208	416	888	967	1.132	1.818	1.654	1.749	572

Importações	212	261	522	1.005	1.270	2.399	2.383	1.673	480
Saldo	-3,3	156	366	-37	-138	-581	-729	76	92

DASEAN, 25/5/2017.

APRESENTAÇÃO

O Reino da Tailândia tem a segunda maior economia do Sudeste Asiático, atrás da Indonésia, e a quarta maior população (cerca de 70 milhões de habitantes). O reino está dividido em 76 províncias e dois distritos de administração especial. Bangkok, a capital, é também a maior cidade do país.

Monarquia constitucional desde 1932, a Tailândia é a única nação do Sudeste Asiático que não se tornou colônia europeia. Conhecido historicamente como Sião, o país foi considerado, desde o final do século XIX, Estado tampão entre as conquistas francesas e inglesas naquela região. Em sua história política recente, o país tem alternado entre governos civis e militares. A Dinastia Chakri reina desde o último quarto do século XVIII.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MAHA VAJIRALONGKORN BODINDRADEBAYAVARANGKUN **Rei da Tailândia**



Também conhecido como Rama X, nasceu em 28 de julho de 1952, em Bangkok. Depois de enviado a estudar em colégios públicos britânicos, o príncipe teve sua educação superior inicial no Colégio Militar Real de Duntroon, em Camberra, onde recebeu treinamento militar pelas Forças Armadas australianas – tornando-se tenente em 1976 – e obteve diploma de bacharelado em letras. Posteriormente, completou seu segundo curso de bacharelado, em direito, pela Universidade Aberta de Sukhothai

Thammathirat.

Iniciou oficialmente seu reinado em outubro de 2016, aos 64 anos, após falecimento de seu pai, Rei Bhumibol Adulyadej, líder que por mais tempo exerceu o cargo de Chefe de Estado na Tailândia e que, muito reverenciado, era alvo de verdadeira devoção em seu país. O rei Vajiralongkorn, décimo monarca da Dinastia Chakri, iniciada em 1782, tem diante de si, entre outros, o desafio de alcançar a simpatia e o respeito que o povo e as elites tailandesas nutriam por seu pai.

PRAYUTH CHAN-O-CHA
Primeiro-Ministro e Chefe do Conselho Nacional de Paz e Ordem



Nascido em 21 de março de 1954, em Nakhon Ratchasima (Khorat), é casado com Naraporn Chan-o-cha e tem duas filhas. Militar de carreira, Prayuth cursou o ensino médio na Escola Preparatória das Forças Armadas, estudando posteriormente na Escola de Comando e Estado Maior, na Escola Nacional de Defesa e na Academia Militar de Chulachomklao. Começou sua carreira no 21º

Regimento de Infantaria, que possui status elevado de Guarda Real. Em 2003 foi promovido a General, sendo designado chefe do Estado Maior durante 2008 e 2009.

Em 2009 assumiu a função simbólica de ajudante honorário do Rei. No ano seguinte, alcançou o posto de Comandante das Reais Forças Armadas, cargo que ocupou até o ano de 2014, quando, com a destituição do governo de Yingluck Shinawatra, assumiu como Primeiro-ministro e Chefe do Conselho Nacional de Paz e Ordem.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

Brasil e Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política regular: Comissão Mista (II e última reunião realizada em Brasília, em junho de 2012) e Consultas Políticas (I e única reunião realizada em Brasília, em junho de 2015).

O relacionamento é especialmente promissor nas áreas de comércio e investimentos, energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo. De 2009 a 2013, a Tailândia foi o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN, posição que perdeu para Cingapura em 2014. Desde então, os fluxos comerciais não retomaram o padrão anterior, mas o país manteve-se entre os três principais parceiros comerciais do Brasil no Sudeste Asiático. O Brasil também é o principal parceiro comercial da Tailândia na América Latina.

Estão em vigor acordos bilaterais de cooperação técnica e científica, de cooperação técnica trilateral de cooperação esportiva e de cooperação técnica em medidas sanitárias e fitossanitárias.

Em outubro de 2013, foram criadas, por cumulatividade, as adidâncias de Defesa e Aeronáutica, Naval e do Exército do Brasil para a Tailândia, com sede em Jacarta, na Indonésia. A Tailândia mantém adido de defesa residente em Brasília.

Cooperação policial

A Embaixada em Bangkok observa possibilidade de que se desenvolva, futuramente, cooperação entre autoridades policiais brasileiras e tailandesas para além dos canais tradicionais da INTERPOL, no campo do combate ao tráfico de drogas. Delegação do Departamento de Polícia Federal do Brasil foi a Bangkok, em maio de 2017, a convite da Embaixada da Tailândia em Brasília, e concluiu que o potencial de cooperação decorreria da semelhança dos desafios enfrentados na repressão ao narcotráfico em áreas de fronteira seca e de acesso fluvial e pelo fato de os dois países serem, ao mesmo tempo, consumidores e escalas para o tráfico de entorpecentes.

Defesa

Tem crescido continuadamente, sobretudo depois da assunção do governo militar, em 2014, o orçamento para novas aquisições de materiais bélicos pelas Forças Armadas. Bangkok tem privilegiado, neste segmento, negociações com parceiros menos tradicionais, como marcado pela recente decisão tailandesa de comprar submarinos chineses e aeronaves russas. O Exército e a Marinha daquele reino já possuem aeronaves ERJ-135 da EMBRAER, as quais são regularmente utilizadas no transporte das mais altas autoridades do Governo. Interlocutores da Real Força Aérea da Tailândia (RFAT) já indicaram expectativa de, até 2021, substituir as frotas de Hércules 130, o que poderia constituir oportunidade para a venda do KC-390.

Haveria, portanto, potencial na comercialização de aviões no país, o que poderia ser explorado pela Embraer, tanto no que se refere ao KC-390; quanto à família ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*); bem como para aeronaves de deslocamento de autoridades. O lado tailandês tem reiterado a importância de que a Embraer possa contar com uma estrutura local de operações para a concretização de negócios.

Desde a abertura, em 2014, da Adidância de Defesa e Aeronáutica junto à Tailândia, a interlocução neste campo vem-se ampliando. O lado tailandês vem buscando avaliar oportunidades para treinamento de militares em programas brasileiros de operações na selva. O convite estendido pela Tailândia ao Brasil para envio de observadores à edição de 2017 do COBRA GOLD, maior exercício militar multinacional da Ásia, configura marco do recente acercamento bilateral no segmento militar.

Diálogo Agência Brasileira de Cooperação (ABC)-Thailand International Development Agency (TICA)

A ampliação do escopo da cooperação técnica para terceiros países cria oportunidades relevantes de atuação conjunta entre a ABC e a TICA. Em 2012, o Brasil recebeu duas missões tailandesas de estudos, no âmbito da parceria entre as duas instituições: uma sobre controle da mosca da fruta, em março, e, em julho, outra sobre produção mecanizada de cana de açúcar para produção de energia alternativa. Em 2013, o Diretor da ABC visitou Bangkok.

Energia e biocombustíveis

Os entendimentos bilaterais sobre a cooperação no campo do etanol remontam a 2004, quando o então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, visitou a Tailândia. Aquele país é o segundo maior exportador e o quarto maior produtor de açúcar do mundo, mas, ainda assim, tem incipiente desenvolvimento das tecnologias de etanol. Em maio de 2013, foi realizada missão do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) à Tailândia.

Foram identificadas oportunidades para a venda de usinas de etanol completas, no contexto da política de adoção gradual de biocombustíveis, prevista pelo "Plano de Desenvolvimento de Energias Renováveis e Alternativas 2012-2021", do Ministério da Energia tailandês. Além de aumentar sua produção doméstica de etanol, a Tailândia tenciona converter-se em centro regional de distribuição do insumo.

Contencioso sobre o açúcar

O Brasil entende que, nos últimos anos, o governo tailandês vem concedendo apoio aos produtores de cana e de açúcar, elevando a produção e a exportação, especialmente para o Sudeste Asiático. A preocupação com o tema foi suscitada no âmbito da OMC sem que tivesse sido possível encontrar solução para o problema. Dados analisados até agora, no entanto, dão conta de importantes prejuízos ao setor de açúcar no Brasil.

Nesse contexto, a CAMEX autorizou, em 29 de fevereiro último, a abertura de contencioso contra a Tailândia. Já passado o período de consultas, deverá ser tomada pelo Brasil decisão sobre possível abertura de painel. O Brasil está aberto a soluções negociadas, mas entende que decisão sobre a eventual suspensão do contencioso dependeria de informações mais concretas no que se refere a alcance e prazos da reforma dos instrumentos de apoio ao setor, em discussão na Tailândia.

Educação

Em 2011, foi estabelecido Leitorado de Língua Portuguesa na Universidade Chulalongkorn (a mais prestigiosa da Tailândia), com aulas conduzidas por professora brasileira. Em 2012, havia 55 estudantes

tailandeses do ensino médio no Brasil, em intercâmbio cultural privado promovido pelo "American Field Service". A Tailândia está habilitada a enviar estudantes no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG, com base no Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

Existem laços da Universidade da Câmara de Comércio Tailandesa com a Fundação Getúlio Vargas e a USP. Por sua vez, a Universidade Burapha mantém laços com o SEBRAE. Foi assinado, em novembro de 2013, MdE entre a UnB e a UTCC (University of Thai Chamber of Commerce), de amplo escopo.

Conforme ranking divulgado pela revista inglesa *"Times Higher Education"*, há cinco universidades tailandesas entre as 100 melhores dos países emergentes. São elas a King Mongkut's University of Technology, na 29^a posição; Mahidol, na 52^a; Chiang Mai, na 82^a; [Chulalongkorn University](#), na 85^a e, por fim, Prince of Songkla, na 89^a. Em maio de 2014, visitou o Brasil delegação da Universidade Kasetsart, que manteve encontros na Universidade de Santa Maria (UFSM), com a qual foi assinado acordo de cooperação, e na USP, para a qual foi apresentada proposta de Memorando de Entendimento.

Em 2015, foi concluída a negociação de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Educação entre os Ministérios de Educação do Brasil e da Tailândia.

Esportes

A Embaixada do Brasil em Bangkok entende haver potencial para maior cooperação na área desportiva, em particular em futebol e Muay Thai (boxe tailandês). O Brasil é o país que tem mais centros de estudo e prática de Muay Thai do mundo – número que cresce aceleradamente –, superando inclusive a Tailândia.

Desenvolvimento social

O Brasil e a Tailândia têm trocado experiências na área de resíduos sólidos e inclusão social de catadores. Em novembro de 2014, missão técnica brasileira visitou a Tailândia, composta de representantes do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais

Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC). Os órgãos brasileiros mantêm diálogo com a *"Thailand Institute of Packaging and Recycling Management for Sustainable Environment (TIPMSE)"*, que estuda adotar políticas inspiradas na experiência brasileira.

Saúde

Desde outubro de 2014, o Ministério da Saúde Pública da Tailândia passou a distribuir drogas antirretrovirais a todos os cerca de 460 mil contaminados com o vírus do HIV. O modelo de combate à AIDS tailandês é considerado exemplar por observadores internacionais. O número de infectados diminui a cada ano, assim como as mortes decorrentes da doença (mais de 9 mil em 1999 para 673 em 2010). O representante da UNAIDS reconheceu o êxito do modelo tailandês, que poderia receber positiva contribuição brasileira.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros na Tailândia é prestada pela Embaixada do Brasil em Bangkok. Há consulado honorário subordinado à Embaixada na cidade de Phuket, com jurisdição sobre as províncias tailandesas de Phuket, Krabi, Phang Nga e Ranong. Há cerca de 500 brasileiros na Tailândia.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano da Tailândia.

POLÍTICA INTERNA

A Tailândia foi o único país do Sudeste Asiático não submetido ao colonialismo europeu. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, o território tailandês foi utilizado pelo Japão – ao qual a Tailândia chegou a aliar-se - em apoio a atividades militares no Sudeste Asiático. Em 1932, foi instaurado no país, de forma pacífica, o regime de monarquia constitucional. Em 1946, após o falecimento de seu irmão mais velho – o Rei Ananda Mahidol – assumiu o trono o Rei Bhumibol Adulyadej, iniciando longo reinado de 70 anos, que se estendeu até outubro de 2016, quando o monarca faleceu.

Conjuntura atual

O falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, objeto de veneração e figura de união nacional, foi episódio de grande comoção na Tailândia. A ascensão de seu filho, o agora rei Vajiralongkorn (ou Rama X), ao trono tailandês foi acompanhada de incertezas, em especial em razão do status de que o falecido rei gozava junto à população tailandesa. Rama X tem, a seu favor, sólida aliança com as Forças Armadas.

Atualmente, o Poder Legislativo do país é a Assembleia Nacional bicameral, composta pelo Senado e pela Câmara Baixa. A atual composição do Senado conta com 150 membros, sendo 75 eleitos pelas províncias, 1 por Bangkok e os outros 74 por uma Comissão Especial do Senado. Já a Câmara Baixa

possui 500 membros, sendo 375 eleitos diretamente e 125 com base em sistema proporcional de listas partidárias. A nova Constituição da Tailândia, promulgada em 6 de abril de 2017, introduz modificações a essa estrutura, ainda em estágio de implementação.

Em 22 de maio de 2014, o Comandante do Exército, General Prayuth Chan-ocha, anunciou a destituição do governo da primeira-ministra Yingluck Shinawatra – cujo irmão, Thaksin Shinawatra, liderança de grande popularidade no país, fora, por sua vez, também destituído por intervenção militar em 2006. Instalou-se no poder, a partir de então, junta militar, denominada de Conselho Nacional de Paz e Ordem.

Em 7 de agosto de 2016, o governo de Chan-ocha submeteu a referendo projeto de nova Constituição para o país, em meio a acusações de cerceamento de direitos fundamentais, como os de expressão e de reunião. Cerca de 61% dos eleitores foram favoráveis à nova Constituição, e 58% deles votaram a favor da chamada "questão extra", referente à possibilidade de que 250 senadores indicados politicamente possam, juntamente com outros parlamentares eleitos, participar da escolha do primeiro-ministro nos cinco anos que se seguirão à entrada em vigor do novo texto constitucional. Depois de agosto, o texto constitucional referendado sofreu emendas a pedido de Rama X. Essas modificações: (i) tornam opcionais para o rei a indicação de regente quando de suas ausências da Tailândia; e (ii) eliminam o poder da Corte Constitucional de estipular medidas emergenciais como, por exemplo, a prerrogativa de compor governos provisórios em caso de crises.

A nova constituição tailandesa entrou em vigor em 6 de abril de 2017, embora seus dispositivos prevejam período de transição durante o qual se manterão em funcionamento os órgãos estabelecidos pelo governo militar, bem como artigos da Constituição interina de 2014. A nova Carta Magna prevê a progressiva eliminação das instituições estabelecidas pelos militares. Em até 120 dias, a partir de sua entrada em vigor, deverá ser adotado o já mencionado plano estratégico de 20 anos. Já a Assembleia Nacional Legislativa (ANL) só será

dissolvida um dia antes da primeira reunião do novo Parlamento. A dissolução do Conselho Nacional de Paz e Ordem e do Gabinete Ministerial de Prayut dependerá da assunção de um novo Governo.

Enquanto isso, continua o processo de transição definitiva do trono tailandês. A cremação do rei Bhumibol Adulyadej, prevista para o dia 26 de outubro de 2017, é apresentada como um dos marcos para a nova fase política tailandesa, ao abrir caminho aos preparativos para a coroação do rei Vajiralongkorn e, em certa medida, para a convocação de eleições em 2018.

Insurreição no "Sul Profundo"

A Tailândia, país de confissão oficial budista, enfrenta movimento de insurreição islâmica nas três províncias do extremo sul, onde há importante comunidade de etnia malaia. A região apresentou conflitos esporádicos e de baixa intensidade por décadas, mas houve escalada de tensões a partir de 2001. A situação é de grande complexidade, e não se vislumbra solução no curto prazo. Os conflitos já deixaram mais de 7 mil mortos no país.

Em setembro de 2016, o governo militar criou o Comitê Diretivo para a Solução dos Problemas de Fronteira nas Províncias do Sul (CDS). Trata-se de instância que centralizará operações e medidas de segurança a serem adotadas na região. Segundo vem sendo anunciado pelas autoridades locais, a criação do CDS permitirá que oficiais apontados pelo alto escalão do governo atuem com amplos poderes na região, o que leva a crer em possível aumento da presença de tropas na parte mais austral da Tailândia.

Os últimos ataques a bomba, em maio de 2017, tiveram como alvo principal famílias com crianças e deixaram mais de 80 feridos. O Barisan Revolusi Nasional (BRN) - grupo muçulmano separatista sediado em Pattani e com ramificações no norte da Malásia -, é o principal suspeito.

POLÍTICA EXTERNA

A Tailândia ocupa papel de destaque no Sudeste Asiático, pela combinação de sua dimensão territorial (superfície equivalente à da Bahia), de sua expressão populacional (69 milhões de habitantes) e pela relativa pujança econômica (2º maior PIB da ASEAN e corrente de comércio exterior equivalente à do Brasil, apesar de ter um PIB de cerca de 1/5 do brasileiro). Além de membro-fundador e participante ativo nos trabalhos da

ASEAN, é tradicional aliado dos EUA na região, tendo enviado tropas para as Guerras na Coreia, no Vietnam e no Iraque.

A estratégia diplomática tailandesa, em anos recentes, consiste em substituir a influência direta – que antes exercia sobre as antigas Indochina francesa e Birmânia – por um papel de centro irradiador, em termos de comércio e investimentos. O país destaca-se, por exemplo, como principal investidor no Laos, a despeito da proximidade da China. Em Myanmar, a Tailândia investiu mais de US\$ 10 bilhões, no megaprojeto do porto de Dawei.

Em recente entrevista concedida ao jornal de língua inglesa "Bangkok Post", o ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Don Pramudwinai, apresentou as perspectivas para a política externa do país para 2017. O principal tema da conversa foi a promoção do que o chanceler denominou "modelo dos 5 S", política segundo a qual a diplomacia tailandesa deverá privilegiar os seguintes temas: segurança, sustentabilidade, padrões ("standards"), status e sinergia. Segundo declarado por Don, a principal finalidade da atuação internacional do país continuará sendo trazer benefícios às pessoas, numa lógica de "people-centered diplomacy".

No que diz respeito à segurança, deverá ser privilegiada a participação tailandesa em foros sobre "ameaças não tradicionais", nomeadamente epidemias, segurança alimentar e terrorismo. Com relação à sustentabilidade, além da sempre presente "filosofia da suficiência econômica" (SEP), o país deverá participar ativamente dos debates sobre mudança do clima. Quanto aos "standards", o propósito será o de aproximar a Tailândia dos "padrões internacionais" de regulamentação, particularmente nos casos relacionados: (i) à pesca ilegal, não reportada e não regulada - IUU; (ii) à segurança da aviação, segundo as regras da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); e (iii) ao tráfico de pessoas, de acordo com os parâmetros do relatório anual do Departamento de Estado norte-americano sobre o tema – o chamado TIP (*Trafficking in Persons Report* – Relatório sobre o Tráfico de Pessoas).

O status e a sinergia, por sua vez, deverão ser perseguidos de maneira complementar. Trata-se de obter ganhos de inserção internacional a partir da percepção de que a Tailândia ocupa hoje papel preponderante no Sudeste Asiático e que poderá desempenhar protagonismo na ampliação da importância da região na política internacional. Segundo o chanceler,

"Thailand has considerable work to do. We are now changing our role from one of taking to [one of] giving". Segundo explicou, esta função não se limitaria à cooperação no âmbito da ASEAN, mas incluiria a diversificação de parcerias com países da União Europeia, do Oriente Médio e da América do Sul - citou particularmente Brasil, Argentina, Colômbia e Peru.

Temas multilaterais

A Tailândia apoia a expansão do número de assentos permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas é contrária à extensão do direito de voto a eventuais novos membros permanentes. Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente, autoridades tailandesas têm demonstrado simpatia, sem, no entanto, haverem assumido compromisso definitivo nesse sentido.

Na OMC, a Tailândia apoiou a candidatura do Embaixador Roberto Azevedo. Foi aliada do Brasil nas negociações sobre patentes de retrovirais e integra o G-20 agrícola. Participou, com o Brasil, da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (7 países) e da Rede Internacional de Cooperação Tecnológica em HIV/AIDS (8 países).

Destaca-se que é longa e já tradicional a relação da Casa Real tailandesa com as Nações Unidas, que, em 2006, concedeu a Rama IX o primeiro prêmio do PNUD em tributo ao conjunto de suas realizações (*Lifetime Achievement Award*). Em outubro de 2016, mês de falecimento de seu pai, a princesa Sirindhorn foi nomeada "Embaixadora Especial da FAO para o Programa Fome Zero". Recentemente, em fevereiro de 2017, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) nomeou a princesa Bajrakitiyabha, filha do atual monarca, embaixadora da boavontade para o Estado de Direito no Sudeste Asiático. A filha mais velha do rei Vajiralongkorn chefiou, de 2012 a 2014, a Missão Diplomática da Tailândia em Viena e, desde seu retorno, vem-se destacando à frente do projeto Kamlangjai ("inspire") voltado à concessão de tratamento digno a mulheres e grávidas no sistema prisional tailandês.

Relações com os Estados Unidos

A Tailândia é um dos cinco países da Ásia-Pacífico que têm tratado de aliança com os EUA (os outros são Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas). Desde 1982, é realizado anualmente, na Tailândia, exercício

militar conjunto denominado "Cobra Gold", liderado pelos EUA e com a participação direta de seis outros países. A edição de 2012 foi o maior exercício militar multinacional já executado na região da Ásia-Pacífico, com a atuação de 13.180 militares dos EUA, da Tailândia, da Coreia do Sul, da Malásia, do Japão, da Indonésia e de Cingapura.

Hoje os EUA são o principal destino das exportações tailandesas fora da ASEAN. Entre janeiro e novembro de 2016, as vendas ao mercado norte-americano representaram 11,4% do total exportado pelo país, atingindo a cifra de US\$ 22,5 bilhões. Com respeito a perspectivas sobre a evolução do relacionamento comercial durante a gestão Trump, as autoridades tailandesas avaliam que: (i) não é esperada queda das exportações diretas aos EUA, sobretudo em função de "dependência" norte-americana quanto a compra de alguns produtos importados da Tailândia (como autopeças, partes de eletrônicos, materiais de borracha, joias, frutos do mar e suco de frutas); e (ii) eventual protecionismo do governo Trump não deverá traduzir-se em aumento de barreiras tarifárias contra produtos tailandeses, mas em possíveis medidas não-tarifárias.

União Europeia

Está em negociação o Acordo de Livre Comércio entre a Tailândia e a União Europeia, cujas tratativas deverão ser retardadas em função das medidas de pressão adotadas pela União Europeia pelo retorno de governo civil. Analistas entendem que o referendo para aprovação de texto constitucional e a realização de eleições abertas na Tailândia devem ser suficientes para pelo menos atenuar as resistências europeias à negociação de acordos com a Tailândia.

China

As relações com a China, historicamente marcadas pelo grande contingente de população de origem chinesa que vive na Tailândia, passam por momento de grande intensificação, especialmente nas áreas de comércio e investimentos. A família Shinawatra, dos ex-Primeiros-Ministros Thaksin Shinawatra (2001-2006) e sua irmã Yingluck Shinawatra (2011-2014), por exemplo, tem ascendência chinesa.

Logo após visita do Presidente dos EUA, Barack Obama, o então Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao visitou Bangkok, em novembro de 2012. A "coincidência" das visitas de Obama e Wen a Bangkok trouxe à tona o debate sobre a posição ocupada pela Tailândia no jogo de forças e influências da China e dos EUA no Sudeste Asiático.

A atual conjuntura política tailandesa tende a fortalecer o eixo Bangkok-Pequim. Em contraposição à retração ocidental, que tem suspendido a cooperação militar com o país, o Ministério da Defesa chinês formulou, semanas após a destituição do Governo interino, convite para que o Secretário Permanente de Defesa Surasak Kanchanet visitasse a China para discutir o aprofundamento da cooperação militar.

Japão

O Japão foi o terceiro maior parceiro comercial da Tailândia (atrás de Estados Unidos e China), sendo responsável por cerca de 9,6% das exportações tailandesas. Os laços entre as duas grandes monarquias do Oriente são fortes e incluem componente demográfico importante, uma vez que a Tailândia é o lar da maior comunidade imigrante japonesa na Ásia. Entretanto, nota-se possível tendência de emigração dos investimentos japoneses para outros países da região, como o Vietnã e a Indonésia, em busca de redução de custos de produção relacionados à mão-de-obra.

O governo japonês, de forma a conter o avanço da influência chinesa no Sudeste Asiático, tem reforçado sua disposição em estreitar os laços diplomáticos e negociar acordos bilaterais durante o governo militar na Tailândia.

O Imperador japonês Akihito, em visita a Bangkok em março passado, para apresentar condolências pela morte do rei Bhumibol Adulyadej, foi o primeiro chefe de Estado a ser recebido por Rama X. As duas Casas Reais sempre mantiveram relações próximas. Os primeiros contatos do falecido rei tailandês e da rainha Sirikit com o imperador japonês Hirohito remontam a 1963, quando de visita oficial que fizeram ao Japão. No ano seguinte, o então Príncipe-Regente Akihito esteve em Bangkok. Ao assumir o trono em 1989, Akihito escolheu a Tailândia como o primeiro país a visitar em seu péríodo pelo Sudeste Asiático, iniciado em 1991. Em 2006 voltaria à Tailândia para as comemorações do 60º aniversário de ascensão ao trono do rei Bhumibol.

Sudeste Asiático

O governo tailandês tem insistido na necessidade de fomentar a cooperação entre Tailândia, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnam com vistas à criação de uma estratégia econômica comum. Os cinco países formam o acrônimo CLMVT, que vem sendo utilizado com frequência cada vez maior, por representar sub-região do Sudeste Asiático com altos índices de crescimento econômico (média de 5,8% entre 2011 a 2014) e um dos mais acelerados ritmos de desenvolvimento do mundo. Ademais, o bloco constituiria, de acordo com o discurso oficial tailandês, "ponte entre a Índia e a China", bem como área especialmente promissora para acesso aos mercados da Ásia Meridional e do Oriente Médio.

Bangkok, ao menos desde 2014, mantém excelentes relações com as quatro outras capitais englobadas no bloco CLMVT. Foram encapsuladas as tensões territoriais com o Camboja relativas à área disputada pelos dois países em torno do templo de Preah Vihear. A interação com o Vietnam, possível rival no Sudeste Asiático continental, é viva e dinâmica. Os parceiros do CLMVT já configuram destino de 10% das exportações tailandesas, proporção semelhante ao espaço dos EUA ou do Japão no comércio exterior tailandês. A Tailândia depende, ademais, da mão-de-obra estrangeira, oriunda, sobretudo, de Myanmar.

Para além desses dados, especialistas vêm assinalando, nos últimos anos, a oportunidade única de a Tailândia se firmar como centro nevrálgico, tanto logístico, quanto financeiro, da subregião que mais cresce em toda a ASEAN. O foco da política econômica tailandesa no bloco CLVMT adequa-se, ademais, aos objetivos do programa "Tailândia 4.0", o qual, além dos segmentos de inovação e alta tecnologia, privilegia sobremaneira o setor de serviços.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas gerais

A economia tailandesa é a segunda maior da ASEAN (após a Indonésia), apresenta alto grau de abertura e possui mercado interno de relevância. Apesar de mais da metade da população tailandesa ser rural, o setor primário tem baixa participação no PIB tailandês, que tem a seguinte composição: agricultura, com 12%; indústria, com 40%; e serviços, com 48% (2015). No setor industrial, destacam-se os investimentos externos (sobretudo japoneses) nos setores automotivo e de *hardware*. A agricultura, cujo desenvolvimento foi o primeiro motor da transformação da economia tailandesa, apresentou, subsequentemente, declínio em sua contribuição para o PIB do país, embora ainda empregue cerca de 32% da população. A indústria tailandesa, inicialmente (no período 1960-1985) favorecida por políticas de substituição de importações, tem hoje seu foco na promoção das exportações.

Por ser uma economia fortemente ligada às exportações, a Tailândia vê-se vulnerável a flutuações cambiais e às condições macroeconômicas de seus principais parceiros comerciais (EUA, China, Japão, Hong Kong, Austrália, Malásia e Indonésia). Em 2009, a economia do país foi afetada pela crise global, tendo o PIB apresentado queda de 2,3%, refletindo sobretudo a redução do nível de investimento fixo (-9,2%, em 2009). Durante o ano de 2009, o país chegou a enfrentar deflação de 0,9%. A recuperação econômica, entretanto, foi rápida, com a expansão dos gastos públicos, resultando em crescimento de 7,8% em 2010. Ao longo do período de crise e

recuperação, o nível de desemprego manteve-se baixo (0,7%, aproximadamente, uma das taxas mais baixas do mundo).

A Tailândia tem adotado postura favorável à negociação de acordos de livre comércio. Foi o principal defensor, no âmbito da ASEAN, da assinatura do Acordo de Livre Comércio China-ASEAN. Em março de 2013, a Tailândia iniciou negociações de um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Em outubro do mesmo ano, durante visita do Presidente Sebastián Piñera a Bangkok, foi assinado "Acordo de Livre Comércio Chile-Tailândia", primeiro do gênero firmado pela Tailândia com um país da América do Sul, e que prevê a eliminação das tarifas de importação de 90% dos produtos exportados pelos dois países. Durante visita a Bangkok do Presidente do Peru, Ollanta Humala, foram concluídas as negociações para Tratado de Livre Comércio bilateral.

Conjuntura atual

O governo militar tem declarado que a recuperação da economia tailandesa é prioridade. Há expectativa do mercado de que o PIB real tailandês cresça cerca de 3% no período 2017-2021, por meio de investimentos do governo, sobretudo em grandes projetos de infraestrutura, e incentivos ao investimento estrangeiro e ao consumo. Em setembro de 2015, o governo anunciou um grande pacote de estímulos à economia, no valor de US\$ 9,7 bilhões. Parte significativa desse valor será destinada, via empréstimos e redução de impostos, ao setor primário da economia e a empresas de médio porte.

Contudo, há alguns desafios, como o da demanda doméstica, com queda de receitas e endividamento (mais da metade da população concentra-se no setor primário), implicando retração. Quanto às exportações, não se observam mudanças drásticas que contribuam para significativos ganhos em competitividade. Mantém-se, assim, a estagnação de seu potencial exportador, em razão de posicionamento pouco privilegiado do empresariado do país na atual dinâmica das cadeias globais de valor.

Desde dezembro de 2016, pesadas (e extemporâneas) tempestades trouxeram muito prejuízo à região sul da Tailândia. Ao menos 25 pessoas morreram em enchentes, 330 mil famílias

foram afetadas e ocorreram danos a construções e à produção agrícola local.

Comércio bilateral Brasil-Tailândia

Durante a II Comissão Mista bilateral em 2012, em Brasília, foram identificados setores prioritários para alavancar o comércio entre o Brasil e a Tailândia. Do lado brasileiro, apontaram-se oportunidades de expansão das exportações nas seguintes áreas: indústria aeroespacial, automóveis e autopeças, materiais eletroeletrônicos (telefones, compressores, bombas mecânicas, etc), produtos metalmecânicos, cárneos, pescado, suco de laranja e cosméticos. Do lado tailandês, destacaram-se os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria, além de interesse em joint-venture na área de exploração de petróleo em águas profundas.

No plano dos investimentos, as prioridades tailandesas no Brasil são energias renováveis, petróleo e gás natural, biotecnologia e indústria agroalimentar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1782	A Dinastia Chakri assume o poder, com Rama I, e estabelece a capital do reino em Bangkok.
1896	Franceses e ingleses estabelecem parte significativa do Sião como Estado independente.
1917	O Sião junta-se aos Aliados, durante a I Guerra.
1932	Revolução civil e militar não violenta resulta no fim da monarquia absoluta, com o estabelecimento da primeira constituição tailandesa. A Dianstia Chakri, contudo, permanece no poder.
1941	A Tailândia é invadida pelo Japão. O país alia-se aos japoneses, posteriormente declarando guerra aos Estados Unidos e ao Reino Unido.
1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Líder pró-japonês do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram, ocupa o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnam. Tropas tailandesas lutam no Vietnam do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do governo militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O General Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O General Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, eleito em 1986.
1988	O General Chatichai Choonhaven substitui o General Prem após a realização de eleições.
1991	Intervenção militar (o 17º desde 1932). Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como Primeiro-Ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo General Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
1995	Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito Primeiro-Ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchayudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática causa falências. Chuan Leekpai torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin Shinawatra, que se torna Primeiro-Ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2005	Thaksin Shinawatra assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez.

2006	Nova Constituição é promulgada.
2006	Thaksin é deposto por militares, quando se preparava para participar da AGNU.
2006	General Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o General Surayud Chulanont para o cargo de Primeiro-Ministro, até 2007.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo, é eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito Primeiro-Ministro em 9 de setembro.
2008	Abhisit Vejjajiva, líder do Partido Democrático, torna-se Primeiro-Ministro, em 17 de dezembro.
2009	Manifestações contrárias ao governo levam ao cancelamento de reunião de cúpula da ASEAN, que ocorreria em Pattaya, e ao decreto de estado de emergência, em abril.
2010	Confisco de US\$ 1,4 bilhão que pertencia ao ex-PM Thaksin Shinawatra, em fevereiro
2010	Confrontos entre manifestantes pró-Thaksin e o exército causam grande tumulto em Bangkok e a morte de cerca de 80 pessoas, em março e abril.
2011	Assume o governo a primeira-ministra Yingluck Shinawatra, irmã de Thaksin Shinawatra.
2014	Militares destituem o governo de Yingluck Shinawatra.
2016	Falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, após 70 anos de reinado. Assume seu filho mais velho, rei Maha Vajiralongkorn (RamaX).
2016	Referendo aprova nova constituição. Expectativa de que haja novas eleições até o final de 2018.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas
1959	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok
1964	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil
1967	Visita oficial à Tailândia do Presidente-eleito Artur da Costa e Silva
1968	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanom Kittikachorn (abril)
1984	Visita ao Brasil do Marechal das Forças Aéreas Siddhi Savetsila, Ministro das Relações Exteriores (setembro)
1986	Visita ao Brasil do Capitão de Polícia Surat Osathanugrah, Ministro do Comércio (março)
1992	Visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), como Chefe de Delegação (junho)
1993	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Maha Vajiralongkorn (março)
1993	Visita à Tailândia do Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional Brasileira de Indústria e de representantes do setor privado (novembro)
1994	Visita ao Brasil do Líder de Esquadra Prasong Soonsiri, Ministro dos Negócios Estrangeiros (janeiro)
1996	Visita à Tailândia do Ministro Luiz Felipe Lampreia (abril)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Pitak Intrawityanunt (junho)
1998	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Sukhumbhand Paribatra (maio)
1997	Visita à Tailândia do Secretário de Assuntos Estratégicos, Embaixador Ronaldo Sardenberg (maio)
1997	Abertura do Thai Trade Center em São Paulo (junho)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio, Supachai Panitchpakdi (novembro)
1999	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Chuan Leekpai (maio/junho)
2000	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança em São Paulo) (março)
2000	Visita ao Brasil do Ministro de Transporte e Comunicações, Suthep Thaugsuban (junho)
2001	Visita ao Brasil do General Surayud Chulanont, Comandante-em-chefe do Exército, para a "Latin America Defentech 2001" (abril)
2003	Visita ao Brasil do Primeiro Vice Orador da Casa de Representantes, Somsak Prisananuntagul (janeiro)
2003	Visita ao Brasil do senhor Udon Tantisunthorn e outros 11 senadores do Comitê de Administração Interna do Senado (fevereiro)
2004	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional, Uthai Pimchaichon (abril)
2004	Visita à Tailândia do Secretário-Executivo do Ministério da Comunicação, Dr. Paulo Lustosa, acompanhado de representantes do Ministério da Ciência,

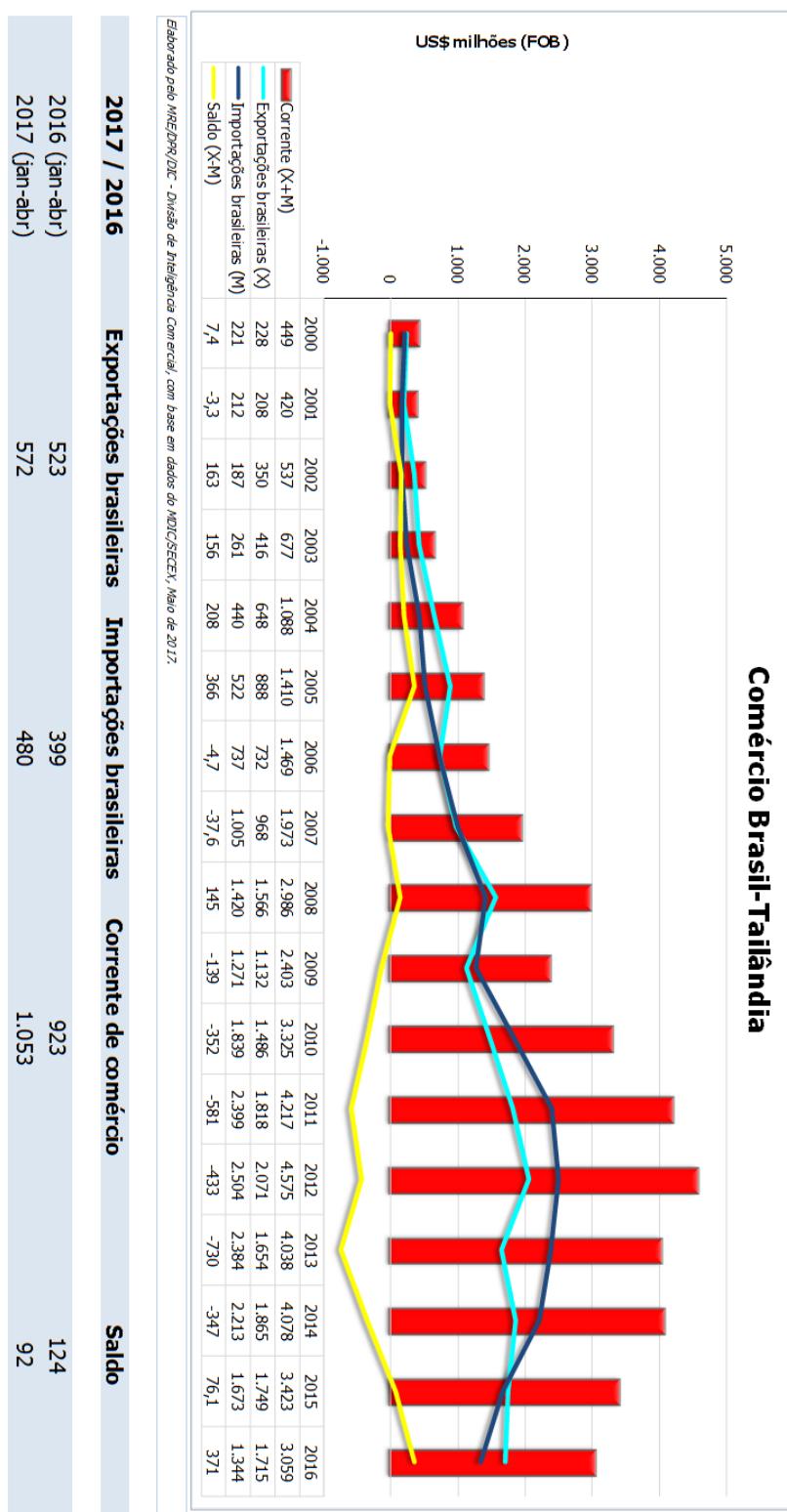
	Tecnologia e Inovação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (maio)
2004	Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra (junho)
2004	Assinatura do Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista, em Brasília (junho)
2004	Visita à Tailândia de delegação do Ministério da Saúde (julho)
2004	Visita a Bangkok do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues (agosto)
2004	Visita ao Brasil do Comissário Eleitoral Charupat Ruangsawan (setembro)
2004	Visita ao Brasil da "Plataforma de Cana e Açúcar" (novembro)
2004	Visita ao Brasil do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Tailândia-Brasil, Arkom Tulardilok (dezembro). Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
2005	Missão Comercial a Bangkok liderada pelo Diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty (maio)
2005	Visita a Bangkok do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Presidente da República (junho)
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon (agosto)
2007	Visita ao Brasil do General Boonsrang Niumpradit, Comandante Supremo das Forças Armadas (maio)
2007	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri (agosto)
2007	Visita a Bangkok do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (outubro)
2008	Visita ao Brasil do Instituto do Petróleo da Tailândia, com interesse em etanol (março)
2008	Visita ao Brasil de delegação da Escola Nacional de Defesa da Tailândia (maio)
2008	Visita ao Brasil da Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop, com interesse em etanol (junho)
2008	Visita ao Brasil de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap, com interesse em biocombustíveis (setembro)
2008	Visita à Tailândia do Diretor-Executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França, com interesse em intercâmbio em diversas áreas de pesquisa agrícola (setembro)
2008	Visita à Tailândia do Subsecretário-Geral Político II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Jaguaribe, para chefiar a delegação brasileira à Primeira Reunião da Comissão Mista (outubro)
2008	Visita a Brasília do Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN (novembro)
2009	Celebração do cinquentenário das relações bilaterais inclui o lançamento de selo postal e a organização de livro, lançado em 2012
2009	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal), Flexa Ribeiro e Neuto de Conto
2009	Visita a São Paulo do Vice-Ministro do Comércio, Veerasak Jinarat (agosto)
2009	Visita ao Brasil do Vice-Ministro das Relações Exteriores Panich Vikitsreth e

	do Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, encabeçando missão empresarial (outubro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin (junho)
2010	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente, Suwit Khunkitti, para chefiar a delegação tailandesa à 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (julho)
2010	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para participar de conferências científicas, sem programação oficial (setembro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende (novembro)
2010	Visita à Tailândia da Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (novembro)
2011	Visita à Tailândia do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marco Farani (março)
2011 –	Missão da Agência Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Tailândia (NSTDA) (abril)
2011	Visita de representantes da Agência Brasileira de Cooperação para tratar de iniciativas na área ambiental (julho)
2012	Visita a Bangkok da Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (março)
2012	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, por ocasião da Rio+20 (junho)
2012	Realização da II Reunião da Comissão Mista, em Brasília (junho)
2012	Visita de delegação do Ministério de Energia da Tailândia a Brasília, Rio de Janeiro e Campinas (junho)
2012	Visita a Brasília de delegação da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), chefiada pela Diretora-Geral Adjunta, Suchada Thaibunthao (junho)
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Surapong Tovichakchaikul (agosto)
2012	Visita ao Brasil do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Tailândia, presidido pelo ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros (2008-2011), Deputado Kasit Piromya (dezembro)
2013	Realização do Seminário "Thailand's Trade and Investment Opportunities in Brazil", em Bangkok (março)
2013	Missão a Bangkok do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) (maio)
2013	Visita à Tailândia do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Fernando José Marroni de Abreu (agosto)
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para a Tailândia, cumulativa, com sede em Jacarta, na Indonésia (outubro)
2013	Assinatura de Memorando de Entendimento entre a Universidade de Brasília e a UTCC (University of Thai Chamber of Commerce) (novembro)
2015	Realização da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília (junho)

ACORDOS BILATERAIS

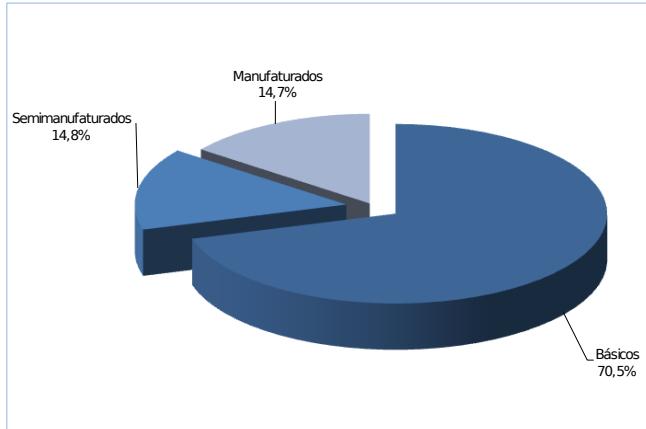
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/04/2004	21/10/2006	16/11/2006
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	16/06/2004	16/06/2004	14/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Isenção Parcial de Visto	21/07/1997	29/09/1999	10/11/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	24/04/1994	27/01/1994
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	21/03/1991	18/03/1994	23/06/1994
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	07/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	12/09/1984	07/12/1997	10/11/1989

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

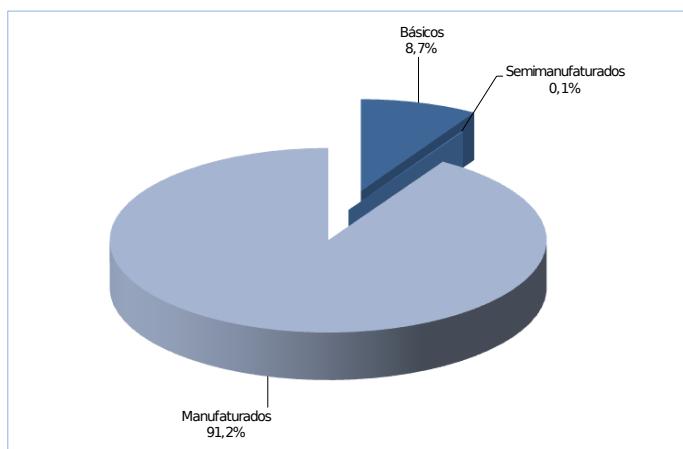


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



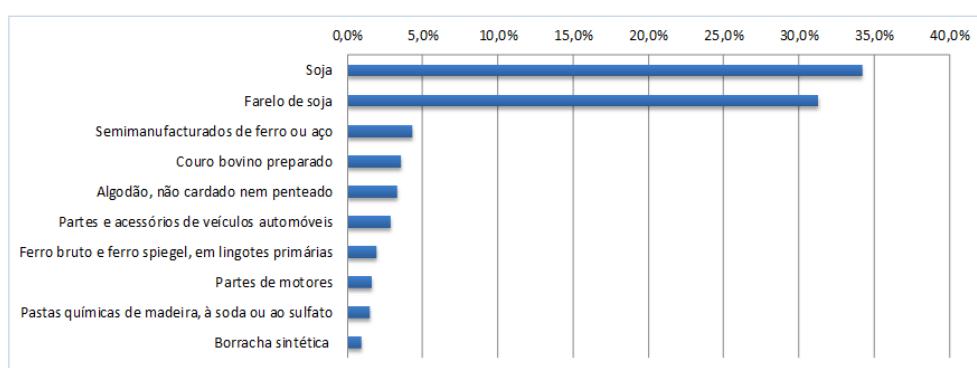
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para a Tailândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja	626	33,6%	673	38,4%	587	34,2%
Farelo de soja	606	32,5%	441	25,2%	536	31,3%
Semimanufaturados de ferro ou aço	56	3,0%	58	3,3%	74	4,3%
Couro bovino preparado	52	2,8%	60	3,4%	61	3,6%
Algodão, não cardado nem penteado	66	3,6%	64	3,7%	57	3,3%
Partes e acessórios de veículos automóveis	49	2,6%	39	2,2%	50	2,9%
Ferro bruto e ferro spiegel, em lingotes primárias	9	0,5%	4	0,2%	33	1,9%
Partes de motores	7	0,4%	13	0,7%	28	1,6%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	24	1,3%	41	2,3%	26	1,5%
Borracha sintética	22	1,2%	12	0,7%	16	0,9%
Subtotal	1.517	81,3%	1.404	80,2%	1.469	85,7%
Outros	348	18,7%	346	19,8%	246	14,3%
Total	1.865	100,0%	1.749	100,0%	1.715	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

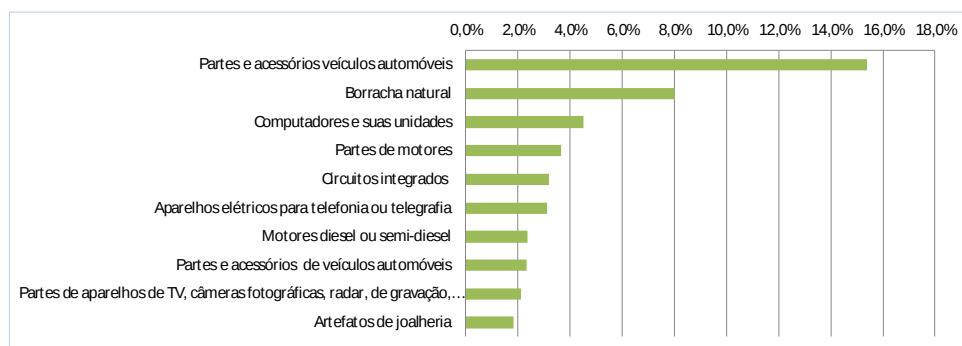


Composição das importações brasileiras originárias da Tailândia (SH4)
US\$ milhões

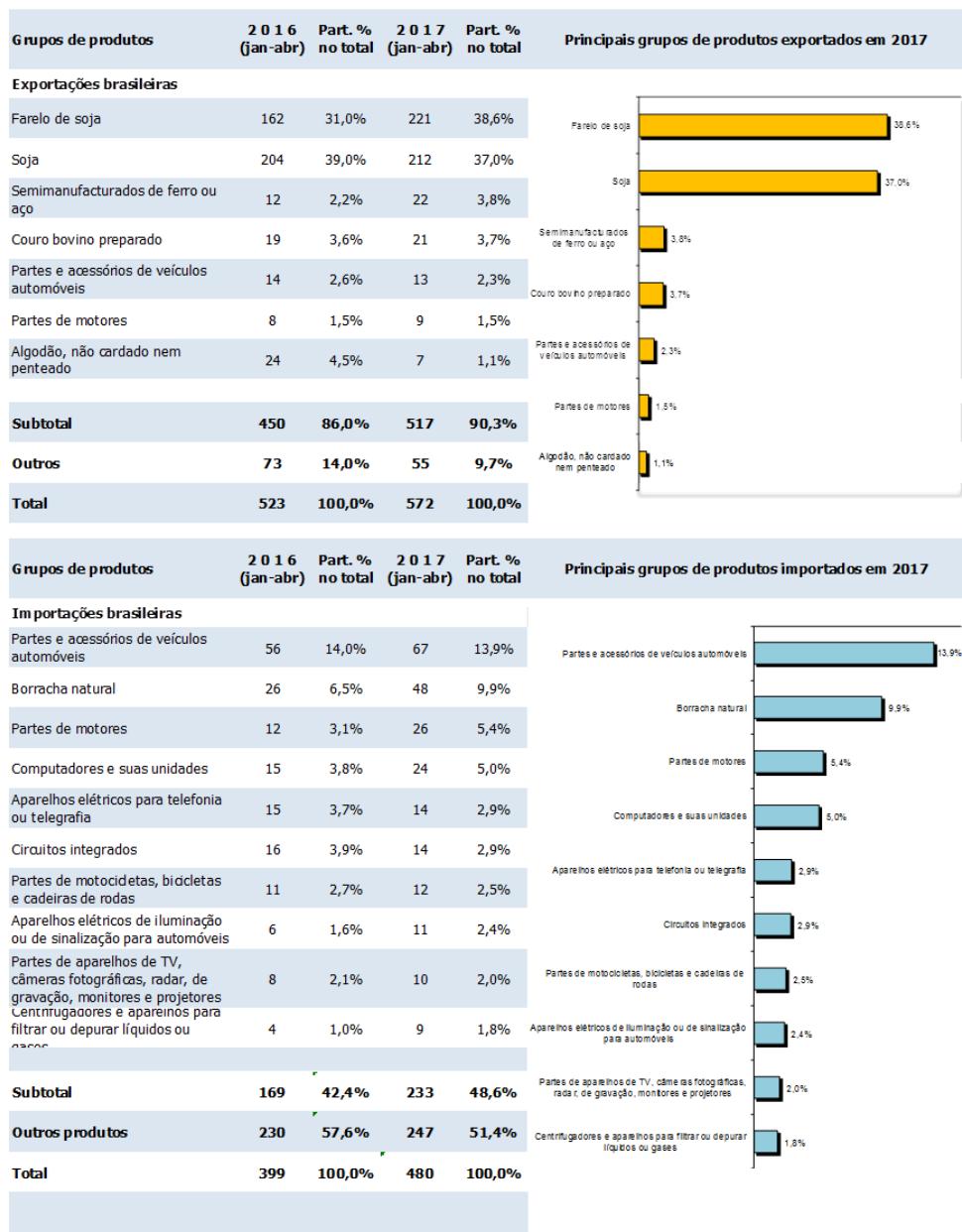
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes e acessórios veículos automóveis	341	15,4%	225	13,5%	207	15,4%
Borracha natural	176	8,0%	113	6,7%	108	8,0%
Computadores e suas unidades	81	3,7%	51	3,1%	61	4,5%
Partes de motores	83	3,8%	58	3,5%	49	3,7%
Circuitos integrados	63	2,8%	48	2,9%	43	3,2%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	33	1,5%	51	3,1%	42	3,1%
Motores diesel ou semi-diesel	100	4,5%	45	2,7%	32	2,4%
Partes e acessórios de veículos automóveis	106	4,8%	76	4,5%	31	2,3%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação,	29	1,3%	37	2,2%	29	2,1%
Artefatos de joalheria	19	0,9%	23	1,4%	25	1,9%
Subtotal	1.031	46,6%	728	43,5%	626	46,6%
Outros	1.182	53,4%	945	56,5%	718	53,4%
Total	2.213	100,0%	1.673	100,0%	1.344	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/OPR/OCIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECB/Alível.

Principais indicadores socioeconômicos da Tailândia

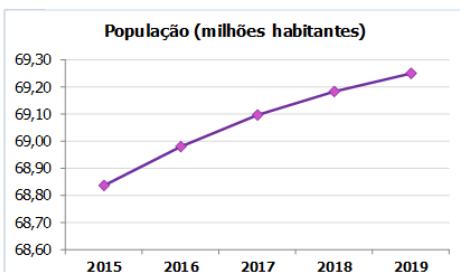
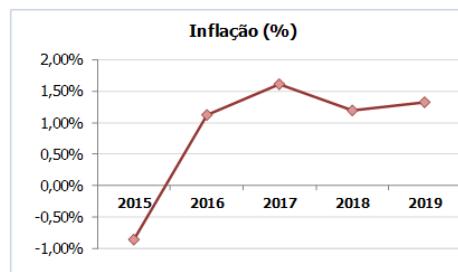
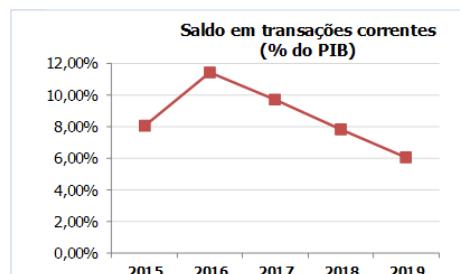
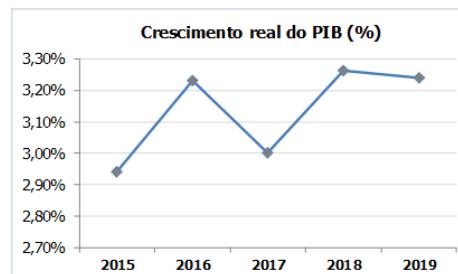
Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,94%	3,23%	3,00%	3,26%	3,24%
PIB nominal (US\$ bilhões)	399,22	406,95	432,90	458,88	486,47
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.799	5.899	6.265	6.632	7.025
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,11	1,17	1,23	1,29	1,37
PIB PPP "per capita" (US\$)	16.180	16.888	17.750	18.716	19.726
População (milhões habitantes)	68,84	68,98	69,10	69,18	69,25
Desemprego (%)	0,89%	0,75%	0,70%	0,70%	0,70%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,86%	1,13%	1,61%	1,19%	1,32%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	8,05%	11,41%	9,71%	7,79%	6,04%
Dívida externa (US\$ bilhões)	129,65	130,49	131,86	136,99	138,80
Câmbio (Bt / US\$) ⁽²⁾	36,09	35,83	35,20	35,65	35,60
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			8,9%		
Indústria			35,9%		
Serviços			55,3%		

Elaborado pelo MRE/DRR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2017 e da Cia Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMBOJA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMBOJA	
NOME OFICIAL	Reino do Camboja
GENTÍLICO	cambojano
CAPITAL	Phnom Penh
ÁREA	181.035 km ²
POPULAÇÃO (2015)	15,6 milhões (BM)
IDIOMAS	Khmer (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), outras (5%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado: 62 membros eleitos indiretamente para mandatos de 6 anos; Assembleia Nacional: 123 membros diretamente eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Norodom Sihanom (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hun Sen (desde 1998)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Prak Sokhon (desde 2016)
PIB nominal (2017)	US\$ 20.9 bilhões (Estimativa FMI)
PIB PPP (2017)	US\$ 64.4 bilhões (Estimativa FMI)
PIB nominal <i>per capita</i> (2017)	US\$ 1,310 (Estimativa FMI)
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)	US\$ 4,020 (Estimativa FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	6.6% (2008); 0.08% (2009); 5.9% (2010); 7.0% (2011); 7.3% (2012); 7.4% (2013); 7.1% (2014); 7.0% (2015); 7.0% (2016)
MOEDA	Riel (CR)
IDH (2016)	0,563, 143º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,711) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2016)	68.8 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	77,6%
DESEMPREGO	3,5%
EMBAIXADOR NO BRASIL	O Embaixador não-residente do Camboja junto ao Brasil ainda será designado.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAMBOJA (US\$ mil) (fonte: MDIC)										
Brasil □ Camboja	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	1.029	569	897	1.260	6.631	12.670	24.162	42.088	43.558	10.733
Exportações	761	278	670	734	2.851	3.571	6.134	3.276	3.531	1.169
Importações	267	291	226	526	3.780	9.099	18.028	38.812	40.027	9.564
Saldo	494	-13	443	208	-929	-5.528	-11.894	-35.535	-36.495	8.394

DASEAN, elaborado em 23/05/2017

APRESENTAÇÃO

O Reino do Camboja, situado na porção sul da península da Indochina, é uma monarquia constitucional de confissão oficial budista, e uma das menores e mais pobres economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático, ao lado de Myanmar e do Laos. Sua capital e maior cidade, Phnom Penh, é o centro político, econômico e cultural da vida cambojana.

A população do Camboja é composta por maioria de etnia khmer (em torno de 90% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses, vietnamitas e chams (muçulmanos). As guerras enfrentadas pelo país no século XX têm profunda influência no atual perfil etário da população cambojana, composta, aproximadamente, por 50% de pessoas com menos de 25 anos.

PERFIS BIOGRÁFICOS**NORODOM SIHAMONI***Rei do Camboja*

Nasceu em 14 de maio de 1953, em Phnom Penh, capital do Camboja. É solteiro e não tem filhos. Assumiu o trono em outubro de 2004, tendo sido selecionado por um conselho especial, uma semana após a abdicação de seu pai.

Sihamoni passou a maior parte da vida fora do país. Quando criança, viveu em Praga, onde cursou os níveis de ensino fundamental e médio, até entrar na Academia de Artes Musicais. Lá estudou dança clássica e música até 1975. É fluente em francês, tcheco e tem bom conhecimento de inglês e russo.

Foi professor de dança na França na década de 1980 e, na década de 1990, Embaixador junto à UNESCO.

HUN SEN

Primeiro-Ministro



Samdech Akeak Moha Sena Padey Decho Hun Sen nasceu em 5 de agosto de 1952, na cidade de Kampong Cham, no Camboja. É o terceiro de seis filhos. É casado com Bun Rany e tem seis filhos.

Em 1970, passou a integrar o Khmer Vermelho, na época liderado por Pol Pot, que combatia o governo cambojano de Lon Nol, apoiado pelos Estados Unidos. Entretanto, nos últimos anos do domínio do Khmer Vermelho, Hun Sen tornou-se opositor de Pol Pot. No final da década de 1970, integrou forças anti-Khmer Vermelho situadas no Vietnam. Nos anos seguintes, passou a ser figura central no novo regime que se iniciara a partir da queda do Khmer Vermelho.

Ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e posteriormente, em 1985, de primeiro-ministro. De 1993 a 1998 foi um dos dois primeiros-ministros do país, juntamente com o príncipe Norodom Ranariddh. A partir de 1998, assumiu novamente o cargo de único primeiro-ministro do Camboja, que continua a ocupar.

Sob formas distintas, portanto, Hun Sen esteve no governo desde 1985, quando se tornou primeiro-ministro pela primeira vez. Após seu partido sair vitorioso nas últimas eleições, em julho de 2013, Hun Sen manteve-se no cargo a despeito de forte contestação da oposição.

RELAÇÕES BILATERAIS

Após suspensão em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo Embaixada residente nas respectivas capitais (a Embaixada do Brasil em Bangkok acumula a representação junto ao Reino do Camboja, e a Embaixada do Camboja em Brasília é cumulativa com Havana). A Embaixada do Camboja em Havana, única representação residente do país na América Latina, mantém contatos rarefeitos com Brasília.

Entre as prioridades do Brasil para o país, destaca-se a ampliação da cooperação e do diálogo bilateral, em consonância com o processo de intensificação das relações do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus países membros.

Visitas de alto nível

Do lado cambojano, em abril e maio de 2011, o Secretário de Estado (vice-ministro dos Negócios Estrangeiros) Long Visalo visitou Brasília, ocasião em que foram assinados os primeiros instrumentos bilaterais: para a cooperação educacional (o que permite a estudantes do Camboja participar de programas de graduação e de pós-graduação no Brasil) e para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço. Durante a visita, discutiu-se a possibilidade de se estabelecer cooperação em rizipiscicultura. Em junho de 2012, o ministro do Meio Ambiente do Camboja, Mok Mareth, participou da Conferência Rio+20, mas não manteve programação bilateral.

Em maio de 2000, visitou o Brasil o Príncipe Norodom Ranariddh, então presidente da Assembleia do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada por seu embaixador junto às Nações Unidas, Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília, em 2007.

Do lado brasileiro, em março de 2012, visitou o Camboja a subsecretária-geral Política II do MRE (SGAP-II). Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de segurança alimentar, programas sociais de erradicação da pobreza, agricultura, desenvolvimento rural e energia – biocombustíveis e hidroeletricidade. Foi, também, firmado o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Em novembro de 2012, a SGAP-II retornou ao Camboja, para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (o Camboja exercia, à época, a presidência de turno da ASEAN).

Em novembro de 2010, o diretor do Departamento da Ásia do Leste visitou o Camboja, ocasião em que se encontrou com o secretário de Estado Ouch Borith, passou em revista a agenda bilateral e solicitou o apoio cambojano ao processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN.

Cooperação bilateral

O Brasil ofereceu ao Camboja cooperação na área da saúde, por intermédio do Fundo IBAS. O projeto, iniciado em março de 2010 e com orçamento próximo a US\$ 1 milhão, foi concluído com êxito em janeiro de 2013. A iniciativa envolveu a construção de pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais, em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja, executor do projeto, e a capacitação de profissionais na área da saúde.

Acordo-Quadro de Cooperação Técnica com aquele país encontra-se em negociação. Mesmo sem a finalização da negociação desse instrumento bilateral, o Camboja tem-se beneficiado de projetos isolados de cooperação, havendo participado: (i) do "I Curso de Gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular", em março de 2013; (ii) do curso "Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero", em fevereiro e março de 2012; e (iii) do "Curso de Monitoramento de Florestas Tropicais", em outubro de 2011. No âmbito da ASEAN, o Camboja também participou do "I Curso para Diplomatas da ASEAN", oferecido pelo Itamaraty, em agosto de 2012; e foi convidado para o "VI Seminário Internacional de Políticas Sociais para o Desenvolvimento", em março de 2013.

Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas a segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis, e aproveitamento do potencial hidrelétrico – áreas em que o Brasil pode prestar contribuição. Em visita a Phnom Penh, em fevereiro de 2017, o embaixador do Brasil em Bangkok identificou, junto a autoridades cambojanas, interesse em cooperação bilateral voltada à produção agrícola para o abastecimento de programas de merenda escolar. Nesse campo, o exemplo brasileiro tem servido como referência para os avanços do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas – atualmente em execução, no Camboja, na cidade de Siem Reap.

É promissora a cooperação bilateral na área de educação. Após a aprovação pelo Congresso Nacional do Acordo sobre Educação, assinado em maio de 2011, o país pôde ser incluído nos programas PEC-G e PEC-PG. Anteriormente, em dezembro de 2010, durante a apresentação de credenciais do embaixador do Brasil, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Ouch Borith expressara satisfação com a possibilidade de receber apoio brasileiro aos esforços do Camboja na ampliação de seus quadros de mão-de-obra especializada, por meio da cooperação educacional e técnica. Comentou que o regime de terror do Khmer Vermelho foi responsável pela morte ou pelo afastamento do país de suas elites intelectuais e profissionais de nível superior, sendo, portanto, uma das prioridades do atual governo a formação de novos quadros para a administração pública e para o setor privado.

Energia

Durante a visita da subsecretária-geral Política II do MRE, em março de 2012, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo manifestou interesse em investimento brasileiro no Camboja na produção de etanol e biodiesel, destacando que o país já produz cana-de-açúcar e mandioca para a geração de biocombustíveis. Estudos já identificaram potencial para a plantação de pinhão-manso e mandioca com vistas à produção, respectivamente, de biodiesel e etanol.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no país é prestada pela Embaixada do Brasil em Bangkok, na Tailândia. Há cerca de uma dezena de brasileiros no Camboja.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Camboja.

POLÍTICA INTERNA

Quadro histórico

Herdeiro histórico do mais poderoso império do Sudeste Asiático (Império Khmer, 802-1431), o Camboja tornou-se protetorado da França em 1863. Em 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob regime monárquico. Nesse período, destacou-se a figura do Rei Sihanouk (que abdicou do trono em 1955 para eleger-se Primeiro-Ministro, com o título de Príncipe, e voltou a assumir a Chefia de Estado com o falecimento do pai, em 1960). Em 1970, após golpe militar, foi proclamada a República Khmer, tendo assumido a Presidência o General Lon Nol (pró-EUA).

Em 1976, sob a liderança de Pol Pot, as forças revolucionárias do Khmer Vermelho, vitoriosas na guerra civil, proclamaram o estado revolucionário. O regime tentou isolar o Camboja do convívio internacional e implementou uma política externa de aliança com Pequim e de confrontação com o Vietnam. No plano interno, aboliu a moeda e obrigou a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial, o que resultou em caos econômico e fome generalizada. O Vietnam invadiu o país em 1978, derrubou o regime do Khmer Vermelho e implementou novo regime, que durou até 1989.

Entre 1991 e 1993, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi enviado especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ao Camboja e diretor de Repatriamento da Autoridade da ONU de Transição no Camboja (*United Nations Transitional Authority in Cambodia - UNTAC*).

Após o período de administração da UNTAC, entre 1992-93, foi promulgada a atual Constituição (1993), que restabelece a monarquia. O primeiro-ministro Hun Sen lidera o governo praticamente desde 1985 (de

1993 a 1998, na condição de co-primeiro-ministro, com o título de segundo primeiro-ministro).

O rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o primeiro-ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O rei Norodom Sihanouk é o chefe de Estado desde 29 de outubro de 2004. Em 15/10/2012, faleceu seu pai, o rei Norodom Sihanouk, que já havia deixado de ser chefe de Estado.

O Camboja é uma democracia parlamentarista unitária e monarquia constitucional. O rei não possui poder de veto sobre a atividade legislativa. O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Assembleia Nacional. O Senado tem 61 membros: 2 indicados pelo rei, 2 eleitos pela Assembleia Nacional; e o restante eleito pelas 24 províncias do país. A legislatura dos senadores tem duração de seis anos. Já a Assembleia Nacional, câmara baixa do Camboja, é composta por 123 membros eleitos para um mandato de cinco anos por meio de representação proporcional. A Casa tem ainda o poder de retirar o voto de confiança no primeiro-ministro e seu governo, com quorum de dois terços.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), do primeiro-ministro Hun Sen, domina a política nacional. A oposição é centralizada no Partido do Resgate Nacional Cambojano (CNRP), cuja figura principal é Sam Rainsy, ativista político anti-vietnamita que retornou ao país de auto-exílio em julho de 2013.

Conjuntura

Em julho de 2013, foram realizadas eleições parlamentares ordinárias. Os resultados, ainda que dessem como vitorioso o Partido de Hun Sen, CPP, foram surpreendentes, na medida em que o principal partido de oposição, CNRP, centrado na figura de Sam Rainsy, aumentou expressivamente sua participação no Parlamento frente aos resultados de 2008: o número de assentos do CPP, de Hun Sen, caiu de 90 para 68, e os do CNRP subiram de 29 para 55. O CPP perdeu, assim, a maioria de dois terços, necessária para reformas à Constituição, e não sendo possível a formação de coalizão, já que os demais partidos não obtiveram assento.

As prováveis razões para o fortalecimento da oposição são: a grande proporção do eleitorado jovem, a chamada "geração pós-genocídio", que tem acesso às informações de Rainsy por meio de redes sociais e que não acompanhou a trajetória dos líderes pós-Khmer Vermelho; a união de

quase toda a oposição em torno de Rainsy; e o fato de que Hun Sen, apesar da total lealdade de que disfruta no CPP, tem tido dificuldades em conter o forte descontentamento social no país face à alegações de corrupção e impunidade de elementos de seu governo.

Novas eleições serão realizadas em junho de 2017 (locais) e em julho de 2018 (parlamentares). Em fevereiro de 2017, parlamentares do CPP passaram uma série de emendas a uma lei de 1998 sobre partidos políticos, de maneira a conferir ao governo atual poder de dissolver ou suspender grupos partidários existentes que representem "a destruição da unidade nacional". Analistas afirmam que as emendas atingiriam diretamente o CNRP, que vem ganhando espaço no parlamento cambojano, e que teve cerca de 25 membros presos nos últimos 18 meses.

Direitos humanos

O Camboja tem sido alvo de críticas relacionadas a direitos humanos. Alegam-se casos de perseguição política, com prisão de ativistas e afastamento de imunidades parlamentares, e de aprovação de leis que restringem liberdades fundamentais, principalmente de expressão, assembleia e associação.

Entre as leis objeto de críticas internacionais estão: (i) a Lei sobre Associações e Organizações Não-Governamentais de 2015, que concede poderes ao Ministério do Interior para aceitar ou revogar o registro de ONGs atuantes no país, com base em critérios como a "imparcialidade política" das organizações, assim como preocupações relativas "à estabilidade e à segurança nacionais"; (ii) as Leis sobre Telecomunicações e Crime Cibernético, de 2015 e 2016, respectivamente, que ampliam o poder de vigilância do estado sobre usuários e publicações eletrônicas; (iii) a Lei sobre Sindicatos de 2016, que dificulta o registro de entidades sindicais junto ao Ministério do Trabalho - excluindo desse direito, por exemplo, funcionários públicos, empregados domésticos e professores - e submete à interferência do governo a tomada de decisões internas, como a opção pela greve; e (iv) a Lei sobre Partidos Políticos, cujas emendas foram promulgadas no início de 2017.

POLÍTICA EXTERNA

A agenda da política externa do Camboja é marcada: (i) pelo diferendo fronteiriço com a Tailândia; (ii) pelas críticas de países desenvolvidos relacionadas à proteção dos direitos humanos; e (iii) pelas relações próximas com a China e com o Vietnam. Os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam expressivos.

Relações bilaterais com outros países

Ainda que haja certo ressentimento na sociedade cambojana em relação ao período de ocupação vietnamita, o governo de Hun Sen mantém relações bastante estreitas com o Vietnam. Mantém também boas relações com a China, da qual recebe importantes empréstimos, doações e investimentos, sobretudo em obras de infraestrutura. Em outubro de 2016, o presidente Xi Jinping realizou visita de estado ao Camboja, encontrando-se com o Rei Norodon Sihanouk e com o primeiro-ministro Hun Sen. Cerca de 31 instrumentos bilaterais foram acordados na ocasião, voltados sobretudo às áreas agrícola (financiamento para o fornecimento de produtos alimentícios à China) e financeira (concessão de novos empréstimos em condições sempre favoráveis).

O ex-presidente dos EUA, Barack Obama, esteve no Camboja em novembro de 2012, por ocasião da Cúpula da Ásia do Leste, quando teria expressado ao primeiro-ministro Hun Sen críticas pela situação dos direitos humanos no Camboja. Em fevereiro de 2017, o então secretário de Estado norte-americano, John Kerry, visitou o Camboja, sendo recebido por Hun Sen. Mais uma vez, não se deixou de manifestar o incômodo dos EUA quanto à situação política no Camboja, encorajando maior abertura e atenção às liberdades políticas.

Em 2016, o Parlamento Europeu passou resolução sobre a situação política e de direitos humanos no Camboja (Resolução 2016/2753). Pela resolução, os parlamentares europeus manifestam preocupação com a deterioração do cenário político naquele país e condenam os atos de violência, as acusações motivadas por questões políticas e as detenções que vêm tendo como alvo políticos opositores, ativistas de direitos humanos e representantes da sociedade civil. Encorajam o governo cambojano a reinaugurar o diálogo democrático e a assegurar a aplicação da lei e as garantias fundamentais. Instam a revogação dos mandados de prisão de membros do Partido Cambojano da Salvação Nacional (CNRP) e de cinco defensores de direitos humanos que se encontram sob custódia. A resolução

conclama, ainda, a convocação de eleições transparentes e sob supervisão internacional e condiciona a continuidade dos repasses financeiros europeus ao governo de Phnom Penh à melhora da situação de direitos humanos no país. Atualmente, a União Europeia é a principal fornecedora de assistência ao desenvolvimento do Camboja, tendo aprovado pacote de ajuda para o período 2014-2020 no valor de 410 milhões de euros.

A Tailândia também é parceiro de destaque para o Camboja, principalmente na área comercial e em assuntos de segurança na fronteira, regularização de imigrantes e ciência, tecnologia e inovação. Na décima reunião da Comissão Conjunta Bilateral Camboja-Tailândia, realizada em 26 de agosto de 2016, foi firmado memorando de entendimento para criação de centro de assistência e reabilitação voltado a vítimas de tráfico de pessoas e grupos vulneráveis. Os principais temas tratados na referida reunião foram: (i) a abertura de novos pontos de monitoramento na fronteira; (ii) a prevenção e o combate à exploração ilegal de madeira; (iii) a legalização da situação imigratória de trabalhadores cambojanos na Tailândia; e (iv) o fortalecimento dos laços comerciais. Discutiram-se, igualmente, formas de aprofundar a colaboração bilateral em saúde pública, educação, redução de risco de desastres e ciência, tecnologia e inovação.

Litígio com a Tailândia

As relações com a Tailândia apresentam histórico de tensão, devido ao litígio fronteiriço na região do templo Preah Vihear. Ainda que reconheça que o templo seja cambojano (conforme decisão da Corte Internacional de Justiça, de 1962), a Tailândia reclama área de 4,6 km² adjacente ao templo. Tal contestação baseia-se na topografia da região, que faz do templo praticamente um enclave no território tailandês. A questão tornou-se ainda mais delicada em julho de 2008, quando a UNESCO reconheceu o templo como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Por solicitação do Camboja, o assunto foi tratado no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em fevereiro de 2011, sob a presidência brasileira. Durante a reunião, as intervenções dos membros do Conselho refletiram apoio aos bons ofícios da ASEAN e à noção de que a ação do CSNU visa apenas a reforçar, e não suplantar, os esforços bilaterais e regionais. Após a sessão, o CSNU emitiu nota à imprensa em que instou as partes a estabelecerem e implementarem um cessar-fogo e a resolverem a questão de forma pacífica mediante diálogo. Nesse sentido,

expressou apoio aos esforços da ASEAN em prol da solução da questão, encorajando as Partes a cooperarem com a Associação.

Em novembro de 2013, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) proferiu veredito final sobre o diferendo fronteiriço. Recebida pelo governo tailandês como "positiva", a decisão da CIJ concedeu ao Camboja a soberania sobre o território do promontório onde se localiza o templo (representando perda territorial para a Tailândia), mas não delimitou a nova fronteira entre os dois países. Outras áreas adjacentes ao templo deverão ser objeto de negociação bilateral, com as quais os dois governos assentiram. A CIJ também assegurou que o mapa utilizado pelos cambojanos é o documento válido para negociações.

Desde então, os desentendimentos entre o Camboja e a Tailândia relativos ao entorno do Templo de Preah Vihear parecem estar mais próximos de seu equacionamento, na medida em que os Governos têm voltado, gradualmente, a tratar do assunto em alto nível. Recentemente, o alto representante cambojano no Comitê Geral de Fronteira anunciou a intenção de reabrir o acesso ao local pela fronteira tailandesa – que se encontra interrompido desde 2009, em função dos frequentes episódios de violência na região.

Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

O Camboja, último país a ingressar na ASEAN, em 1999, exerceu a presidência de turno da Associação em 2012. Nessa condição, sediou, em julho de 2012, a 45^a Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN. Pela primeira vez, a reunião não produziu um comunicado conjunto, em razão da recusa do Camboja em incluir menção à questão do Mar do Sul da China, como desejavam as Filipinas, o que parece refletir a influência chinesa no país. Cabe ter presente que a China é o maior doador ao Camboja e o maior investidor estrangeiro no país, e que o então Presidente Hu Jintao realizou visita ao Camboja poucos dias antes da reunião, a primeira de um Chefe de Estado chinês ao país em doze anos.

Na Associação, o Camboja defende firmemente o princípio da não-interferência em assuntos internos dos países membros. Os interesses e as posições, que compartilham, levaram o Camboja, o Laos, o Vietnam e Myanmar a se congregarem nos agrupamentos CLV (Camboja-Laos-Vietnam) e CLVM (Camboja-Laos-Vietnam-Myanmar), ambos com reuniões de cúpula anuais.

Temas multilaterais

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e não-permanentes no CSNU e demonstrou, em 2009, apoio não escrito à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão. Em maio de 2011, durante visita ao Brasil, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo indicou que seu país não teria dificuldade em apoiar o Brasil, como representante latino-americano, desde que o processo de reforma seja efetivamente iniciado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas do país

A economia cambojana tem prosperado bastante desde a estabilização política. Apresenta crescimento econômico acima de 6% desde a década de 1990 (com exceção do ano de 2009, quando cresceu 0,1%) e tem mantido a inflação sob controle. Estima-se que o crescimento do PIB real tenha sido de 6,8% em 2016. Em julho de 2016, o país foi graduado, passando de país de baixa renda para o status de país com renda média-baixa. Mesmo assim, o Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático, com renda per capita, em PPP, em torno de 4.020 dólares (estimativa para 2017). Tal defasagem econômica reflete cicatrizes deixadas pelo brutal regime do Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, e, em geral, pelas guerras havidas no país desde sua independência da França.

A agricultura ainda emprega dois terços da força de trabalho, e cerca de 75% dos agricultores ainda dependem da agricultura de subsistência. Em termos gerais, o crescimento da economia baseia-se no consumo privado e em aumento da renda advindo de melhorias de produtividade dos fatores de produção.

Em 2015, o governo cambojano aprovou, pela primeira vez, política de desenvolvimento industrial para um período de dez anos. Segundo o documento "Política de Desenvolvimento Industrial 2015-25", na próxima década o governo khmer enviadará para ampliar a participação da indústria na economia do país dos atuais 24% para 30%, ao mesmo tempo em que adotará medidas visando à diversificação da base industrial, atualmente

concentrada nos setores de vestuário e processamento de arroz. São quatro os pilares básicos da política industrial: (i) atração de investimento direto estrangeiro; (ii) modernização de pequenas e médias empresas, particularmente no que se refere ao adensamento de suas conexões com companhias multinacionais; (iii) adoção de marco regulatório que estimule a competitividade; (iv) implementação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de melhoria da infraestrutura e dos serviços.

A economia cambojana tem sido modernizada desde a estabilização política, na década de 1990, com a adesão à ASEAN, em 1999, e à acessão OMC, em 2004. O processo de estabilização faz-se acompanhar por privatizações e maior inserção da produção cambojana na economia mundial. Evidência disso é a abertura, em julho de 2011, da primeira bolsa de valores do Camboja (*Cambodia Securities Exchange*), em parceria do Governo com a sul-coreana Korea Exchange (55% x 45%, respectivamente).

No setor externo, o Camboja geralmente tem balança comercial favorável. Em 2015, exportou US\$ 16,1 bilhões e importou US\$ 15,3 bilhões, com saldo positivo de US\$ 768 milhões. Nas exportações, destaca-se o setor têxtil e de couros, destinados a EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão e Vietnam; nas importações, ouro, petróleo refinado, automóveis e peças automotivas chegam da Tailândia, da China, do Vietnam, de Hong Kong e de Singapura, principais fontes de importação.

O Camboja tem potencial para tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia, cuja produção poderá começar ainda em 2013. Há, contudo, problemas relativos à ausência de demarcação da fronteira marítima com a Tailândia. Destacam-se, entre os recursos naturais do Camboja – além de petróleo e gás natural – madeira, pedras preciosas, ferro, manganês e fosfatos. Registram-se também importantes investimentos na construção de usinas hidrelétricas.

A exemplo de outros países em desenvolvimento, o Camboja tem concentrado esforços na captação de investimentos diretos, ciente da importância desses capitais no estímulo à atividade produtiva. O Governo cambojano tem especial interesse na atração de investimentos que contribuam para a competitividade do país no longo prazo, priorizando: (i) agricultura e agroindústria; (ii) infraestrutura de transporte e

telecomunicação; (iii) energia e eletricidade; (iv) indústrias intensivas em mão-de-obra e de exportação; (v) turismo; (vi) desenvolvimento de recursos humanos; e (vii) mineração. O ambiente para investimentos no país é favorável, e os investimentos estrangeiros geralmente não enfrentam restrições.

A matriz energética do Camboja apresenta forte dependência do uso de biomassa convencional (lenha), fonte de energia que responde por mais de 80% do total, seguida dos derivados de petróleo importados. O amplo uso da biomassa se traduz em altos índices de desmatamento da cobertura vegetal do país. A geração de energia elétrica, por sua vez, baseia-se em unidades térmicas convencionais (cerca de 95% do total), movidas a petróleo ou diesel. Hidroeletricidade e biomassa moderna (resíduos, biocombustíveis, biogás) respondem por fração diminuta da energia do país (3,3% e 1,3%, respectivamente). Há iniciativas em diversas formas de energias renováveis (hidrelétricas, biocombustíveis, biogás, solar, eólica, etc), mas o estágio de desenvolvimento, em muitos casos, ainda se resume a estudos de potencialidade ou projetos-piloto. Em junho de 2009, o Camboja tornou-se membro da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

Comércio e investimentos bilaterais

As exportações brasileiras para o Camboja permanecem bastante reduzidas (US\$ 5.9 milhões em 2016), e a pauta é altamente concentrada, prevalecendo os manufaturados e os semimanufaturados. Nas exportações, destacam-se os couros preparados, tabaco não manufaturado, transformadores e conversores elétricos e máquinas agrícolas. As importações provenientes do Camboja, no mesmo ano, representaram montante consideravelmente mais elevado (US\$ 24.3 milhões), e se concentraram em têxteis, vestuário e calçados.

O Banco Central do Brasil não tem registro de investimentos brasileiros no Camboja. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos do Camboja no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1946	Reinício do domínio francês.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O Rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnam (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o General Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	O grupo comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderado por Pol Pot. Sihanouk volta a ser Chefe de Estado e o país é renomeado Kampuchea. “Ano Zero” do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a Primeiro-Ministro. Resignação de Sihanouk.
1978	Forças vietnamitas invadem o país.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o Príncipe Norodom Ranariddh como Primeiro-Ministro, Hun Sen como Segundo Primeiro-Ministro e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.
1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho.
2003	Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.
2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região.
2011	Início do segundo julgamento de integrantes do regime do Khmer Vermelho pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja.
2011	Novos choques armados entre Camboja e Tailândia, na região do templo Preah Vihear. Camboja busca levar o assunto ao CSNU.
2011	Confronto armado entre o Camboja e a Tailândia, na região fronteiriça próxima ao templo Ta Krabey, deixa pelo menos 12 mortos, de ambos os lados.
2012	Falece Norodom Sihanouk, Rei-Pai do Camboja e pai do atual Rei, aos 89 anos.
2013	Eleições parlamentares resultam na vitória do partido governista, mas com surpreendente crescimento da oposição, que contesta os resultados.

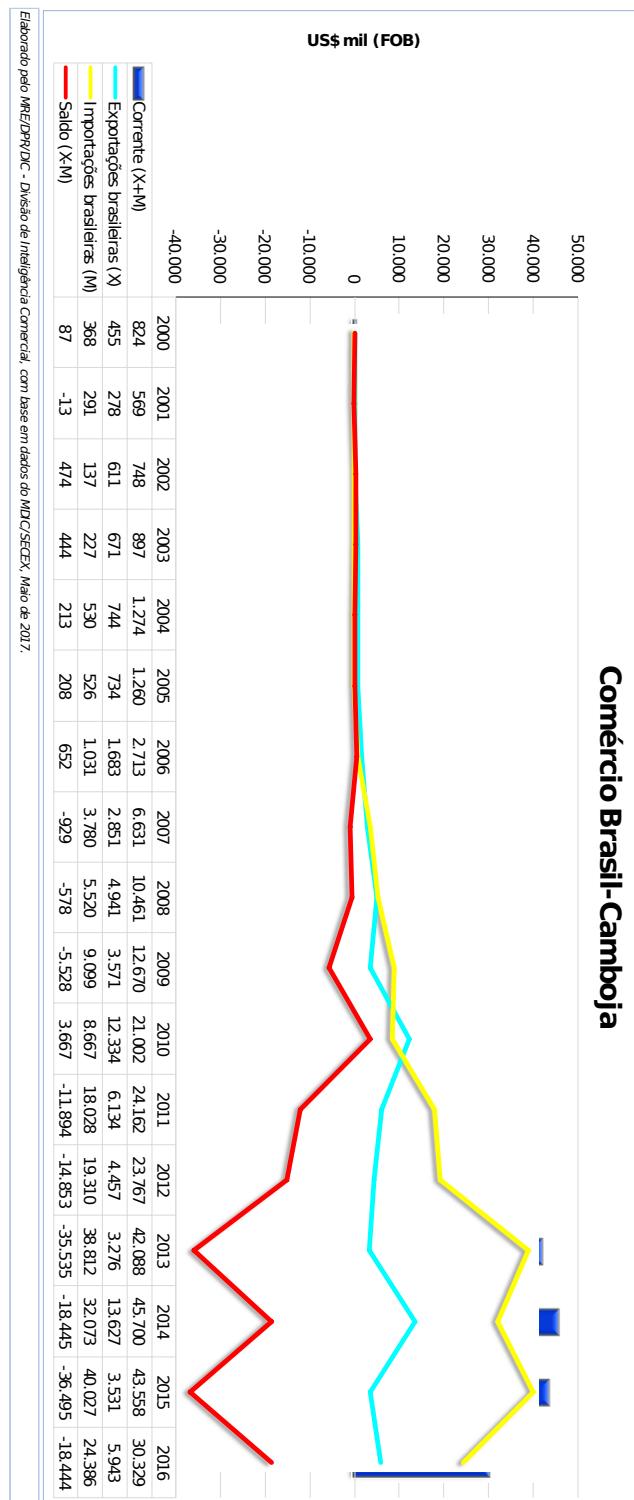
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1994	Reativação das relações diplomática Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok
2000	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia
2006	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Rei Norodom Sihamoni
2007	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília
2008	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília
2009 (jun)	Visita de trabalho do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja, quando se encontrou com o então Secretário de Estado Ouch Borith
2009 (set)	Doação brasileira de US\$ 10 mil ao Camboja, em decorrência dos desastres causados pela passagem da Tempestade Ketsana
2009 (set)	Visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Long Visalo, quando se encontrou com o então Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
2010 (jan)	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL
2010 (mar)	Início de projeto do Fundo IBAS no Camboja, na área de saúde
2010 (nov)	Visita a Phnom Penh do Diretor do Departamento da Ásia do Leste, Min. Francisco Mauro Brasil de Holanda
2010 (dez)	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Rei Norodom Sihamoni
2011 (mai)	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo visita o Brasil. Assinatura dos dois primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.
2011 (dez)	Doação brasileira de US\$ 100 mil ao Camboja, como forma de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho
2012 (mar)	Visita da Sra. SGAP II ao Camboja e assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais. Camboja apoia o Brasil tornar-se parceiro de diálogo da ASEAN
2012 (nov)	Sra. SGAP-II retorna ao Camboja para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da ASEAN
2013 (jan)	Conclusão do projeto financiado pelo Fundo IBAS, com a construção do Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas.

ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015

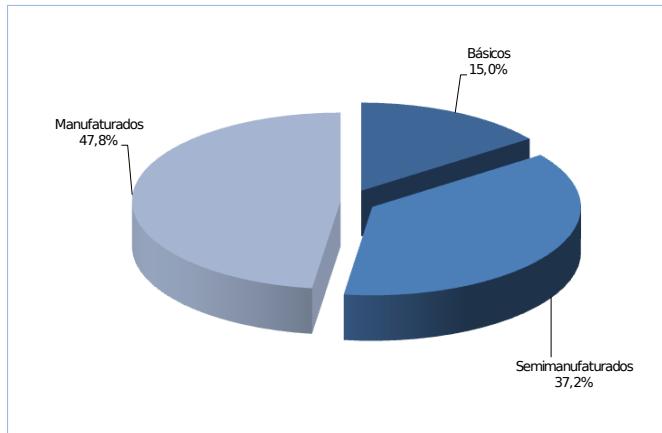
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

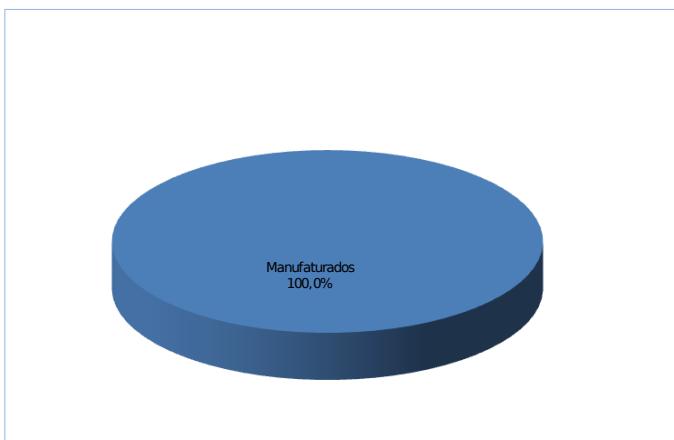


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para o Camboja (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Couro bovino preparado	623	4,6%	1.127	31,9%	1.402	23,6%
Tabaco não manufaturado	3.900	28,6%	740	21,0%	789	13,3%
Transformadores e conversores elétricos	0	0,0%	0	0,0%	722	12,1%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	0	0,0%	74	2,1%	564	9,5%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	62	0,5%	359	10,2%	551	9,3%
Tecidos de algodão com fibras sintéticas, peso superior a 200gr	0	0,0%	0	0,0%	237	4,0%
Sucos de frutas	348	2,6%	223	6,3%	215	3,6%
Couros ovinos preparados	0	0,0%	19	0,5%	183	3,1%
Tratores	0	0,0%	0	0,0%	161	2,7%
Pneus novos	95	0,7%	176	5,0%	157	2,6%
Subtotal	5.028	36,9%	2.718	77,0%	4.981	83,8%
Outros	8.599	63,1%	813	23,0%	962	16,2%
Total	13.627	100,0%	3.531	100,0%	5.943	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

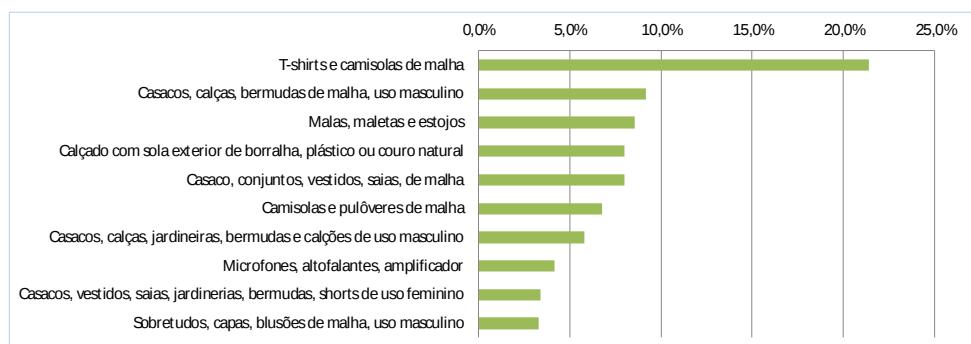


Composição das importações brasileiras originárias do Camboja (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
T-shirts e camisolas de malha	3.516	11,0%	5.073	12,7%	5.219	21,4%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	1.645	5,1%	2.606	6,5%	2.234	9,2%
Malas, maletas e estojos	103	0,3%	537	1,3%	2.096	8,6%
Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural	5.717	17,8%	10.760	26,9%	1.956	8,0%
Casaco, conjuntos, vestidos, saias, de malha	3.918	12,2%	3.064	7,7%	1.954	8,0%
Camisolas e pulôveres de malha	2.928	9,1%	1.365	3,4%	1.651	6,8%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	3.646	11,4%	2.931	7,3%	1.418	5,8%
Microfones, altofalantes, amplificador	386	1,2%	1.181	3,0%	1.019	4,2%
Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino	344	1,1%	2.087	5,2%	827	3,4%
Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino	535	1,7%	405	1,0%	804	3,3%
Subtotal	22.738	70,9%	30.009	75,0%	19.178	78,6%
Outros	9.335	29,1%	10.018	25,0%	5.208	21,4%
Total	32.073	100,0%	40.027	100,0%	24.386	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Transformadores e conversores elétricos	0	0,0%	267	22,8%	Transformadores e conversores elétricos 22,8%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	206	15,9%	181	15,5%	Máquinas agrícolas para preparação do solo 15,5%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	107	8,3%	119	10,2%	Couros bovinos curtidos ou em crosta 10,2%
Couro bovino preparado	360	27,8%	107	9,1%	Couro bovino preparado 9,1%
Tabaco não manufaturado	131	10,1%	89	7,6%	Tabaco não manufaturado 7,6%
Couros e peles acamurçados	1	0,1%	76	6,5%	Couros e peles acamurçados 6,5%
Compostos derivados de amoníacos	68	5,2%	66	5,6%	Compostos derivados de amoníacos 5,6%
Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha/plástico	32	2,5%	65	5,6%	Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha/plástico 5,6%
Pneus novos	0	0,0%	44	3,8%	Pneus novos 3,8%
Medicamentos em doses	25	1,9%	37	3,2%	Medicamentos em doses 3,2%
Subtotal	930	71,8%	1.051	89,9%	
Outros	365	28,2%	119	10,1%	
Total	1.295	100,0%	1.170	100,0%	
Importações brasileiras					
T-shirts e camisolas de malha	1.936	26,2%	1.588	16,6%	T-shirts e camisolas de malha 16,6%
Outro calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural	139	1,9%	1.233	12,9%	Outro calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural 12,9%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	918	12,4%	1.024	10,7%	Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino 10,7%
Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino	562	7,6%	801	8,4%	Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino 8,4%
Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de tecido	231	3,1%	614	6,4%	Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de tecido 6,4%
Malas, maletas e estojos	135	1,8%	552	5,8%	Malas, maletas e estojos 5,8%
Camisolas e pulôveres de malha	531	7,2%	546	5,7%	Camisolas e pulôveres de malha 5,7%
Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de couro	294	4,0%	540	5,6%	Calçado com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural e parte superior de couro 5,6%
Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino	338	4,6%	420	4,4%	Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino 4,4%
Vestuário e seus acessórios para bebês	109	1,5%	379	4,0%	Vestuário e seus acessórios para bebês 4,0%
Subtotal	5.193	70,4%	7.697	80,5%	
Outros produtos	2.185	29,6%	1.867	19,5%	
Total	7.378	100,0%	9.564	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais indicadores socioeconômicos do Camboja

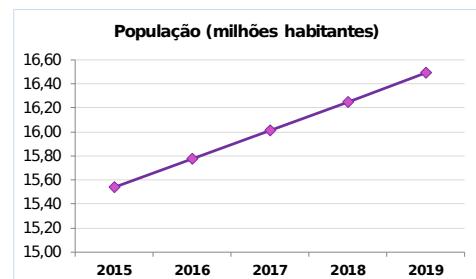
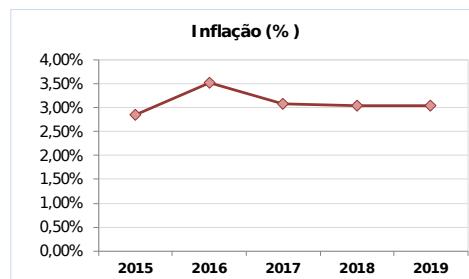
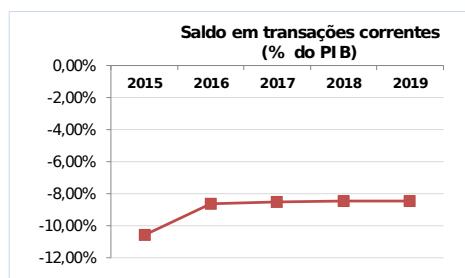
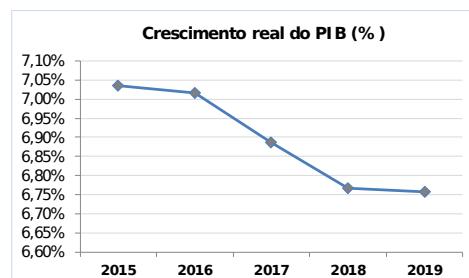
Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,04%	7,02%	6,89%	6,77%	6,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	17,79	19,40	20,95	22,77	24,77
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.145	1.230	1.309	1.401	1.501
PIB PPP (US\$ bilhões)	54,37	58,95	64,41	70,30	76,70
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.498	3.737	4.022	4.325	4.649
População (milhões habitantes)	15,54	15,78	16,01	16,25	16,50
Inflação (%) ⁽²⁾	2,85%	3,53%	3,07%	3,04%	3,04%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-10,60%	-8,65%	-8,54%	-8,48%	-8,45%
Dívida externa (US\$ bilhões)	9,32	10,51	11,88	13,51	n.d.
Câmbio (CR / US\$) ⁽²⁾	4,05	4,05	4,15	4,11	n.d.
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			26,7%		
Indústria			29,8%		
Serviços			43,5%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2017 e da Cia Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

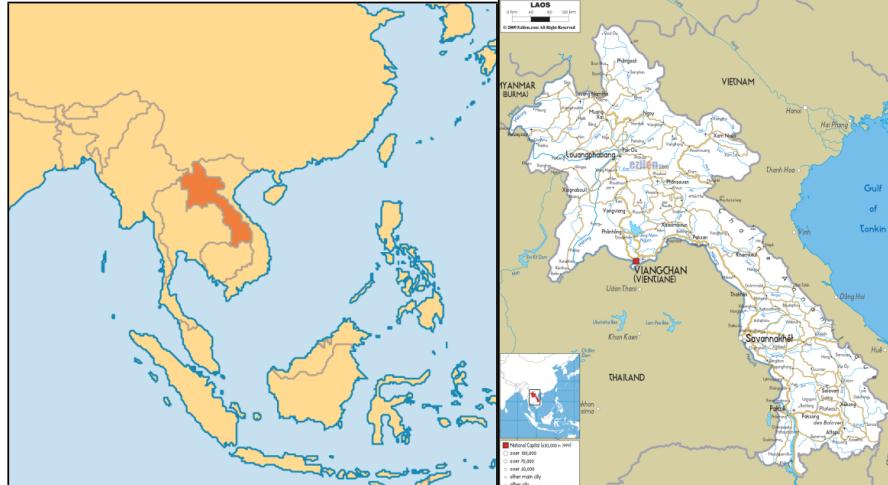
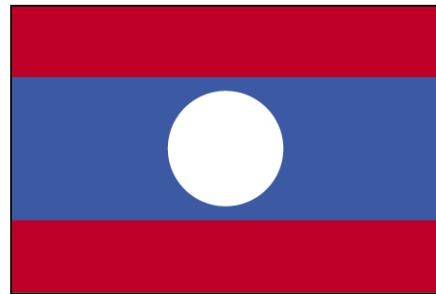
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LAOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2017

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular Democrática do Laos
GENTÍLICO	Laociano
CAPITAL	Vientiane
ÁREA	236.800 km ²
POPULAÇÃO (2016)	7,09 milhões
IDIOMAS	Laociano (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (65%); animistas (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República socialista de partido único
PODER LEGISLATIVO	Assembléia Nacional Unicameral ou Sapha Heng Xat (132 cadeiras, membros escolhidos de lista do Partido Revolucionário do Povo do Laos diretamente em eleições de maioria simples; servem por 5 anos).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bounnhang Vorachith (desde 20 abr/2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Thongloun Sisoulith (desde 20 abr/2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ministro Saleumxay Kommasith (desde 20 abr/2016)
PIB nominal (EST. 2017):	US\$ 14,97 bilhões
PIB PPP (EST. 2017):	US\$ 44,64 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (EST. 2017):	US\$ 2.051
PIB PPP <i>per capita</i> (EST. 2017):	US\$ 6.116
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	7,45% (2015); 6,94% (2016); 6,79% (estimativa 2017)
IDH	0,586, 138º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,711) (PNU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	66,6
ALFABETIZAÇÃO (2016)	79,9%
DESEMPREGO (2016)	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Kip
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há. Registram-se contatos por meio da Embaixada do Brasil em Bangkok e da Embaixada do Laos em Havana.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Menos de 10 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LAOS (US\$ mil) (fonte: MDIC)										
BRASIL - LAOS	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	54,8	6	242	245	296	242	2.936	1.623	587	723
Exportações	54,8	5	231	146	31	9	273	379	205	606
Importações	0	1	11	99	264	233	2.663	1.244	381	116
Saldo	54,8	4	220	47	-233	-224	-2.390	-865	-176	490

DASEAN, elaborado em 25/05/2017

APRESENTAÇÃO

Independente em 1954, o Laos localiza-se no Sudeste Asiático e tem 7 milhões de habitantes. O país não tem saída para o mar e apresenta rede pouco desenvolvida de transportes e comunicações, sendo a agricultura de subsistência a base de sua economia. Embora seja considerado País de Menor Desenvolvimento Relativo, tem apresentado crescimento médio de 7% na última década. É a menor economia entre os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

PERFIS BIOGRÁFICOS

BOUNNHANG VORACHITH**Presidente da República e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos**

Nasceu em 15 de agosto de 1938, em Savannakhet, no oeste do Laos. É casado e tem cinco filhos, um dos quais foi eleito membro alternativo do Comitê Central do Partido Revolucionário do Povo do Laos (PRPL). Estudou ciências políticas no Vietnam, em 1978.

Vorachith entrou no movimento revolucionário laociano em 1952 e trabalhou para a Unidade de Propaganda das Forças Armadas. Passou por diversos cargos dentro da hierarquia do PRPL, sendo um de seus membros mais destacados ao longo da história laociana. Foi prefeito de Vientiane, capital do país, de 1993 a 1996. Serviu como vice-primeiro-ministro de 1996 a 2001, primeiro-ministro de 2001 a 2006, vice-presidente de 2006 a 2016, sendo eleito presidente e secretário-geral do Partido Revolucionário do Povo do Laos em 2016.

Vorachith é o último membro da primeira geração do partido a ainda estar no governo. Indicou interesse em promover renovação do PRPL e em alçar as novas lideranças do partido a cargos de maior importância.

THONGLOUN SISOULITH
Primeiro-Ministro



O primeiro-ministro Thongloun Sisoulith nasceu em 1945, na província de Houaphan, principal centro do movimento revolucionário comunista. É casado com a filha do líder revolucionário Phoumi Vongvichit, ex-presidente interino, com quem tem dois filhos e uma filha. É budista.

Formou-se em História; obteve mestrado em Lingüística e Literatura em São Petersburgo; e o título de PhD em Filosofia, em Moscou. Domina cinco idiomas (entre eles, inglês, russo e vietnamita).

É parte da geração de intelectuais laocianos formados na União Soviética.

Foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros (1987-92); ministro do Trabalho e Bem-Estar Social (1993-97); e membro da Assembleia Nacional (1998-2000). Em 2001, foi nomeado vice-primeiro-ministro, presidente do Comitê de Planejamento e Cooperação e do Comitê de Investimento e Cooperação, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. Assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em 2006.

Esteve no Brasil em agosto de 2007, para participar da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

Em 2016, tornou-se primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Laos ainda não desenvolveram o potencial de suas relações, estabelecidas em 13 de julho de 1995. Em 24 de julho de 1996, foi criada a Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok. Situa-se em Havana a única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane.

Há escasso fluxo de visitas bilaterais. Do lado laociano, o vice-primeiro-ministro, Somsavat Lengsavad, visitou o Brasil em junho de 2012, para participar da Conferência Rio+20, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente Michel Temer. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Samsongsak, chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em 2008. O então ministro dos Negócios Estrangeiros, atual Primeiro-Ministro, Thongloun Sisoulith, participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, e manteve, então, encontro bilateral com o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Do lado brasileiro, a então subsecretária-geral de Assuntos Políticos II do Ministério das Relações Exteriores (SGAP-II), embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visitou o Laos em março de 2012 e manteve encontros com os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros; da Agricultura e Florestas; de Planejamento e Investimentos; e de Minas e Energia. Com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak, assinou os dois primeiros instrumentos bilaterais: o Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e o Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas (o mecanismo reuniu-se pela primeira vez naquela ocasião). Em outubro de 2008, o então SGAP-II, embaixador Roberto Jaguaribe visitou o Laos, para realizar consultas de alto nível.

Houve iniciativa de cooperação brasileira, por meio do Fundo IBAS (de Índia, Brasil e África do Sul), no projeto de irrigação, que inclui a construção de eclusa para manejo integrado da bacia do Rio San (Nam Xan), na Província de Bolikhamxay. A cerimônia de lançamento do projeto foi realizada em 2012, tendo sido a obra concluída em 2015. O Laos tem interesse em iniciativa brasileira no campo da educação básica e da infraestrutura escolar, especialmente no combate à desnutrição pela rede escolar. Em dezembro de 2016, foi expresso ainda interesse laociano em negociar instrumento bilateral no campo da cooperação esportiva.

A aproximação do Brasil com a ASEAN apresenta oportunidade adicional para a intensificação das relações bilaterais. O Laos também tem-se beneficiado de

programas oferecidos pelo Brasil em escala regional. No âmbito do relacionamento Brasil-ASEAN, o Laos participou do I Curso para Diplomatas da ASEAN, em agosto de 2012, no Rio de Janeiro e em Brasília. No âmbito do FOCALAL, o Laos participou da 3^a edição do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, em maio de 2011, em São Paulo.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no Laos é prestada pela Embaixada em Bangkok, na Tailândia, uma vez que não há representação residente do Brasil no Laos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Laos.

POLÍTICA INTERNA

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupou a Indochina francesa, que, desde 1883, incluía o território laociano, e utilizou a região como base de operações contra as potências aliadas. Em 1949, em convenção assinada com a França, o Laos tornou-se Estado associado à União Francesa. Somente em 1954, o país conquistou a independência plena, na forma de monarquia constitucional.

Após a independência, o país passou por guerra civil, durante a qual se opuseram as forças reais (apoiadadas pelos EUA) e a insurreição comunista. Nesse contexto, o Laos envolveu-se na Guerra do Vietnam, tendo sido então intensamente bombardeado pelos Estados Unidos. Em 1975, com a vitória da insurreição comunista, a monarquia foi derrubada e instalou-se regime ligado à URSS e ao Vietnam.

Desde meados da década de 1980, o país tem promovido lenta liberalização da economia e a retomada de relações comerciais com países ocidentais, em movimento semelhante ao realizado por países como a China e o Vietnam. Embora o Laos não tenha promovido reformas políticas com a mesma amplitude das econômicas, o regime laociano tem fundamentado sua legitimidade na promoção do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições de vida da população. O governo laociano espera, até 2020, superar seu atual status de País de Menor Desenvolvimento Relativo e atingir a classificação de País de Renda Média, o que, segundo analistas, poderá acontecer em 2024, caso sejam mantidas as taxas de crescimento atuais. O Banco Mundial reconhece a expressiva redução da pobreza alcançada pelo Estado laociano na última década. Segundo a instituição, o índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza diminuiu de 33,6% para 23,4% na última década.

A ascensão do ex-chanceler Thongloun Sisoulith à frente do governo laociano, em abril de 2016, imprimiu novo ímpeto ao processo de renovação dos quadros políticos do Partido Popular Revolucionário Laociano. O combate à corrupção e a regularização da atividade madeireira, um dos principais vetores da aceleração do desmatamento do país, são as principais bandeiras políticas do novo governo.

O Poder Legislativo do Laos é unicameral (Assembleia Nacional). O Chefe de Estado é o Presidente, eleito pela Assembleia Nacional com ao menos dois terços de votos. A duração de seu mandato, bem como daquele dos membros da Assembleia Nacional, é de 5 anos. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que é designado pelo Presidente, com a aprovação da Assembleia Nacional. A Corte Suprema Popular é o maior órgão judicial do Estado.

O país é dividido em províncias, municipalidades, distritos e vilas, que contam com razoável autonomia, em boa parte devido a carências de infraestrutura, que dificultam a comunicação com o governo central.

POLÍTICA EXTERNA

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. Embora continue ainda muito dependente da cooperação externa, a abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, ambas iniciadas na década de 1990, após a dissolução da URSS, têm permitido que a economia cresça a taxas significativas nos últimos anos.

Principais relações bilaterais

Vietnam

O Vietnam é importante aliado político do regime laociano. Há relações estreitas entre o Vietnam e o Laos, em razão: (i) do percurso político semelhante que caracteriza a história recente dos dois países; e (ii) das relações pessoais historicamente estabelecidas entre um dos líderes da revolução laociana, Kaysone Phomvihane (falecido em 1992), e líderanças vietnamitas. Os dois governos têm identidade de posições em muitas áreas e mantêm estreita cooperação, sendo os treinamentos, financiamentos e investimentos oferecidos pelo Vietnam reciprocados por facilidades de acesso a recursos naturais do Laos. Laos e Vietnam regularizaram suas fronteiras com grande esforço entre 1977 e 2007, eliminando, assim, elemento de discórdia importante em seu relacionamento. A corrente de comércio bilateral manteve-se modesta, mas registrou salto notável entre 2015 (US\$ 662,83 milhões) e 2016 (US\$ 1,12 bilhão).

China

A China tem ganhado destaque na política externa laociana, e sua participação como país de origem dos investimentos no Laos tem crescido consistentemente. Em dezembro de 2016, por exemplo, foi lançada a pedra fundamental da ferrovia que deverá conectar Vientiane à província chinesa de Yunnan. O projeto, realizado em conjunto com a China, constitui o primeiro trecho de eventual conexão terrestre direta entre a China e Singapura. Há, ainda, diversos projetos envolvendo empresas chinesas para a exploração do grande potencial hidrelétrico do país.

EUA

As relações com os EUA foram historicamente dificultadas por discordâncias sobre questões de direitos humanos e pelo histórico de conflito entre os dois países. Cabe recordar que, entre 1964 e 1975, os EUA promoveram 580 mil bombardeios ao

país, para romper canal de fornecimento de suprimentos às forças do Vietnam do Norte. Em termos per capita, estima-se que o Laos tenha sido o lugar mais bombardeado do mundo, e que 30% das bombas ainda não tenham detonado.

As relações bilaterais passam, no entanto, por momento de maior aproximação. Em setembro de 2016, o então presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o Laos, quando reconheceu, pela primeira vez, o papel deletério dos bombardeios ocorridos em território laociano durante a Guerra do Vietnam, que levou o país a ter a maior densidade de minas terrestres ativas em todo o mundo. O gesto para marcar a "new comprehensive partnership" dos EUA com o Laos, como prevista em declaração conjunta, foi o anúncio do aporte de US\$ 90 milhões, em três anos, com o objetivo de financiar a remoção dos estimados 80 milhões de explosivos com risco de detonação acidental, espalhados em mais de 25 por cento do território laociano, bem como programas de apoio a vítimas. Ressalta-se, entretanto, que a intensidade do comércio e dos investimentos norte-americanos no Laos é modesta.

Tailândia

A Tailândia, por sua vez, é o principal parceiro comercial, responsável por mais da metade do comércio exterior do Laos, e importante fonte de investimentos. Tem, ademais, expressiva influência cultural, à qual muito contribuem as afinidades culturais e religiosas entre as duas populações.

Coreia do Norte

O Laos é parceiro histórico da Coreia do Norte e, em fevereiro de 2016, os dois países declararam, no contexto de encontro entre os Secretários-Gerais dos respectivos partidos comunistas, a intenção de reforçar a cooperação bilateral.

Temas multilaterais

A respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Laos defende a ampliação de membros permanentes e não-permanentes e apoia os pleitos de Alemanha, Índia e Japão. Demonstra ter simpatia pelo pleito brasileiro, sem declaração formal de apoio.

O Laos tornou-se membro da OMC em fevereiro de 2013, sendo o último país da ASEAN a aderir à organização. O país apresentou seu pedido de acesso à Organização em julho de 1997, tendo o Conselho Geral da OMC criado grupo de trabalho, do qual o Brasil fez parte a esse respeito em fevereiro de 1998.

O Laos tornou-se membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997, juntamente com Myanmar. Por seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado, como, por exemplo, prazos mais

elásticos de desgravação de seu comércio. Em 2016, o Laos exerceu a presidência rotativa da ASEAN.

Como mais recente membro da Associação e país com menor grau de desenvolvimento relativo, o Laos possui especial sensibilidade à necessidade de diluir as assimetrias do bloco. Assim, a presidência laociana empenhou-se em destacar a importância da conectividade entre os países da Associação, além de incluir o tema na XI Cúpula da Ásia do Leste, no contexto da qual foi firmada a Declaração de Vientiane sobre Promoção de Cooperação para o Desenvolvimento da Infraestrutura na Ásia do Leste. Nesse contexto, o país procurou afirmar-se como potencial plataforma logística entre a China e o Sudeste Asiático e como fornecedor de energia para a região, por meio da exploração da capacidade hidrelétrica dos seus rios.

Direitos Humanos

Quando do exame pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em janeiro de 2015, o Brasil constituiu, conjuntamente com o Catar e a Costa do Marfim, grupo de relatores do 2º ciclo da RPU do Laos. Na oportunidade, a delegação brasileira expressou satisfação com a ratificação pelo Laos, em 2012, da Convenção contra a Tortura e recomendou a ratificação da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Laos é a menor economia da ASEAN, classificado como País de Menor Desenvolvimento Relativo, sem saída para o mar e com rede rudimentar de transportes e de comunicações. A economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega cerca de 80% da população. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas. Tem crescido, ademais, a importância da mineração (cobre, ouro e prata) e do turismo.

Segundo relatório do Banco Mundial, o Laos apresenta um dos mais expressivos índices de crescimento econômico da Ásia e do Pacífico. A economia cresce a uma taxa média superior a 7% desde 2004. O setor privado cresceu, os investimentos estrangeiros têm aumentado expressivamente e já se registra escassez de mão de obra qualificada.

A exploração do potencial hidrelétrico do Laos tem sido a base para o desenvolvimento econômico do país. O território conta com cerca da metade do potencial aproveitável do rio Mekong. As hidrelétricas laocianas são responsáveis pelo fornecimento de energia à Tailândia e ao Vietnam, que dependem fortemente desse aporte. A conclusão da termelétrica de Hongsa – localizada no oeste do país, nas proximidades da fronteira com a Tailândia – deverá ampliar em 30% a capacidade laociana de produção de energia elétrica. A nova planta exportará para a Tailândia 80% da energia lá produzida

O país tem promovido diversas medidas visando à reformulação econômica e liberalização comercial, seguindo a linha adotada pela China e pelo Vietnam. A adesão do Laos à OMC, em fevereiro de 2013, tornou o país mais atrativo para o investimento estrangeiro direto (IED). Ressalte-se, contudo, que o país continua muito dependente da ajuda externa, que financia mais de 50% do orçamento anual laociano.

Em 2016, a China ultrapassou a Tailândia como o maior investidor estrangeiro no país, que conta também com expressivos investimentos de empresas vietnamitas, australianas, japonesas e francesas. Merece destaque o projeto, recentemente aprovado, de interligação ferroviária Laos-China (Vientiane-Kunming), cujo valor estima-se em US\$ 7 bilhões.

Os principais parceiros comerciais do Laos são Tailândia, China e Vietnam, que absorvem quase 70% de suas exportações e fornecem quase 90% das importações do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Início do protetorado francês
1945	Ocupação japonesa
1946	Retomada pelos franceses
1950	Laos ganha autonomia relativa como um Estado associado da União Francesa
1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960s	Bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção de regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo)
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre Laos e Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à ASEAN Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se Presidente Thongloun Sisoulith torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2
2010	Renúncia do PM Bouasone Bounhavanh
2011	Abertura da primeira bolsa de valores
2011	Presidente Choummaly Sayasone é reeleito pelo Parlamento.
2012	Hillary Clinton se torna a primeira Secretária de Estado dos EUA a visitar o Laos em 57 anos.
2012	O Laos aprova a construção de grande barragem na Bacia do Mekong.

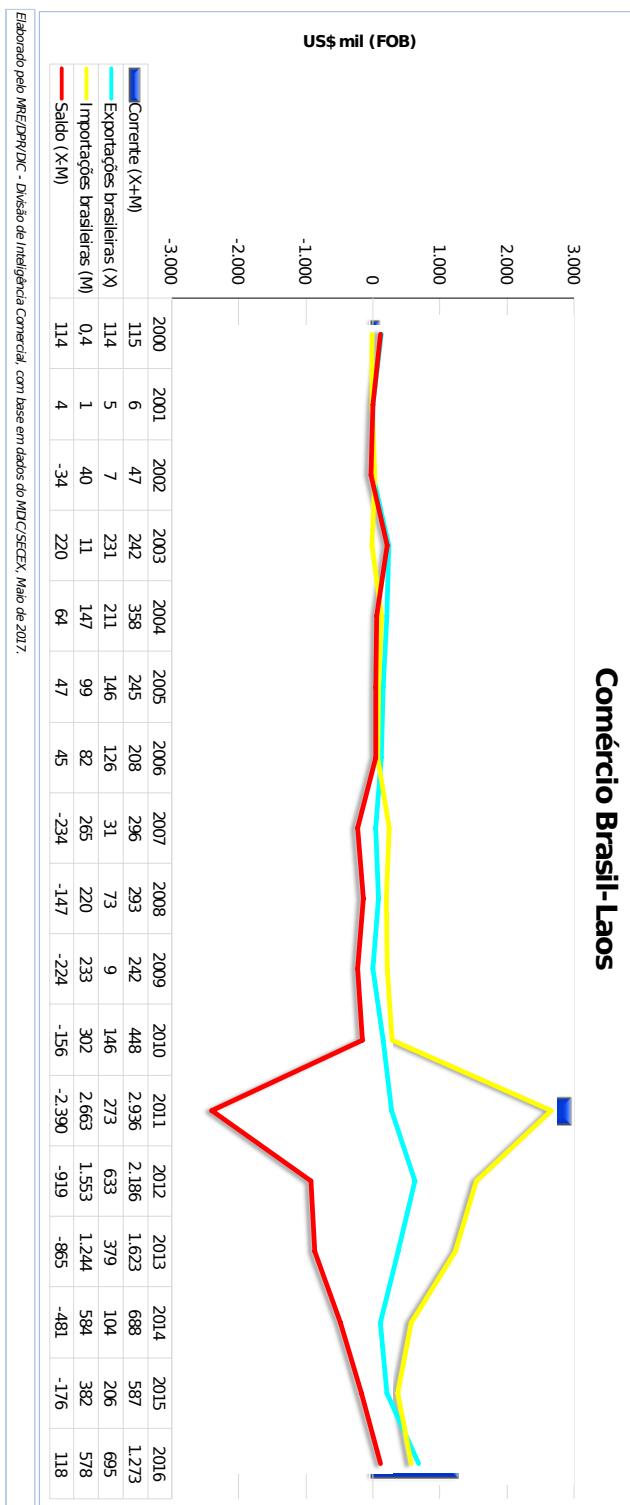
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005	Visita do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro a Vientiane (Enviado Especial do Presidente)
2006	Apresentação de credenciais pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Presidente Khamtay Siphandone, seguida de audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad
2007	Encontro entre o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2008	Visita do Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, para consultas de alto nível. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha.
2010	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, com o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.
2010	Apresentação de credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Presidente Choummaly Sayasone.
2011	Encontro da Sra. SGAP-II com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak, à margem da V Ministerial do FOCALAL.
2012	Visita da Sra. SGAP-II ao Laos, quando são assinados os primeiros instrumentos bilaterais (Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas).
2012	Vice-primeiro-ministro Somsavat Lengsavad visita o Brasil para participar da Rio+20.
2014	O Embaixador Gilberto Fonseca de Moura apresentou credenciais ao Presidente do Laos, Choummaly Sayasone.
2017	Participação do Embaixador Gilberto Fonseca de Moura na cerimônia do 41º aniversário de estabelecimento da República Popular Democrática do Laos.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/03/2012	22/06/2012	22/06/2012

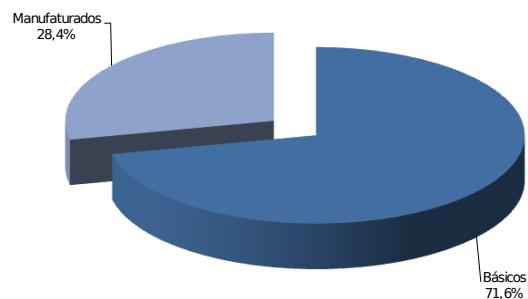
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



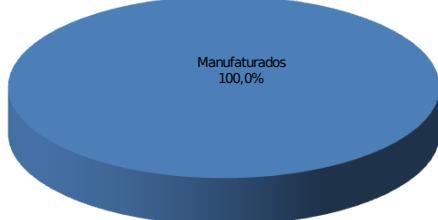
2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	33	51	85	-18
2017 (jan-abr)	607	117	723	490

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



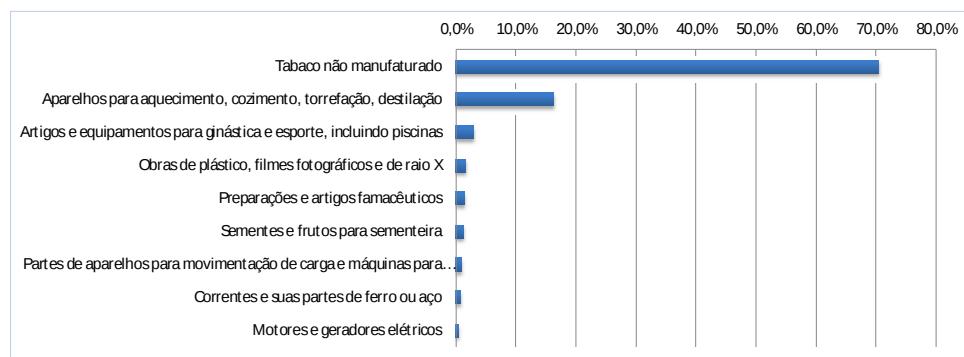
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para o Laos (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco não manufaturado	0	0,0%	0	0,0%	489	70,4%
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	4	3,8%	0	0,0%	112	16,2%
Artigos e equipamentos para ginástica e esporte, incluindo piscinas	0	0,0%	0	0,0%	20	2,9%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	0	0,0%	0	0,0%	11	1,6%
Preparações e artigos farmacêuticos	0	0,0%	0	0,0%	9	1,3%
Sementes e frutos para sementeira	43	41,5%	42	20,6%	9	1,2%
Partes de aparelhos para movimentação de carga e máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	6	0,9%
Correntes e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	14	6,9%	6	0,8%
Motores e geradores elétricos	16	15,3%	13	6,3%	3	0,5%
Ferramentas manuais	17	16,7%	18	8,7%	0	0,0%
Subtotal	80	77,3%	87	42,5%	666	95,8%
Outros	24	22,7%	118	57,5%	29	4,2%
Total	104	100,0%	206	100,0%	695	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

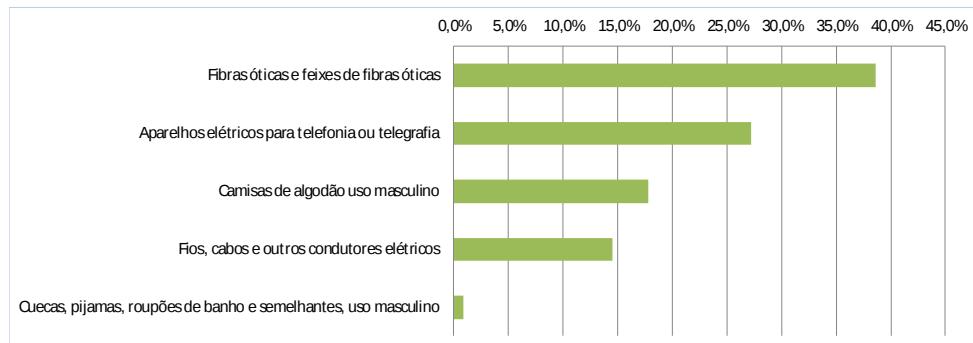


Composição das importações brasileiras originárias do Laos (SH4)
US\$ mil

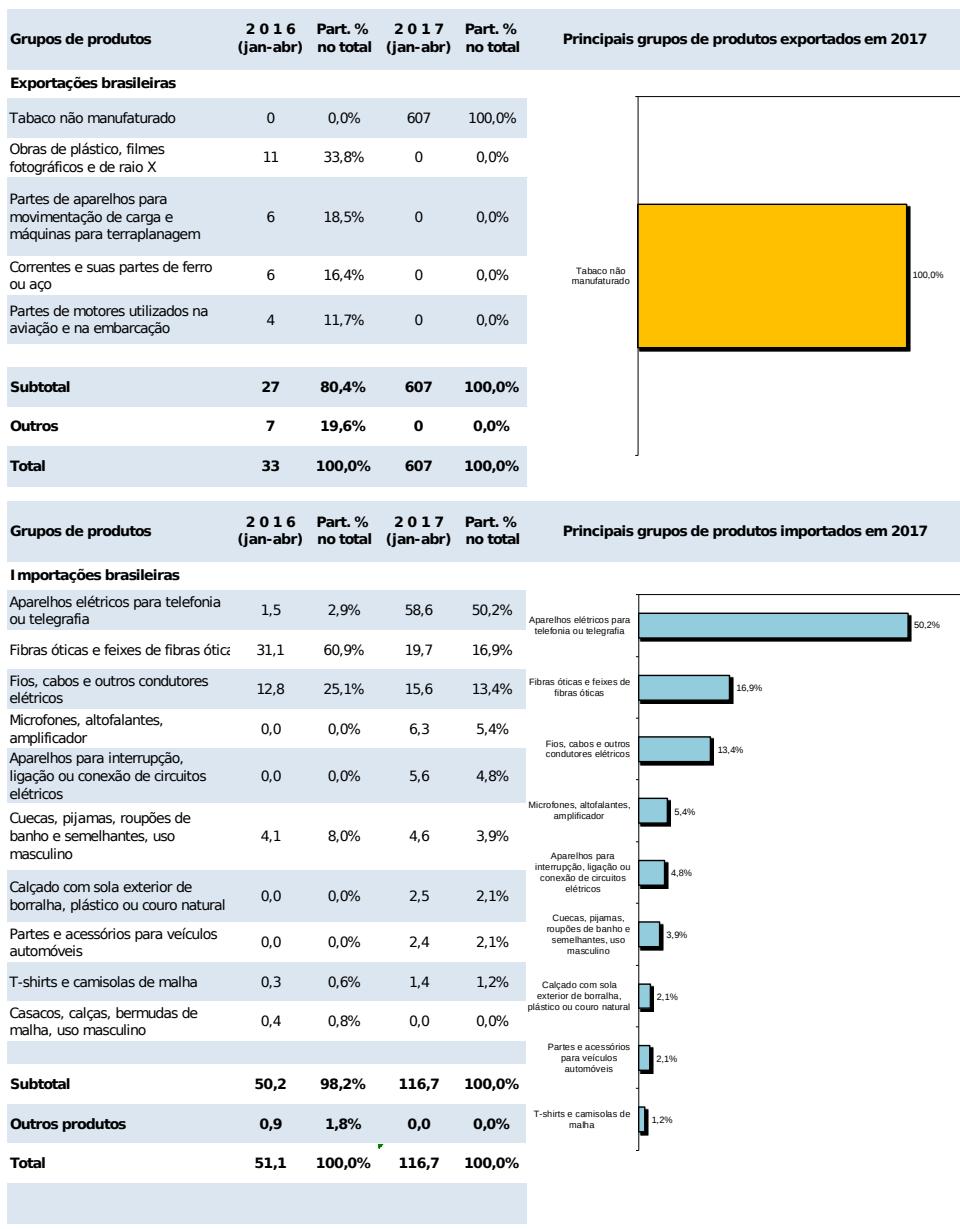
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	0	0,0%	33	8,7%	223	38,6%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	0	0,0%	0	0,0%	157	27,2%
Camisas de algodão uso masculino	160	27,4%	262	68,7%	103	17,8%
Fios, cabos e outros condutores elétricos	77	13,2%	69	18,1%	84	14,5%
Cuecas, pijamas, roupões de banho e semelhantes, uso masculino	1	0,1%	14	3,6%	5	0,9%
T-shirts e camisolas de malha	38	6,5%	0	0,0%	0	0,0%
Camisas de malha, uso masculino	101	17,3%	0	0,0%	0	0,0%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	81	13,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	458	78,3%	378	99,1%	572	99,0%
Outros	127	21,7%	3	0,9%	6	1,0%
Total	584	100,0%	382	100,0%	578	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais indicadores socioeconômicos do Laos

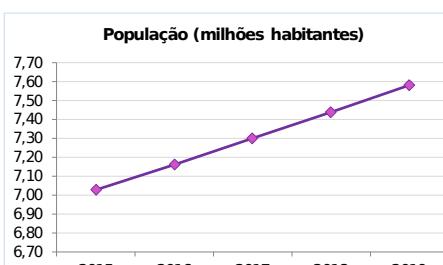
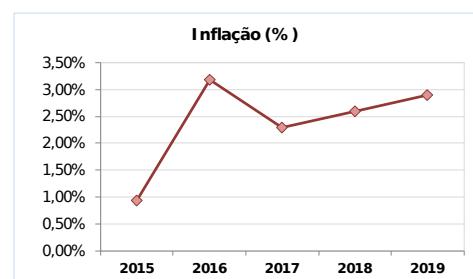
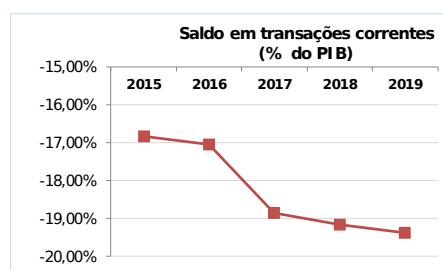
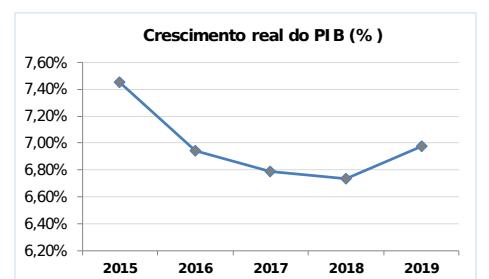
Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,45%	6,94%	6,79%	6,74%	6,98%
PIB nominal (US\$ bilhões)	12,56	13,79	14,97	16,28	17,81
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.787	1.925	2.051	2.189	2.350
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,75	40,90	44,64	48,71	53,25
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.370	5.710	6.116	6.549	7.026
População (milhões habitantes)	7,03	7,16	7,30	7,44	7,58
Inflação (%) ⁽²⁾	0,94%	3,18%	2,30%	2,60%	2,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-16,83%	-17,04%	-18,85%	-19,18%	-19,38%
Câmbio (K / US\$) ⁽²⁾	8,15	8,12	8,20	8,28	n.d.
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			21,3%		
Indústria			32,5%		
Serviços			21,3%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2017 e da Cia Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM BANGKOK,
REINO DA TAILÂNDIA
EMBAIXADOR GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA
(JULHO/2014 - AGOSTO/2017)

Devo concluir, em breve, minha gestão à frente desta missão diplomática, cuja chefia tive a honra e o privilégio de ocupar desde 24 de julho de 2014. Nesta oportunidade, desejo expressar minha satisfação e orgulho de ter exercido os cargos de embaixador do Brasil junto aos Reinos da Tailândia e do Camboja e à República Popular Democrática do Laos, bem como de observador permanente junto à Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (ONU-ESCAP).

2. Externo, aqui, minha gratidão pela confiança em mim depositada pela Presidência da República e pelo então ministro de estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota. Sou igualmente grato aos seus sucessores, embaixadores Luiz Alberto Figueiredo Machado e Mauro Vieira e senadores José Serra Aloysio Nunes Ferreira, por me terem confirmado no cargo.

3. Desejo, igualmente, agradecer a meus antecessores, que me legaram o instrumental para continuar a promover os interesses brasileiros nesses países. Deixarei a chefia desta missão diplomática seguro que minha sucessora, por seus conhecidos méritos pessoais e profissionais, consolidará e ampliará as profícias relações mantidas pelo Brasil com este reino.

4. Durante minha gestão, experimentei um triênio deveras turbulento para a Tailândia. Testemunhei o fim do reinado de sete décadas de Bhumibol Adulyadej, cujo falecimento constitui indubitavelmente marco histórico neste país. Acompanhei, igualmente, a consolidação do regime militar tailandês. Concebido originalmente como uma intervenção provisória, hoje revela ambições, alicerçadas na nova Carta Magna, de manter controle direto ou indireto sobre os destinos do reino por ainda anos. Em suma, o país que em breve deixarei pouco se assemelha àquele que encontrei em 2014.

5. Apesar dos inevitáveis efeitos de tamanhos acontecimentos e mudanças de rumos, a economia tailandesa manteve-se funcional, mesmo se distante de índices admiráveis de crescimento que no passado recente alcançou o governo



permanece empenhado em renovar seu parque industrial por meio do amplo programa de inovação tecnológica 'Tailândia 4.0', o qual abre oportunidade para investidores estrangeiros. A iniciativa adere à estratégia tailandesa de firmar-se como polo logístico de conectividade no Sudeste Asiático continental, no centro da área que mais cresce de toda a ASEAN, e conhecida sob o acrônimo CLMV (Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã).

6. Em que pese o singular contexto político local, estimo que, ao longo de minha permanência em Bangkok, adensaram-se as relações entre Brasil e Tailândia. Esta intensificação manifesta-se, sobretudo, nas primeiras inversões vultosas de empresários nacionais neste país e de investidores tailandeses no Brasil. Evidencia-se, igualmente, na emergência de novos temas na agenda bilateral, como a defesa, e no avanço da cooperação em áreas já identificadas como promissoras, nomeadamente o agronegócio. Envidei, outrossim, esforços para oferecer estratégias com vistas à concessão de continuidade à aproximação do Camboja e do Laos iniciada por meus predecessores.

7. Ao longo dos últimos três anos, ademais, ocorreu uma ampliação sem precedentes do fluxo de turistas brasileiros a este reino. O destacado espaço que a Tailândia alcançou na mídia e no imaginário brasileiros abre espaço - penso - para novos caminhos de atuação diplomática. Traduz-se, também, em uma crescente demanda por serviços consulares.

8. Listo, a seguir, de modo sintético, as ações aqui realizadas desde 2014, os principais desafios a sua execução e minhas sugestões a minha sucessora.

I - SETOR POLÍTICO

9. As restrições impostas pela administração castrense e o retrocesso democrático experimentado na Tailândia exigiram esforços suplementares para o acompanhamento adequado da política interna do reino, cujas grandes decisões costumam emergir dos bastidores. Assim, julguei essencial ampliar o escopo da interlocução do posto com legisladores tailandeses, membros da burocracia local, alto empresariado, jornalistas, acadêmicos e formadores de opinião, com eles mantendo agenda sócio-profissional muito intensa e promovendo diversos eventos, sobretudo na Residência, que se tornou instrumento de trabalho essencial no novo contexto tailandês. Tendo em

conta os sinais de um aprofundamento dos constrangimentos em vigor à livre expressão, recomendo que esta Missão Diplomática dê continuidade a essa estratégia.

10. As relações entre Brasil e Tailândia permanecem fluídas e amistosas, empenhando-se os dois países em traduzir suas muitas semelhanças e desafios comuns em ações concretas para benefício mútuo. Fortaleceram o diálogo a decisão brasileira de abordar a degradação da situação dos direitos humanos neste reino exclusivamente no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, bem como a continuidade dos esforços tailandeses em fomentar relações com parceiros não-tradicionalis. Às dificuldades encontradas, desde o Golpe Militar de 2014, nas relações entre Bangkok e as capitais ocidentais, acresce-se o ceticismo quanto à crescente presença chinesa neste país. A projeção do adensamento dos laços com Moscou ou a receptividade à ofensiva diplomática da Aliança do Pacífico ilustram este desejo por interlocuções alternativas.

11. No campo do intercâmbio de visitas de alto nível, permito-me assinalar para a importância do deslocamento a este reino, em setembro de 2016, do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. Do lado tailandês, viajaram ao Brasil: em 2016, o vice-primeiro-ministro, general Tanasak Patimapragorn, e a ministra do Turismo e Esportes, Kobkarn Wattanavrangkul, que celebrou Memorando de Entendimento na área de turismo; e, em 2017, o ministro de Energia, general Anantaporn Kanjanarat. Destaco, ademais, visita a título privado da princesa real Maha Chakri Sirindhorn ao país. Com isso, todos os principais membros da atual família real, inclusive o atual monarca, já estiveram no Brasil.

12. Em relação aos mecanismos bilaterais, realço a inauguração, em junho de 2015, das Consultas Políticas, realizadas em Brasília, em nível de subsecretário-geral. Quanto às relações interparlamentares, destaco a excelente interlocução mantida pela Embaixada com o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Tailândia, formado em 2015 na Assembleia Nacional Legislativa (ANL). A agremiação vem sempre prestigiando colegas brasileiros em visita a esta capital. Seus membros assinalam frequentemente o potencial das relações bilaterais. Nesse contexto, o presidente da ANL expressou desejo de visitar, em breve, o Brasil.



13. Em 2019, os dois países celebrarão 60 anos de relações diplomáticas. A exemplo do que comumente tem sido explorado por outros parceiros, a efeméride poderia ensejar visita de alto nível de autoridade brasileira à Tailândia. Registro que nunca houve visita de chefe de estado brasileiro a este país e que há expectativa local de retribuição da visita realizada pelo chanceler tailandês ao Brasil, em 2012. Outras ocasiões poderiam ser igualmente utilizadas para aproximação bilateral em alto nível: a cremação do rei Bhumibol Adulyadej, no final de outubro vindouro; a coroação de Rama X, prevista, a princípio, para início de dezembro próximo; e o exercício pela Tailândia, em 2019, da presidência rotativa da ASEAN. Poderiam ainda ser cogitadas a visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Cooperativas da Tailândia, em reação a convite formulado pelo ministro Maggi, e missão do ministro da Defesa brasileiro à Tailândia, em resposta a convite formulado por seu contraparte local.

14. No tocante aos mecanismos bilaterais, aguarda-se reação tailandesa à proposta brasileira de inaugurar, em outubro deste ano, o Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos. O lado tailandês deverá propor a realização, em Bangkok, da Segunda Reunião de Consultas Políticas, de modo a manter a frequência bienal do mecanismo. Deverá, ainda, sugerir data para a Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Tailândia, cuja última edição ocorreu em Brasília, em 2012.

15. Na esfera interregional, realço a reiterada disposição tailandesa em estimular a interação brasileira com a ASEAN. Diversos interlocutores do governo local aludiram à possibilidade de o Brasil estabelecer diálogo setorial com o bloco regional. Sublinho, igualmente, o interesse tailandês no BRICS, manifesto na possível participação do primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha na nona cúpula do agrupamento, realizada na cidade chinesa de Xiamen. A atenção dedicada pelo governo local também motivou-me a capitanejar a criação do Grupo BRICS-Bangkok, reunindo os chefes de Missão Diplomática dos cinco países com o objetivo de aqui promover ações concertadas.

16. Finalmente, no contexto multilateral, cabe observar os esforços tailandeses em alcançar resultados nos segmentos do combate ao tráfico de pessoas, do comércio de animais silvestres, das mudanças climáticas e da saúde - incluindo aqui estreita parceria com o Brasil no âmbito da UNAIDS. Em 2016, o país presidiu o G77, ampliando sua visibilidade na

ONU. A administração castrense objetiva, assim, mitigar as máculas sobre sua imagem internacional, especialmente expostas no quadro das Nações Unidas, em razão dos constrangimentos em vigor neste país sobre os direitos civis e políticos. Em 2016, Bangkok viu frustradas suas ambições de ocupar vagas não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas e no Conselho de Direitos Humanos da organização.

II - SETORES ECONÔMICO, DE PROMOÇÃO COMERCIAL E DE AGRICULTURA

PANORAMA ECONÔMICO

17. Em paridade de poder de compra, a Tailândia é a 21a economia do mundo (PIB PPP em 2016 estimado em cerca de US\$ 1,2 trilhão). Nas últimas décadas, o país experimentou sólidas taxas de crescimento e conquistou significativa redução da pobreza. Em 2011, foi elevado pelo Banco Mundial da categoria de baixa renda média para a de alta renda média (PIB PPP per capita, em 2016, estimado em US\$ 16,8 mil). Entretanto, esse crescimento desacelerou em anos recentes, em função principalmente do desaquecimento da economia global e de anos de instabilidade política doméstica.

18. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo governo militar para implementar um programa econômico ambicioso, que possibilite à Tailândia escapar da "armadilha da renda média" e desenvolver atividades baseadas em inovação, os fundamentos são resilientes e, em 2016, o crescimento real do PIB voltou a patamar superior a 3% ao ano (3,2%, frente à 2,9% em 2015 e 0,9% em 2014). O país conta com infraestrutura relativamente bem desenvolvida, conectividade, baixíssimos índices de inflação (0,2% em 2016) e desemprego (0,9% em 2016), endividamento público e externo em patamares razoáveis e políticas pró-investimento.

19. A economia depende em larga medida do mercado externo: exportações representam cerca de dois terços do PIB, e a receita da indústria turística cerca de 10%. As exportações compreendem principalmente eletroeletrônicos, auto partes, 'commodities' agrícolas e alimentos processados. Os principais parceiros comerciais são China, EUA e Japão. Indústria e serviços correspondem a cerca de 90% do PIB. Por seu turno, o setor agrícola - apesar de responder por apenas



10% da economia - emprega mais de um terço da força de trabalho e tem grande importância política.

20. Camboja e Laos são economias significativamente menores, ocupando, respectivamente, a 106a (PIB PPP US\$ 58,94 bilhões em 2016) e a 114a (PIB PPP US\$ 40,96 bilhões em 2016) posição no 'ranking' global. Apresentam, no entanto, expressivas taxas de crescimento em trajetória perene: superiores a 8% ao ano, de 2000 a 2010, e a 7% anuais, desde 2011, no caso cambojano; e 6% ao ano, de 1988 a 2008, e cerca de 8% anuais, na última década, no caso do Laos.

21. Ambos os países seguem, a despeito de seu crescimento, como dois dos países mais pobres da Ásia. No caso do Camboja, mais de 2,5 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1,2 por dia; 37% das crianças com menos de cinco anos sofrem de má-nutrição crônica. O Laos segue com grande desequilíbrio entre geração de renda e emprego da força de trabalho: a agricultura, dominada pelo cultivo de arroz, representa 25% do PIB, porém emprega 73% da população ativa. Além disso, os investimentos mais expressivos na economia laosiana são totalmente dependentes de capital estrangeiro, principalmente chinês.

22. Os governos dos dois países têm envidado grandes esforços para conquistar sua "graduação" no sistema de classificação de renda do Banco Mundial, principalmente com fins de legitimação política. O Camboja foi formalmente elevado de país de renda baixa para de baixa renda média em 2016. No caso do Laos, a graduação deverá ocorrer nos próximos anos. Tais reclassificações trarão grandes efeitos práticos, particularmente a necessidade de transição (o chamado "hand-over") das responsabilidades - financeiras e de recursos humanos - hoje arcadas por agências de assistência internacional (doadores bilaterais e multilaterais) para os próprios governos.

RELAÇÕES BILATERAIS

23. Após acelerado crescimento até cinco anos atrás (em 10 anos, entre 2000 e 2010, a corrente de comércio tornou-se oito vezes maior), o comércio bilateral entre o Brasil e a Tailândia tem oscilado entre cerca de US\$ 3 e 4,5 bilhões ao ano. Para 2017, espera-se montante acima de US\$ 3,5 bilhões. As variações devem-se principalmente a variação nas importações da Tailândia pelo Brasil. As exportações brasileiras mantêm patamares elevados e podem atingir, este

ano, seu recorde histórico, superando US\$ 2 bilhões. O comércio é bastante equilibrado e, em 2015, houve reversão do saldo: de um déficit de cerca de US\$ 350 milhões em desfavor do Brasil, em 2014, passou-se a superávit de US\$ 370 milhões, em 2016. Neste ano, o superávit acumulado de janeiro a julho já ultrapassa US\$ 345 milhões.

24. O expressivo comércio bilateral mantém o Brasil como principal parceiro da Tailândia na América Latina, representando 30% da corrente do país com o subcontinente. O México figura muito próximo na segunda posição, representando cerca de 28%, porém com balança bastante deficitária em seu desfavor. O Brasil é, assim, indubitavelmente o principal fornecedor da Tailândia na América Latina, responsável por mais de 52% das exportações do subcontinente para este país. Entretanto, a América Latina como um todo ainda é pouco explorada pela Tailândia: representa apenas 3% de sua corrente total.

25. Pelo outro lado, a Tailândia não mais ocupa primeira posição isolada como principal parceira do Brasil na ASEAN - como até poucos anos atrás -, em função do crescimento da participação relativa de outros países do sudeste asiático. Segue, de toda forma, praticamente em "empate técnico" pelo primeiro posto: em 2016, representou 18,5% da corrente do Brasil com o Bloco, frente a 19,5% registrado com Singapura e 20,5% com a Indonésia; entre janeiro e julho de 2017, a participação da Tailândia na corrente da ASEAN com o Brasil foi de 19,5%, frente à participação de cerca de 21% registrada tanto por Singapura quanto Malásia. No grupo dos cinco principais parceiros do Brasil na ASEAN, hoje, figura também o Vietnã, com participação relativa sólida em 18%.

26. O comércio bilateral Brasil-Tailândia baseia-se principalmente em produtos "business-to-business" (B2B), integrando as cadeias de valor dos dois países. No caso das exportações brasileiras, concentra-se ainda sobremaneira no complexo da soja, que responde por 78,5% da pauta. A soja brasileira é utilizada, na Tailândia, basicamente como ração animal ou insumo na indústria alimentícia local. O segundo grupo da pauta (5%) consiste em produtos da indústria siderúrgica e metalúrgica, igualmente utilizados como insumos na Tailândia, seguido por auto partes (5%) e couros (3%). Auto partes é o principal produto importado pelo Brasil da Tailândia, evidenciando, assim, ainda mais a integração de cadeias de suprimento - especialmente tendo em vista a presença de montadoras multinacionais em ambos os países. A



pauta, do lado tailandês, é significativamente mais diversificada: após auto partes (30,5%), seguem eletroeletrônicos e componentes de telefonia/recepção (17%), borracha e derivados (14%), têxteis (2,5%), equipamentos de refrigeração (2,5%) e plásticos (2,5%).

27. Nos anos mais recentes, a relação econômica bilateral deu importante sinal de amadurecimento, com a passagem de uma dinâmica estritamente comercial para uma de investimentos recíprocos. O principal marco foi a entrada da BRF Brasil Foods no mercado tailandês, em janeiro de 2016, por intermédio de investimento de US\$ 360 milhões e aquisição de unidade local que emprega 9 mil trabalhadores. Igualmente mantêm operações expressivas na Tailândia subsidiária da Jacto, de implementos agrícolas (receita anual de cerca de US\$ 7 milhões); e o consórcio QGI - Queiroz Galvão IE SA, para montagem de plataformas de petróleo. A Tailândia igualmente expandiu sua rede de investimentos no Brasil, com destaque para: o gigante hoteleiro Minor Group (que hoje opera quatro hotéis de luxo em destinos turísticos brasileiros, com projetos de expansão); o grupo PTT, maior conglomerado tailandês, que participa de consórcio para exploração `off-shore`; e a Cal-Comp, empresa de eletroeletrônicos que possui duas unidades fabris na Zona Franca de Manaus. Outros importantes atores tailandeses estão hoje seriamente analisando oportunidades para concretizar investimentos no Brasil, como, por exemplo, os grupos C.P., Central, Big-C e SCG (principalmente nos setores de logística e varejo).

28. As relações comerciais e de investimento do Brasil com Camboja e Laos são, obviamente, muito mais tímidas. No caso cambojano, a corrente comercial totalizou pouco mais de US\$ 30 milhões em 2016, com déficit de US\$ 18 milhões em desfavor do Brasil em função da significativa importação de vestuário, calçados e acessórios. Das poucas exportações brasileiras (total de US\$ 6 milhões), 43% concentram-se em fumo e 15% em couro. No caso do Laos, a corrente totalizou apenas US\$ 1,3 milhão em 2016, decorrente majoritariamente de exportações brasileiras de fumo.

AÇÕES DO SECOM

29. A rotina desenvolvida pelo Setor de Promoção Comercial e de Investimentos (SECOM) tem permitido: atender crescentes consultas de exportadores brasileiros e importadores tailandeses; atualizar constantemente os bancos de dados pertinentes; distribuir material promocional a atores-chave;

monitorar oportunidades de negócios; e agendar atividades de "matchmaking" e "networking". Cumpre ressaltar o apoio que se tem dado a investidores, atuais e prospectivos. No 'ranking' global de produtividade compilado trimestralmente em Brasília, o SECOM de Bangkok consistentemente logra atingir destaca posicão: em 2017, dentre 104 setores distribuídos pelo mundo, alcançou a terceira posição no segundo trimestre e a décima no primeiro; em 2016, dentre 122 setores, atingiu a sexta posição no último trimestre, a décima nona no terceiro, a oitava no segundo e a sétima no primeiro.

30. Na vertente de política comercial, a Embaixada envolve-se diretamente nos esforços para eliminar barreiras prejudiciais a nossos produtos. A diversificação de nossa pauta necessariamente deverá contar com a abertura de novas oportunidades no mercado tailandês. O exemplo mais premente é o de produtos de origem animal. Atualmente, a Embaixada trabalha para ultimar os trâmites da negociação sanitária que permitirá o ingresso na Tailândia de rações advindas de reciclagem animal no Brasil. Quando concluída, o potencial de negócios será expressivo. O mesmo ocorre na negociação sanitária que permitirá o ingresso da carne bovina. Há possível demanda latente, ainda, por outros produtos brasileiros que sofrem barreiras, como o caso do café, que enfrenta hoje pico tarifário de 40% 'ad valorem'. No campo dos contenciosos comerciais, articulou-se solução negociada que levou à reestruturação do sistema tailandês de apoio à produção de açúcar. Após ser acionada pelo Brasil em função de práticas distorcivas de incentivo a suas exportações da 'commodity' (subsídios cruzados), a Tailândia aceitou processo de consultas bilaterais que deverá culminar com a eliminação daqueles elementos prejudiciais à livre competição. A Embaixada acompanha, ainda, casos de defesa comercial que possam afetar o Brasil como, por exemplo, a recente imposição pela Tailândia de direitos antidumping sobre laminados planos a quente advindos de exportadores brasileiros.

31. Na vertente de promoção, foram organizadas inúmeras missões de negócios, em setores diversos como agronegócio, alimentício, de defesa, couros, farmacêutico, joias e pedras preciosas, energia e de aviação civil. Expositores brasileiros participaram recentemente das feiras Defence & Security, Viv Asia (ração animal), Thaifex (alimentos e bebidas), Thai International Travel Fair (turismo) e In-cosmetics Asia (insumos para a indústria de beleza). No sentido inverso, empresários tailandeses participaram da



FIMEC (couros e calçados) e da FIMAN (mandioca), ambas no Brasil. Por ocasião da visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, em setembro de 2016, realizou-se grande evento empresarial em Bangkok, que contou com ampla participação e cobertura de mídia.

32. A Embaixada vem engajando-se também no apoio institucional e participação em eventos que promovam a "marca Brasil", o produto turístico brasileiro e/ou a captação de investimentos para o país. Há dois anos, igualmente tem auxiliado no processo de fundação da Câmara de Comércio Brasil-Tailândia, iniciativa dos setores privados dos dois países.

33. No caso do Camboja, tiveram início, este ano, negociações sanitárias para a abertura daquele mercado a exportações brasileiras de alguns produtos animais. Já se acordou modelo de certificado sanitário internacional para carne de aves. O governo cambojano propôs a criação de grupo de trabalho bilateral para discussões técnicas a respeito. Há, ainda, interesse daquele governo na atração de investidores brasileiros, particularmente do setor alimentício.

III - SETOR DE DEFESA

34. A abertura, em 2014, de Adidância de Defesa e Aeronáutica junto a este reino, residente em Jacarta, estimulou a prospecção de oportunidades de cooperação no campo da defesa. A representação foi chefiada, de 2014 a 2015, pelo coronel aviador Flávio Eduardo Mendonça, e, de 2016 a 2017, pelo coronel aviador Marcelo Moraes de Oliveira. Ambos realizaram visitas à Tailândia, nas quais mantiveram encontros com as autoridades militares locais e prestaram apoio a missões comerciais da EMBRAER ou a aeronave da FAB de passagem por este país.

35. Desde 2014, o lado tailandês tem externado interesse na experiência acumulado pelo Brasil em treinamento de militares para operações na selva. Em 2016, o adido brasileiro apresentou uma primeira proposta para ação conjunta, ora em discussão: o envio, em 2018, de piloto da FAB para treinamento em esquadrão de jatos Gripen de posse da Real Força Aérea Tailandesa. Em 2017, pela primeira vez, a Tailândia convidou oficiais brasileiros para participarem, como observadores, do COBRA GOLD, um dos mais importantes exercícios militares multinacionais de toda a Ásia e Pacífico, envolvendo cerca de 30 países.

36. O orçamento tailandês para aquisições de material bélico apresentou, nos últimos 15 anos, crescimento contínuo, paralelo ao desejo de Bangkok em diversificar suas parcerias neste campo. Rompendo com o padrão de uma aliança privilegiada com os EUA, atualmente a maior parte das aquisições das Forças Armadas provêm da China, o que não deixa de gerar novas controvérsias. Países como a Rússia mantêm-se atentos às oportunidades do mercado de defesa deste reino, sobretudo à luz de suas sensibilidades políticas - de busca por uma mitigação da dependência em relação às grandes potências. No seio desta estratégia, o Brasil possui perfil atrativo, sobretudo pela abertura das empresas nacionais a acordos 'offset' e à transferência de tecnologia, uma prioridade para o atual governo tailandês.

37. Assim, para além de ações conjuntas, a intensificação das relações bilaterais no segmento da defesa tem potencial para gerar dividendos comerciais importantes. O Exército e a Marinha operam quatro jatos ERJ-145 da Embraer, adquiridos entre 2006 e 2009. As aeronaves são utilizadas no transporte de altas autoridades do governo local. Em sua única visita ao Brasil, em 1993, o rei Rama X, à época príncipe herdeiro e piloto da Força Aérea, esteve na sede da EMBRAER em São José dos Campos.

38. De 2014 a 2015, o SECOM auxiliou a unidade de pós-venda da Embraer a estabelecer contato com autoridades locais, com vistas a sanar problemas na manutenção das aeronaves brasileiras aqui operadas. Em julho de 2017, a Embraer Defesa e Segurança incluiu a Tailândia no itinerário de apresentação do protótipo da aeronave KC-390, inspecionada, na base aérea de U-Tapao, por oficiais da Força Aérea - que deverá, em breve, substituir sua frota de Hércules C-130.

39. Também demonstram interesse nas oportunidades do mercado tailandês empresas como a Condor, a CBC e a Avibrás, que participam de feira 'Defence & Security', promovida bienalmente na capital tailandesa. Em março de 2017, o consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), Welber Barral, realizou visita de trabalho a Bangkok, com vistas a avaliar eventuais projetos para a Tailândia. A Apex-Brasil considera incluir o país como mercado prioritário da base industrial de defesa brasileira (BID).



40. Tendo em conta o amplo potencial para a intensificação da cooperação, o Brasil propôs à Tailândia a celebração de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Defesa, cuja primeira versão, encaminhada em abril de 2017, está sendo objeto de avaliação pelo governo tailandês. Assim como em 2015, o titular brasileiro da pasta de Defesa foi convidado a participar, na capital tailandesa, da abertura da feira `Defence & Security`, a ter lugar em novembro vindouro.

41. Aguarda-se a inauguração da Adidância de Defesa residente em Bangkok, cuja abertura já foi objeto de decisão política e oficialmente anunciada quando da Reunião de Consultas Políticas, em Brasília, em junho de 2015.

IV - SETORES ENERGIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA

ENERGIA

42. Brasil e Tailândia são considerados países "like-minded" quanto à importância de se desenvolver o setor de energias renováveis. Esta constatação levou o governo brasileiro a estender convite para que este país participasse, como membro fundador, da "Plataforma para o Biofuturo", arranjo multilateral de iniciativa brasileira que visa a discutir modelos e formatos de investimentos em combustíveis renováveis, incluindo aqueles de segunda geração. Apesar das semelhanças entre a realidade que se observa na Tailândia e os temas debatidos naquele foro, não foi possível a participação tailandesa na inauguração da Plataforma (novembro de 2016), por conta de questões burocráticas.

43. Ainda assim, a Embaixada logrou estabelecer importante contato sobre o tema das energias renováveis - especialmente etanol - com representantes dos Ministérios de Energia, Recursos Naturais e Meio Ambiente e Agricultura e Cooperativas, assim como com empresários das principais empresas tailandesas que operam no setor (como PTT e Mitr Pohl).

44. Outro reflexo de que ambos os países compartilham interesses na área foi a visita do ministro de Energia, Anantaporn Kanjanarat, ao Brasil (agosto de 2017), em visita organizada pela Embaixada da Tailândia em Brasília. Na ocasião, a delegação manteve reuniões de trabalho com a Eletrobras S.A. e com a Riosolar, além de visitar as instalações da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

45. A cooperação técnica bilateral é direcionada pelo chamado "Plano de Ação para Cooperação Técnica Bilateral e Trilateral", assinado em 2012. Os temas prioritários para a colaboração, conforme acordado pelas partes, são: (i) agricultura, com projeto na área de controle de moscas da fruta; (ii) energia, com foco em mecanização da cana-de-açúcar e energias renováveis (biocombustíveis); e (iii) turismo, com ênfase em políticas públicas para promoção do setor. Em princípio, a cooperação prevista nos itens (i) e (ii) acima seriam prestadas pelo Brasil, ao passo que aquela relacionada ao item (iii) seria oferecida pela Tailândia.

46. Desde que assumi o Posto, as iniciativas de cooperação técnica foram progressivamente sendo reduzidas, em função das conhecidas restrições orçamentárias. Em 2017, contudo, houve uma retomada dos projetos conjuntos. Entre janeiro e fevereiro passados, foi realizada missão de técnicos da MOSCAMED a Bangkok, para treinamento sobre "monitoramento da mosca-da-fruta e outras pestes e avaliação do uso eficiente de inimigos naturais no controle de pestes". O curso foi oferecido no âmbito de projeto de cooperação entre a ABC e a Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA) a membros do Departamento de Extensão do Ministério da Agricultura local.

47. Também em 2017, o lado brasileiro propôs, por meio da ABC, a execução de iniciativa na área de biocombustíveis, o que poderia se traduzir em projeto conjunto sobre manejo da lavoura de cana-de-açúcar, com o intuito de aumentar a produção de etanol. Aguarda-se reação do governo tailandês sobre a proposta.

48. Conforme haja melhora na disponibilidade de recursos da ABC, penso que se poderia explorar possibilidades de cooperação futura no âmbito do Memorando de Entendimento para Realização de Atividades em Terceiros Países, firmado entre Brasil e Tailândia em 2012. Possíveis beneficiários, na Ásia, poderiam ser, a meu ver, Camboja, Laos (países de menor desenvolvimento relativo sobre os quais o posto exerce jurisdição) e Timor Leste (membro da CPLP).

V - CUMULATIVIDADES



CAMBOJA

49. A situação política no Camboja nos últimos três anos foi marcada pela manutenção do Partido Popular Cambojano (CPP) no poder, sob comando do primeiro-ministro Hun Sen, e pela deterioração das condições de sobrevivência e viabilidade da oposição política e da situação dos direitos humanos. O governo cambojano ampliou o controle sobre opositores do regime e ativistas de direitos humanos, valendo-se da ameaça e mesmo do efetivo emprego da violência. Observa-se, de maneira sistemática, o cerceamento de liberdades e garantias fundamentais e direitos políticos. Para os próximos meses, o cenário deve ser de expectativa quanto à manutenção ou não do calendário eleitoral em 2018, para quando estão previstas eleições gerais.

50. No que diz respeito às relações bilaterais, penso estarmos em momento positivo e marcado por oportunidades de aprofundamento, sobretudo desde minha visita oficial a Phnom Penh e Siem Reap, em fevereiro último. Encontra-se em fase final de negociação o Acordo de Cooperação Técnica, cujas tratativas foram retomadas este ano após lapso de 4 anos. O Acordo no campo da Educação, firmado em 2011, permanece sob consideração de nosso Congresso Nacional (o governo cambojano já finalizou os trâmites internos necessários à sua ratificação). Além disso, há expectativa de realização em futuro próximo, em Brasília, da Primeira Reunião de Consultas Políticas, sob amparo de Memorando de Entendimento assinado em 2012.

51. Na área da cooperação técnica, vejo uma das principais janelas de oportunidade para o relacionamento bilateral. Trata-se da possibilidade de execução de projeto conjunto em tema a ser proposto pelo lado cambojano, o qual poderia estar relacionado à produção agrícola voltada ao abastecimento dos programas de merenda escolar, em possível parceria com o Escritório do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Atualmente, a principal dificuldade tem sido obter reação concreta do governo cambojano. Penso que, se concretizada pela minha sucessora, a iniciativa poderia render resultados bastante positivos nas condições de subsistência dos alunos atendidos pelo programa de merenda escolar e, mais amplamente, geraria externalidades positivas para o desenvolvimento humano e socioeconômico no Camboja.

52. O bom momento das relações bilaterais tem se refletido, por fim, no apoio cambojano a diversas candidaturas

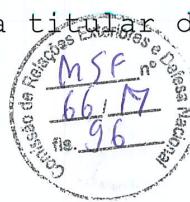
brasileiras em foros multilaterais, muitas vezes em caráter unilateral. Pelo exposto, e à luz do processo ora em curso de transição do Camboja para país de renda média baixa - com a necessária tomada de plenas responsabilidades, pelo governo local, sobre os programas sociais voltados à redução da pobreza e à segurança alimentar e nutricional -, considero que o Brasil está diante de oportunidade para renovar, com baixo custo, seu perfil de parceiro internacional do Camboja, em linha com os preceitos da cooperação sul-sul e com as diretrizes de nossa diplomacia. Ademais, o momento parece-me propício para que possamos nos firmar como interlocutor extrarregional privilegiado no campo da cooperação, sem dúvida uma das principais modalidades de interação internacional do Camboja.

LAOS

53. Ao longo de minha gestão, para além da manutenção de índices de crescimento acima de 7% de aumento anual do PIB, o Laos recebeu atenção internacional pelo exercício, em 2016, da presidência rotativa da ASEAN, função que desempenhou com reconhecido sucesso. Naquele ano, Vientiane recebeu bom número de líderes mundiais, inclusive o chefe de estado norte-americano, que, pela primeira vez, reconheceu os efeitos deletérios dos bombardeios capitaneados pelos EUA sobre o território laosiano durante a Guerra do Vietnã.

54. Também em 2016, um novo primeiro-ministro ascendeu à chefia do governo do Laos, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Thongloun Sisoulith. Embora a nova administração seja composta por membros do Partido Popular Revolucionário Laosiano (PPRL), essa empenha-se em projetar-se como mais "moderna" e focada na atração de inversões estrangeiras. Dificilmente logrará mitigar a crescente proeminência econômica chinesa sobre o país, onde Pequim constrói extensa ferrovia que cortará o Laos de Norte a Sul.

55. Após meu deslocamento a Vientiane em 2014 para entrega de minhas cartas credenciais, retornoi ao país em dezembro de 2016, por ocasião da celebração da data nacional do Laos. Por razões orçamentárias, não me foi possível participar, em 2015, da cerimônia de 40 anos de estabelecimento da República Popular Democrática do Laos. Em minha última missão a capital laosiana, avistei-me com os chefes de estado e de governo do país, bem como com seu ministro dos negócios estrangeiros. Mantive, ademais, reuniões de trabalho com a titular da pasta da Educação e na Chancelaria laosiana.



56. Com a conclusão, em 2015, de projeto de irrigação agrícola financiado pelo Fundo IBAS, o Brasil não mantém, no Laos, nenhum programa de cooperação técnica. As autoridades laosianas externaram-me desejo de cooperar na área da alimentação escolar, foco, em 2014, de missão de funcionários da RPD ao Brasil promovida em conjunto com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. Ventilaram, igualmente, interesse em receber apoio brasileiro para desenvolver o segmento esportivo laosiano e firmar instrumento com vistas ao envio de diplomatas para estudo no Instituto Rio Branco. Atento, igualmente, para a possibilidade de o exército brasileiro participar em atividades de desminagem no Laos.

57. Entre as pendências, cito a conclusão da negociação do texto de Acordo-Quadro no Campo da Educação, cuja proposta brasileira encontra-se análise pelo lado laosiano desde 2014. Ademais, o mecanismo de Consultas Políticas previsto em instrumento firmado em 2012 jamais foi inaugurado e é objeto de frequente menção pelo lado laosiano.

VI - SETORES CULTURAL, ACADÊMICO E ESPORTIVO

58. No segmento cultural, em função das restrições orçamentárias, busquei fomentar atividades de difusão pouco onerosas, porém com significativo impacto em diversos segmentos. Foi ampliada a presença brasileira no meio da música erudita local, com apresentações e a participação anual na "Noite de Música Latino-Americana", organizada pela Escola de Música da Universidade de Mahidol e com a participação da Orquestra Filarmônica da Tailândia. Em janeiro de 2018, a maestrina brasileira Lígia Amadio regerá aquela orquestra. Tive o prazer, em fevereiro de 2017, de inaugurar a primeira exposição na Tailândia de artista visual brasileiro de maior expressão, o fotógrafo Sebastião Salgado. Coordenei, ademais, ações culturais conjuntas do Grupo BRICS-Bangkok, bem como das embaixadas de países lusófonos residentes nesta capital, com as quais co-promovemos, anualmente, a celebração do Dia da Língua Portuguesa. Apoiamos, ainda, a participação da Cia de Dança Deborah Colker no encerramento da edição de 2015 do prestigioso "Festival Internacional de Música e Dança de Bangkok". Mantivemos, na medida do possível, nossa participação no "Festival Mundial de Cinema".

59. A excelente infraestrutura cultural de Bangkok e de Chiang Mai, segunda maior cidade deste país, assim como o manifesto interesse das instituições locais na cultura nacional oferecem potencial para ações de maior vulto para a promoção da cultura nacional. Julgo oportuna a retomada de uma programação cultural mais extensa, tendo em conta a importância da promoção cultural em países carentes de referências culturais compartilhadas com o Brasil.

60. No segmento acadêmico, permanecem muito concorridas as aulas ministradas pelo Leitor de português mantido pelo governo brasileiro na Universidade de Chulalongkorn, destacada instituição de ensino superior da Tailândia. Espera-se que, em 2018, seja finalmente inaugurada a primeira licenciatura em língua portuguesa no país, naquela universidade. Embora estudantes tailandeses possam participar dos programas brasileiros PEC-G e PEC-PG, a carência do domínio do idioma português dificulta a participação, na iniciativa, de alunos deste país.

61. Inexistem, no meio acadêmico local, especialistas em estudos brasileiros. Parece-me oportuno fomentar a interlocução interuniversitária, com a organização de seminários e palestras sobre o Brasil. O projeto de formação de uma Rede Universitária no contexto do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) é objeto de atenção da Tailândia e poderia ensejar maior aproximação entre pesquisadores e estudantes brasileiros e tailandeses.

62. A realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpico Rio-2016 realçou o potencial para a cooperação esportiva bilateral e associada promoção da imagem do país. A grande expressão de praticantes brasileiros de muaythai ensejou aproximação com as entidades associativas oficiais dessa modalidade esportiva. A Embaixada promoveu, em 2017, evento de caridade tendo o muaythai e a capoeira como temas. Apoiamos a realização de torneios de futebol - um dos esportes mais populares também na Tailândia, onde atuam treinadores e jogadores brasileiros - e de polo. Cumpre mencionar, ainda, a participação de profissionais brasileiros no treinamento das equipes tailandesas de vôlei (quadra e praia).

VII - SETORES CONSULAR E DE ADMINISTRAÇÃO



63. Conforme mencionado, o número de turistas brasileiros que visitam a Tailândia praticamente quadruplicou entre 2014 e 2017, passando de cerca de 25 a quase 100 mil visitantes anuais. A ampliação deste fluxo resulta no aumento de casos consulares e intensificação do atendimento prestado pelo Setor Consular. A ampliação do espaço da Chancelaria, separando as unidades de atendimento ao público (setores consular e de promoção comercial) do restante da Embaixada, contribuiu a aprimorar os serviços prestados.

64. O aumento no número de turistas, que cada vez mais incluem em seu itinerário pela Tailândia as regiões setentrionais do país, bem como passagens pelo Camboja e pelo Laos, reflete a importância de buscar ampliar a rede de Consulados Honorários na área de jurisdição da Embaixada. A cônsul honorária do Brasil em Phuket vem desempenhando importante função de apoio ao setor consular, assim como na promoção de atividades de divulgação da cultura brasileira. Penso oportuna a criação de Consulados Honorários em Chiang Mai e nas capitais do Camboja e do Laos. Permanece o desafio de identificar candidatos adequados para exercer tais funções.

65. No setor de administração, a Embaixada logrou implementar uma série de medidas voltadas à racionalização de recursos. De fato, verificou-se economia orçamentária substantiva, ao mesmo tempo em que se buscou mitigar efeitos negativos sobre as atividades precípuas do Posto. Mesmo em cenário restritivo, foi possível viabilizar a expansão do espaço da Chancelaria e a realização de obras, sem ônus para o erário, na Residência. O investimento permitirá a disponibilidade de espaço, em ambas as sedes, para eventos empresariais e culturais, reduzindo custos com locações externas.



SF117688-58034-15

RELATÓRIO N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 66, de 2017 (nº 375, de 4 de outubro de 2017,
na origem), do Presidente da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição, e com o art. 39, combinado com o
art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de
2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL
CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira
Classe do Quadro Especial da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil
no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto
ao Reino do Camboja e à República Democrática
Popular do Laos, desde que obtidos os agréments
dos governos daqueles países.*

Relatora: Senadora **ANA AMÉLIA**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata.

A Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN nasceu em 7 de novembro de 1949, na cidade de Fortaleza-CE. É filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral.

Concluiu a graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1978; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985; e o Curso de Altos Estudos em 2000, ocasião em que apresentou a tese “A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira”. É mestre em Política Pública Internacional, pela Escola de Estudos Internacionais Avançados, da Universidade Johns Hopkins, Washington-DF, nos Estados Unidos da América.

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1979, Segunda-Secretária em 1981, Primeira-Secretária em 1988, Conselheira em 1995, Ministra de Segunda Classe em 2003 e Ministra de Primeira Classe em 2009.

Entre as funções ocupadas pela diplomata, merecem destaque as seguintes: Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Washington (1986); Primeira-Secretária em Kingston (1989); Chefe, substituta, da Divisão de Imigração (1991) e da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (1993); Conselheira na Delegação Permanente em Genebra (1996) e na Embaixada em Assunção (1999); Assessora da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2003); Ministra-Conselheira na Embaixada em Montevidéu (2003); Diretora do



SF117688-58034-15



SF117688-58034-15

Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2006); Embaixadora em Luanda (2010-2013); e Cônsul-Geral em Nova York (desde 2013).

A diplomata foi, ademais, agraciada com diversas condecorações, tais como a Medalha do Pacificador, do Exército Brasileiro; a Ordem Nacional do Mérito, concedida pela República Francesa, no grau de Grão-Mestre; e a Ordem do Rio Branco, no grau de Grão-Cruz.

Atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Tailândia, bem como sobre o Reino do Camboja e a República Popular Democrática do Laos. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desses países do Sudeste Asiático, suas políticas interna e externa, e economia.

Com a segunda maior economia e quarta maior população do Sudeste Asiático, o Reino da Tailândia, organizado sob a forma de monarquia constitucional desde 1932, destaca-se na região.

Sendo a única nação da região que não se tornou colônia europeia, serviu como Estado tampão entre as colônias francesas e inglesas, desde o fim do século XIX. Sua história política recente é marcada pela alternância entre governos civis e militares, e desde o último quarto do século XVIII, reina no país a Dinastia Chakri.

Desde 1959, Brasil e Tailândia mantêm relações diplomáticas. Os dois países contam com dois mecanismos de interlocução política regular: Comissão Mista (segunda e última reunião realizada, em Brasília, em junho de 2012) e Consultas Políticas (primeira e única reunião realizada, em Brasília, em junho de 2015). Nas áreas de comércio e investimentos, energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo, o relacionamento se mostra promissor.

Na Segunda Reunião da citada Comissão Mista bilateral, ocorrida em 2012, em Brasília, identificaram-se setores prioritários para alavancar o comércio entre o Brasil e a Tailândia. Do lado brasileiro, foram lembradas as oportunidades de expansão das exportações nas áreas da indústria aeroespacial, de automóveis e autopeças, de materiais eletroeletrônicos (telefones, compressores, bombas mecânicas etc), produtos metalmecânicos, carneos, pescado, suco de laranja e cosméticos. Do lado tailandês, foram destacados os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria, além de haver sido demonstrado interesse em *joint-venture* na área de exploração de petróleo em águas profundas. No que tange aos investimentos, as prioridades tailandesas no Brasil são energias renováveis, petróleo e gás natural, biotecnologia e indústria agroalimentar.

Sobre o Reino do Camboja, merece destaque o fato de se tratar de monarquia constitucional, cuja economia encontra-se entre as menores e mais pobres da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). As relações bilaterais com o Brasil foram suspensas em 1966 e retomadas apenas em 1994. Os contatos políticos entre os dois países são escassos. Vale registrar que a Embaixada em Havana acumula a representação com Brasília, com a qual mantém contatos rarefeitos. Assim, nesse relacionamento, entre as prioridades do Brasil, cumpre ressaltar a ampliação da cooperação e do diálogo bilateral, na esteira do processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN e seus países membros.

Por derradeiro, a República Popular Democrática do Laos é considerada País de Menor Desenvolvimento Relativo e detém a menor economia entre os países da ASEAN. Sua base encontra-se na agricultura de subsistência. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas no ano de 1995, não tendo sido desenvolvido seu potencial, realidade que se reflete no escasso fluxo de visitas bilaterais. Cabe destacar iniciativa de cooperação brasileira, por meio do Fundo IBAS (de Índia, Brasil e África do Sul), no projeto de irrigação, que inclui a construção de eclusa para manejo integrado da bacia do Rio San, em província daquele país. A obra foi concluída em 2015.



SF117688-58034-15



SF117688-58034-15

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora